

DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 1999

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
José de Almeida Cesário
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão eram 15 horas e 30 minutos

Antes da ordem do dia — Deu-se conta da apresentação dos projectos de lei n^o 42 e 43/VIII, de requerimentos e da resposta a alguns outros

Em interpelação a Mesa, o Sr. Deputado Paulo Portas (CDS-PP) condenou a decisão da Comissão Europeia de redução da quota de pesca e da frota portuguesa, ao que se associou o Sr. Deputado Lino de Carvalho (PCP), que se referiu também à necessidade de ouvir, em Comissão, o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Também em interpelação a Mesa, a Sr.º Deputada Ana Catarina Mendonça (PS) solicitou a divulgação de um relatório da Direcção-Geral de Educação sobre a situação da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Finalmente, ainda em interpelação a Mesa, o Sr. Deputado António Capucho (PSD), a propósito das interpelações anteriores, reflectiu acerca do uso desta figura regimental, ao que se associou o Sr. Deputado Manuel dos Santos (PS)

Em declaração política, o Sr. Deputado Manuel Queiro (CDS-PP) criticou o anúncio feito pelo Sr. Ministro da Presidência e do Equipamento Social acerca da construção do novo aeroporto de Lisboa, de uma nova ponte sobre o rio Tejo e das obras no aeroporto Sa Carneiro, tendo lembrado as muitas obras que estão anunciadas e que ainda não foram realizadas, nomeadamente no interior do País. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados José Junqueiro (PS), João Amaral (PCP) e Fernando Servasqueiro (PS)

Também em declaração política, a Sr.º Deputada Luisa Mesquita (PCP) condenou o Governo pela ausência de políticas que considerem a educação como prioridade para o desenvolvimento do País, tendo chamado a atenção para a situação do ensino superior, quer público quer privado. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento da Sr.º Deputada Ana Catarina Mendonça (PS), que também exerceu o direito de defesa da honra da bancada

Igualmente em declaração política, o Sr. Deputado António Capucho (PSD) criticou as frequentes ausências do Primeiro-Ministro do território nacional, bem como o desempenho do Governo na resolução de alguns dos problemas que preocupam os portugueses. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento formulados pelos Srs. Deputados José Barros Moura (PS) e Paulo Portas (CDS-PP)

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Francisco Louçã (BE) condenou o inicio do julgamento de Otelo Saraiva de Carvalho e de outros arguidos no processo dos chamados crimes de sangue do caso FUP/FP-25

Procedeu-se ao debate de urgência, requerido pelo PCP, sobre o PROCOM/Urbanismo Comercial, no qual interviveram, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado do Comércio e Serviços (Osvaldo Castro), os Srs. Deputados Lino de Carvalho (PCP), Menezes Rodrigues (PS), Patinha Antão (PSD), Maria Celeste Cardona (CDS-PP), Maria do Céu Ramos (PSD) e Agostinho Lopes (PCP)

Ordem do dia — Foram aprovadas as propostas de resolução n^o 7/VIII — Aprova, para assinatura, o Acordo entre o Governo de Portugal e o Governo de Macau sobre a transferência de pessoas condenadas, assinado em Lisboa aos 7 de Dezembro de 1999, e 8/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção entre o Governo de

Portugal e o Governo de Macau para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto sobre o rendimento, assinada em Macau em 28 de Setembro de 1999

Procedeu-se a discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.º 8/VIII — Altera a Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro (Lei da protecção dos animais), e revoga o Decreto n.º 15 355, de 11 de Abril de 1928 (CDS-PP), 26/VIII — Alteração do Decreto n.º 15 355 (PCP), 29/VIII — Aprova o novo regime sancionatório das touradas com touros de morte (revoga o Decreto n.º 15 355, de 14 de Abril de 1928 (PS) e 41/VIII — Altera o Decreto n.º 15 355 (Proibição de touros de morte em Portugal) (BE). Usaram da palavra, a diverso título, os Srs Deputados Rosado Fernandes (CDS-PP), Rodeia Machado (PCP), António Saleiro (PS), Luís Fazenda (BE), Maria Santos (PS), Guilherme Silva (PSD), Lino de Carvalho (PCP), Heloísa Apolónia (Os Verdes), Gavino Paixão (PS), Francisco Louçã (BE) e Telmo Correia e Paulo Portas (CDS-PP)

A Câmara aprovou o voto n.º 20/VIII — De pesar pelo falecimento da Presidente dos Jardins-Escola João de Deus, Dr.ª Maria da Luz de Deus Ramos Ponces de Carvalho (PS), tendo feito intervenções os Srs Deputados Natalina Moura (PS), Telmo Correia (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP) e David Justino (PSD)

Foi também aprovada a proposta de substituição, apresentada pelo PS, da parte resolutiva do voto n.º 19/VIII — De protesto pela situação em que se encontra, nos EUA, a criança cubana

Elian González Brotons, impedida de retornar a sua família residente em Cuba (PCP), tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs Deputados Odete Santos (PCP), Jamila Madeira (PS), Basílio Horta (CDS-PP), Heloísa Apolónia (Os Verdes), Fernando Seara (PSD) e Francisco Torres (PS)

Foi rejeitado o voto n.º 25/VIII — De protesto pela forma como o Governo conduziu, junto da Comissão Europeia, a candidatura portuguesa a Direcção-Geral da Agricultura (CDS-PP), sobre o qual intervieram os Srs Deputados Paulo Portas (CDS-PP), António Capucho (PSD), Lino de Carvalho (PCP), Manuel dos Santos (PS) e Jose Matos Correia (PSD)

Por último, a Câmara rejeitou o voto n.º 24/VIII — De protesto pela persistência do Governo português no apoio ao que chama de «solução militar para Angola» (CDS-PP) e aprovou em votação conjunta, os votos n.º 27.VIII — De protesto pelas restrições ao exercício de direitos democráticos e a liberdade de opinião em Angola (BE) e 29/VIII — Exprimindo preocupação pela situação que se vive em Angola (PS), tendo intervindo os Srs Deputados Paulo Portas (CDS-PP), Jose Lamego (PS), Francisco Louçã (BE), João Amaral (PCP) e Pedro Roseta (PSD)

Entretanto, o Sr Presidente proclamou eleitos os membros para o Conselho Superior de Defesa Nacional, para o Conselho Superior da Magistratura, para o Conselho Superior do Ministério Público, para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e para o Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários.

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 21 horas e 30 minutos

O Sr Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 15 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Aires Manuel Jacinto de Carvalho
Alberto Bernardes Costa
Alexandre António Alves Chaves
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
António Alves Marques Júnior
António Alves Martinho
António Bento da Silva Galamba
António de Almeida Santos
António Fernandes da Silva Braga
António Fernando Marques Ribeiro Reis
António Fernando Menezes Rodrigues
António Jorge Freire de Brito Calvete
António José Gavino Paixão
António Manuel Dias Baptista
António Manuel do Carmo Saleiro
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
Carlos Alberto
Carlos Alberto Dias dos Santos
Carlos Manuel Luís
Casimiro Francisco Ramos
Cláudio Ramos Monteiro
Dinis Manuel Prata Costa
Eduarda Maria Castro de Sousa
Eduardo Ribeiro Pereira
Fernando Manuel de Jesus
Fernando Pereira Serrasqueiro
Filipe Mesquita Vital
Francisco José Pereira de Assis Miranda
Francisco José Pinto Camilo
Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
Helena Maria Mesquita Ribeiro
Isabel Maria Batalha Vígia Polaco d'Almeida
Isabel Maria dos Santos Barata
Jamila Barbara Madeira e Madeira
João Alberto Martins Sobral
João Cardona Gomes Cravinho
João Carlos da Costa Ferreira da Silva
João Francisco Gomes Benavente
João Macedo Lourenço
João Pedro da Silva Correia
João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
João Rui Gaspar de Almeida
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
Jorge Lacião Costa
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Aurélio da Silva Barros Moura
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Carlos da Cruz Lavrador
José Carlos das Dores Zorrinho
José Carlos Pinto Basto Mota Torres

José da Conceição Saraiva
José de Matos Leitão
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Ernesto Figueira dos Reis
José Manuel Pires Epifânio
José Manuel Rosa do Egípto
José Manuel Santos de Magalhães
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
José Rodrigues Pereira dos Penedos
Jovita de Fátima Romano Ladeira
Laurentino José Monteiro Castro Dias
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís Manuel Carvalho Carito
Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
Luís Pedro de Carvalho Martins
Luísa Pinheiro Portugal
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
Manuel António dos Santos
Manuel Francisco dos Santos Valente
Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
Maria Amélia do Carmo Mota Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Custodia Barbosa Fernandes Costa
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
Maria Isabel da Silva Pires de Lima
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
Maria José Vidal do Rosário Campos
Maria Luisa Silva Vasconcelos
Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
Nelson Madeira Baltazar
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Rui Manuel Leal Marqueiro
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Víctor Brito de Moura
Vítor Manuel Alves Peixoto
Vítor Manuel Caio Roque
Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Álvaro dos Santos Amaro
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
Ana Maria Martins Narciso
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António d'Orey Capucho
António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
António de Carvalho Martins
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Manuel da Cruz Silva
António Manuel Santana Abella
António Paulo Martins Pereira Coelho
Arménio dos Santos
Artur Ryder Torres Pereira

Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Francisco Baptista Tavares
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 José Manuel Macedo Abrantes
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres Viegas C. da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro Augusto Cunha Pinto
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Manuel Cruz Roseta
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 João António Gonçalves do Amaral

Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Herculano Gonçalves
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Augusto Meleiro Rodrigues
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomas Cortez Rodrigues Queiróz
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE):

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr Presidente — Srs Deputados, o Sr Secretário vai ler o expediente

O Sr Secretário (Artur Penedos) — Sr. Presidente, Srs Deputados, foram apresentados na Mesa os seguintes requerimentos Na reunião plenária de 25 de Novembro ao Ministérios da Administração Interna, formulado pela Sr. Deputada Eduarda de Sousa, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs Deputados Paula Cristina Duarte, António Pinho e Maria Celeste Cardona; ao Ministério do Planeamento, formulado pelo Sr Deputado Adão Silva, ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr Deputado António Abelha; ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pelo Sr Deputado Bruno Vitorino, aos Ministérios do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Defesa Nacional, formulado pela Sr. Deputada Lucília Ferra, aos Ministérios da Cultura e do Equipamento Social, formulados pelo Sr Deputado Francisco Tavares, à Secretaria de Estado da Comunicação Social e a diversos Ministérios, formulados pela Sr. Deputada Manuela Aguiar, ao Ministério da Justiça, formulado pelo Sr Deputado Virgílio Costa, ao Governo e ao Ministério da Administração Interna, formulados pelo Sr Deputado António Filipe, ao Ministério das Finanças, formulado pela Sr. Deputada Fátima Amaral, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, formulado pelo Sr. Deputado Vicente Merendas, ao Ministério do Equipamento Social, à Secretaria de Estado das Pescas e à Câmara Municipal de Ílhavo, formulado pelo Sr Deputado Honório Novo, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr Deputado Francisco Louçã, à Câmara Municipal de Porto Moniz, formulado pelo Sr Deputado Mota Torres

Na reunião plenária de 26 de Novembro ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs Deputados José Barros Moura e Maria Natália Filipe, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade e à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, formulados pela Sr^a Deputada Manuela Aguiar; ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado António Filipe; aos Ministérios do Equipamento Social e da Educação e à Câmara Municipal de Viana do Castelo, formulados pelo Sr. Deputado Honório Novo; ao Ministério do Equipamento Social, formulados pelos Srs Deputados Luisa Mesquita e Paulo Portas; aos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e Economia, formulados pelo Sr. Deputado Vicente Merendas; aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Equipamento Social, formulados pelo Sr Deputado João Rebelo; ao Ministro da Presidência e ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr Deputado Francisco Louçã.

No dia 30 de Novembro ao Conselho Económico e Social, formulado pelo Sr Deputado Adão Silva, ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr Deputado Ricardo Fonseca de Almeida, aos Ministérios da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, formulados pela Sr^a Deputada Manuela Aguiar, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado Octávio Teixeira, ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr. Deputado Rosado Fernandes, ao Ministério do Equipamento Social, formulado pelo Sr. Deputado António Pinho, aos Ministérios das Finanças e da Economia, formulado pelo Sr Deputado Francisco Louçã

O Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados José Ribeiro e Castro e Jovita Ladeira, no dia 15 e na sessão de 17 de Novembro

Srs Deputados, deram ainda entrada na Mesa e foram aceites, os projectos de lei n.^o 42/VIII — Visa a alteração do regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (PSD), que baixou à 1^a Comissão, e 43/VIII — Proíbe a comercialização, importação e produção com fins comerciais de organismos geneticamente modificados (Os Verdes), que baixou à 4.^a Comissão

O Sr Presidente — Srs. Deputados, por razões que são conhecidas de todos e uma vez que se trata de propostas de resolução relativas a Macau, com a urgência de que isso se reveste, houve consenso no sentido de anteciparmos, ainda que com uma entorse na ordem dos trabalhos, a votação das propostas de resolução n.^o 7 e 8/VIII.

Assim e dado que, por consenso, não há inscrições, passamos de imediato à votação da proposta de resolução n.^o 7/VIII — Aprova, para assinatura, o Acordo entre o Governo de Portugal e o Governo de Macau sobre a transferência de pessoas condenadas, assinado em Lisboa aos 7 de Dezembro de 1999

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE

O Sr Presidente — Srs Deputados, vamos então votar a proposta de resolução n.^o 8/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção entre o Governo de Portugal e o Governo de Macau para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto sobre o rendimento, assinada em Macau em 28 de Setembro de 1999

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr Presidente. — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, é para uma interpelação repetente, figura que se ajusta ao Sr Comissário Fischler, que é repetente nas maldades com que presenteia Portugal

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — A Comissão Europeia voltou ontem a fazer uma proposta que lesa gravemente os interesses dos portugueses em matéria de política de pescas Enquanto em todo o mundo se pesca mais, a Comissão pretende que na Europa se pesque menos 40% e essa proposta abrange, entre outros países. Portugal, sobretudo naquela parte da nossa frota que se dedica à pesca de espécies como o tamboril e a pescada

Sr Presidente, através de si, gostaria de chamar a atenção para alguns dados que são relevantes: hoje, temos 150 milhões de contos por ano de importação de peixe em Portugal Somos o 15.^º país do mundo que mais importa peixe e isto é inaceitável para qualquer pessoa de bom senso que conhece as possibilidades da nossa frota, a vontade dos nossos pescadores e o mar que a natureza nos deu.

Já nem sequer somos uma potência pesqueira, porque acabámos de ser ultrapassados nas estatísticas pelo Bangladesh Parece-me inaceitável, em primeiro lugar, mas esta proposta da Comissão e, em segundo lugar, que o Governo continue sem vir a esta Câmara

Parece que está finalmente marcada a vinda do Sr Ministro para a próxima semana Depois do problema de Marrocos, temos este Ora, assim, é difícil exercer o escrutínio democrático e, independentemente do voto de protesto veemente que vamos apresentar, o que lhe peço, Sr Presidente, é uma chamada de atenção muita séria ao Governo. Não é possível continuar a destruir a nossa frota pesqueira desta maneira Daqui a pouco resta um barco e é para museu

(O Orador reviu)

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente. — A sua interpelação fica registada, Sr Deputado Paulo Portas

Também para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sr^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr^a Ana Catarina Mendonça (PS) — Sr. Presidente, Sr.^o e Srs. Deputados Há cerca de um mês que este Plenário discutiu a situação denunciada pelos estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa Nessa mesma altura, foi solicitado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista que através de V Ex.^a, Sr Presidente da Assembleia da República, se encetassem todas as diligências necessárias no sentido de ser facultado, quer ao primeiro petionante, quer a todos os grupos parlamentares, o relatório, já pronto mas ainda não divulgado, da Inspecção-Geral da Educação sobre esta mesma matéria, ou seja, sobre a situação crítica, oriunda, segundo foi denunciado, pela má gestão da própria instituição.

A Comissão Parlamentar de Educação começou esta semana um processo de audições para que a situação de-

nunciada, a confirmar-se, possa ter uma solução que responha a legalidade e a democraticidade nos órgãos de gestão da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Tal como desde o início deste processo, o Partido Socialista manifesta aqui, mais uma vez, toda a sua preocupação com o apuramento das responsabilidades, sendo que esta é também uma preocupação do Sr Ministro da Educação e estando também prevista a sua vinda à Comissão para a próxima semana

Sr. Presidente, face ao exposto, alerto que o relatório da Inspecção-Geral da Educação sobre essa mesma instituição — ou parte do relatório — tem sido noticiado pelos órgãos de comunicação social. Por isso, requeiro novamente a V. Ex.ª que promova as diligências necessárias para que sejam facultados aos Deputados todos os documentos oficiais sobre esta mesma matéria.

Sr. Presidente, não é possível continuar um trabalho sério de apuramento de responsabilidades numa situação que é grave sem termos o devido conhecimento da matéria, sendo que a Inspecção-Geral da Educação, ao que parece, entregou o seu relatório à comunicação social, sujeitando-o às interpretações que esta possa fazer. Assim, solicitamos que esta nossa petição seja atendida, para que esta Casa possa ter uma resposta clara e promover a justiça aos estudantes.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Sr.ª Deputada, vou insistir. Igualmente para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, temos agora esta nova figura regimental de interpelações/declarações políticas e, portanto, pela nossa parte, no que se refere às decisões da Comissão Europeia quanto à redução dos volumes de pesca e da frota, que também nos preocupa, gostávamos de acrescentar o facto de também a Comissão Europeia ter indiciado o prolongamento do embargo à carne bovina portuguesa por causa da BSE, decisões essas a que não são alheias as responsabilidades do Governo português.

Porém, gostaríamos de guardar tudo isto para o debate que vamos ter em sede de Comissão — já está agendado —, com o Sr. Ministro, na próxima semana.

O Sr Presidente. — Sr. Deputado, muito obrigado por reconhecer que estas interpelações o não são. Um dia, temos de fazer uma reflexão sobre esta figura.

Ainda para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, é para uma interpelação à Mesa a propósito das interpelações à Mesa

V. Ex.ª acaba de dizer que vai levar o assunto a uma reflexão próxima. O meu apelo é que se leve o assunto a uma reflexão tão rápida quanto possível, porque, de facto, aquilo a que estamos a assistir é ao recurso a esta figura a propósito... Bom, não vou reflectir sobre a questão neste momento, mas V. Ex.ª sabe muito bem ao que me estou a referir.

Sobre a questão da Europa, vou referir-me a ela na minha declaração política, pelo que não abusarei da interpelação. Porém, sinceramente, o apelo que faço é que haja

um «acordo de cavalheiros» em matéria de recurso às interpelações à Mesa. Se não é o caos, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, como calcula eu sou o primeiro interessado nisso. Várias vezes tenho chamado a atenção para a necessidade de clarificar a figura da interpelação à Mesa, porém, sem qualquer êxito. Portanto, espero que desta vez ele seja possível e que na próxima Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares possamos discutir isso.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr Presidente, para uma interpelação e uma verdadeira interpelação Aliás, Sr. Presidente, quero registar que me inscrevi antes dos dois interpelantes que me antecederam, mas isso não tem qualquer importância e limito-me apenas.

O Sr Presidente. — Sr. Deputado, a Mesa não registou a sua inscrição. Esses reparos parecem críticas em relação à Mesa mas a Mesa, repito, não registou a sua inscrição, o que por vezes acontece, pois nós também somos susceptíveis de lapsos. Não me dê «chá» a esta hora porque, a esta hora, só café, Sr. Deputado!

O Orador: — Sr Presidente, foi exactamente isso que sucedeu, ou seja, a Mesa não reparou, mas não tem qualquer importância, porque até me vai permitir, uma vez sem exemplo, concordar com o Sr. Deputado António Capucho

Portanto, o apelo que faço a V. Ex.ª é que rapidamente agende essa discussão, porque isto é intolerável.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — É intolerável?

O Orador — Não é possível, através da utilização deste mecanismo e de forma artificial, alterar a estabilidade das agendas que são estabelecidas em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares. O Sr. Ministro da Agricultura vem cá na quarta-feira, às 14 horas, isto foi definido na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares anterior e não é, portanto, legítimo introduzir aqui, para os telejornais e primeiras páginas de jornais...

Protestos do CDS-PP

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Quais telejornais?

O Orador. — questões que têm de ser decididas de outra maneira

Portanto, peço ao Sr Presidente que rapidamente coloque esta questão na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares

O Sr Presidente — Sr. Deputado, sou o primeiro interessado no apelo que acaba de me fazer e acredite que já o fiz 50 vezes — não cinco, mas 50 vezes —, sem qualquer êxito. Espero ter êxito na próxima vez, na próxima Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs. Deputados. Antes de começar a minha intervenção,

aproveito para registar o facto de, depois de anos e anos de abusos desregrados da figura da interpelação à Mesa, ser preciso tocar na Comissão Europeia para haver tanta indignação em algumas bancadas

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Srs Deputados O Sr. Ministro do Equipamento Social quis surpreender o País com uma série de obras públicas

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — E conseguiu!

O Orador — Começou por Lisboa e acabou em Lisboa, anunciando para breve o novo aeroporto e uma terceira ponte Mas teve o cuidado de passar pelo Porto, prometendo a ampliação da aerogare no aeroporto Francisco Sá Carneiro

O Sr. Ministro quis surpreender, mas a surpresa nem sequer foi grande e foi negativa Não foi grande, porque há muito tempo que se sabia que o Sr. Primeiro-Ministro apostava num triunfal regresso à política do betão, para ai encontrar um suplemento de alma para uma governação falha de projectos mobilizadores Mas foi negativa, e muito, porque a grande aposta continua a ser a dos grandes projectos em Lisboa, com uma previsão de gastos que consumirá os recursos do País, deixando cada vez mais sem esperança milhões e milhões de portugueses que vivem longe da capital e que já desesperam de ver avançar ou concluir obras bem mais modestas mas que são vitais para o seu futuro

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Falo das cidades médias do interior de Portugal, a quem se promete ciclicamente uma variante, com sorte uma «empreitadazinha» para a conclusão de mais um «trocozito» de um IC, às vezes, com muita sorte, uma ponte ou um túnel para avançar um IP, e que já se habituaram a contentar-se com pouco, mas que desta vez não podem assistir indiferentes a este festival de centralismo, com a mobilização de enormes recursos financeiros para gigantescas obras que fazem com que os seus anseios fiquem cada vez mais adiados e esquecidos.

Sr Presidente, Srs. Deputados Já lá vão 15 anos desde a aprovação do Plano Rodoviário Nacional Dele constavam obras prioritárias para um equilibrado desenvolvimento do nosso País e que já deviam estar concluídas há muitos anos.

Passado todo este tempo, continua perante os nossos olhos a provocar-nos uma afrontosa verdade não houve tempo, não houve dinheiro, não houve interesse político em cumprir esse compromisso

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — O IP2, a grande via que percorreria Portugal de alto abaixo pelo interior, continua emperrada em dificuldades,

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — . em troços, em empreitadas, em promessas, e nunca mais cumpre o objectivo de ligar Bragança e a Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Beja e Faro, para só falar das capitais de distrito!

O IP3, essa via diagonal que ligaria o interior transmontano e a Beira Alta ao litoral, continua também a avançar a passo de caracol

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Bem podem Chaves, Régua, Lamego, Viseu e Figueira da Foz continuar a clamor, porque pelos vistos há outras prioridades

O IP4, que além de servir transversalmente toda a região transmontana possibilitaria a urgente ligação do Porto ao centro peninsular, também lá vai devagarinho, troço a troço, inauguração a inauguração. E lá estão Vila Real, Mirandela e Bragança à espera

Quanto à dupla via no IP5, nem a especial urgência a que obrigam as estatísticas da sinistralidade rodoviária consegue tirar do papel!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Se o Sr. Ministro do Equipamento Social quisesse ficar verdadeiramente na história, muito melhor andaria se, em vez de ir atrás dos «apetites», dos *lobbies* pelas obras faraónicas, optasse pelo cumprimento das promessas velhas de uma década, .

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — . se em vez do anúncio fácil de projectos «de encher o olho» escolhesse servir as populações que se vêem marginalizadas do progresso concentrado nas áreas metropolitanas, se percebesse que os portugueses não vivem apenas na faixa litoral atravessada pelo IP1 (que ficará totalmente concluído com o último troço de auto-estrada para o Algarve) mas continuam a viver noutras terras e cidades à espera do IP2, do IP3, do IP4 e de um decente IP5

Pelos vistos, continuam e continuarão, pois ainda não é este o Ministro nem é este o Governo que serão capazes de olhar com justiça para as verdadeiras necessidades de um País considerado no seu todo

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pelo meio do anúncio da construção do novo aeroporto de Lisboa, e consequentes obras anexas de rápidas acessibilidades à capital, cujo custo total nunca andará por menos de 500 milhões de contos, e da construção de uma nova ponte em Lisboa, com custos desconhecidos, mas que não poderão ser muito diferentes, o Sr. Ministro foi ao Porto apresentar um projecto de ampliação do aeroporto no valor de 33 milhões de contos

Pois muito bem, é preciso que nos entendamos: se o Sr. Ministro do Equipamento Social fez esse anúncio para ser levado à conta de uma qualquer compensação pelos anunciados investimentos na capital, há que dizer-lhe que a proporção é ridícula e insultuosa para a Área Metropolitana do Porto e para o Norte.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Mas se o que o Sr. Ministro e o Governo pretendiam foi dar a ideia de que o resto do País também foi contemplado, então impõe-se afirmar-lhes que o Porto não se presta a colaborar em jogos dessa natureza. Nem os portugueses são tão ingénuos para cair num logro tão evidente, nem o Porto quer os equipamentos de que necessita à custa da justiça na distribuição dos recur-

sos do Estado para atender equitativamente às necessidades da Nação

Sr. Presidente, Srs Deputados: É muito fácil fazer política com uma gestão mediática de anúncios de grandes obras, mas acontece que a democracia portuguesa vai ficando mais madura e os cidadãos mais exigentes. Está por demonstrar que o novo aeroporto e a nova ponte sejam necessários, mas sabe-se que não são urgentes.

Com tantas carências rodoviárias e ferroviárias em Portugal, que tanta falta fazem para servir as nossas cidades e os portugueses que aí vivem, para servir portos (como o de Leixões) que doutra forma não conseguem ser competitivos e ser úteis às nossas empresas exportadoras, com aeroportos e aeródromos a pedir investimentos para garantir a segurança dos seus voos, com um interior tanto tempo à espera, exige-se deste Governo menos apetite pelo êxito rápido no *Telejornal* da noite e mais esforço e responsabilidade nas gestões do futuro de todos nós.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Porque o que importa — é bom que os socialistas não o esqueçam — não é o betão, são as pessoas

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs Deputados José Junqueiro, João Amaral e Fernando Serrasquerro

Tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro

O Sr José Junqueiro (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Manuel Queiró, penso que a sua intervenção tem, claramente, a ideia de tentar que a política e a obra do Governo sejam reduzidas naquilo que é a evidência da sua realidade.

É evidente que ninguém obriga o Sr. Deputado Manuel Queiró a visitar as obras do IP3, que estão a decorrer.

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Que estão a decorrer há vários anos!

O Orador — mas que o Sr Deputado vem dizer que não existem. E é evidente que se o Sr Deputado as tivesse acompanhado minimamente, saberia que, no primeiro semestre do próximo ano, está previsto não só todo o SCUT do IP3, como todo o SCUT do IP5, que não tinha sequer projecto, nem tinha sido objecto de discussão, mas que o Governo anterior teve a coragem de planear, de discutir e sobre ele decidir.

É evidente que o Sr. Deputado não é obrigado a visitar a ligação do IP3/IP5, nem a percorrer o IC12, nem — muito menos — é obrigado a conhecer a realidade concreta do IP2, nem o que acontece em Castelo Branco, na Guarda, em Viseu, em Vila Real, em Bragança, em todos os distritos que estão relacionados com estas obras fundamentais.

Veio, portanto, com esta manobra de diversão, manifestando, como é óbvio, um grande desconhecimento de quem agora chegou à Assembleia da República sem ter estudado devidamente a lição.

Mas esse não é o problema fundamental. O problema fundamental é que as obras do aeroporto do Porto são uma realidade concreta começaram e estão a avançar. Só que isso, em vez de ser motivo de regozijo para o PP, é mo-

tivo de preocupação. Inclusivamente, não há aeroportos do Porto, de Lisboa ou de Faro, há toda uma infra-estrutura e todo um conjunto de equipamentos para servir o País na sua globalidade. E o planeamento do País não se faz com 30 aqui, por contraposição a 50 acolá, mas, sim, porque estas são necessidades reais.

O Sr Deputado Manuel Queiró está, de facto, com um enorme problema, que é o de que o Governo está a fazer obra em vários sectores, nomeadamente naquele que tanto o preocupa.

Saber se a A8 se concretiza, se as obras estão em andamento, é a preocupação do Sr. Deputado Manuel Queiró. Sei que o Sr Deputado desconhece onde é a A8, mas se prestasse atenção aos jornais saberia, com certeza, onde é que essas obras estão a acontecer e a verdade é que não pode, inclusive, falar de um projecto fundamental para esta região, como é o caso da ponte de Chelas e o Barreiro.

Curiosamente, tendo tido o Sr. Deputado a possibilidade de, há 48 horas atrás, ter interpelado o Sr Ministro do Equipamento Social sobre esta matéria, a verdade é que V Ex.^a não o fez.

A minha pergunta é esta: o que é que preocupa, de facto, o PP? É o clima de desenvolvimento que está a acontecer? Penso que o que deveria preocupar o PP é o clima de desconhecimento que o Sr. Deputado tem da obra real que está a ser feita para as pessoas em todo o País.

Aplausos do PS.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Explique lá por que é que o novo aeroporto é necessário!

O Sr Presidente — Sr. Deputado, havendo mais oradores inscritos para pedir esclarecimentos, V Ex.^a deseja responder já ou no fim?

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP): — No fim, Sr Presidente.

O Sr Presidente — Então, tem a palavra o Sr Deputado João Amaral.

O Sr João Amaral (PCP): — Sr Presidente, Sr Deputado Manuel Queiró, quero apenas sublinhar a importância de esta Assembleia discutir um problema que é central no processo de desenvolvimento do País: o equilíbrio e a justiça na distribuição dos recursos nacionais. Esta é, portanto, uma matéria que deve ser discutida com a «paixão» que devemos pôr em todas as discussões políticas mas com a serenidade de saber que estamos a discutir o País que queremos, o País que somos e as injustiças que existem.

Coloco ao Sr. Deputado Manuel Queiró uma questão muito simples, relativa a um exemplo que aqui foi trazido, há pouco tempo, sobre o que é a perspectiva governamental acerca desta matéria. Assim, o que é que o Sr Deputado pensa de um Ministro da Cultura que, tendo a tutela e a responsabilidade da área da cultura, vem aqui, à tribuna da Assembleia da República, «queixar-se» do excesso de verbas para o Porto 2001, para a realização de obras de requalificação urbana e de desenvolvimento do comércio da cidade tradicional do Porto, quando o mesmo sector da cultura foi capaz de fornecer, aqui, na zona de Lisboa, verbas vultuosas que de forma alguma, alguma vez, a zona Norte alcançará?

Este é ou não o exemplo concreto de uma situação de injustiça alimentada pelo próprio Governo e aqui trazida, com gabarolice, pelo próprio Ministro da Cultura?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Raul Junqueiro, começo por responder ao final da sua interpelação.

O Sr. Deputado presidiu à reunião da Comissão a que o Sr. Ministro do Equipamento Social se deslocou e sabe que o Sr. Ministro «matou» uma reunião importante, onde ia prestar contas de um escândalo nacional. Refiro-me a um projecto que está em curso há muitos anos, de renovação e modernização da linha norte dos nossos caminhos de ferro, com gastos efectuados e previsíveis de centenas de milhões de contos, e que agora, na ponta final, se percebe, através de estudos do próprio Governo, que obedeceu a pressupostos técnicos irrealistas e falhou redondamente.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador. — O Sr. Ministro esteve presente e, no final da reunião, para «matar» mediaticamente a reunião, anunciou uma nova ponte!

Risos do CDS-PP.

Encerrou a sua prestação na Comissão com esse anúncio e foi apanhar um avião, ainda ao velho aeroporto de Lisboa, para ir não sei aonde, suponho que atrás do Sr Primeiro-Ministro, algures no mundo

O Sr. José Junqueiro (PS) — Não ouviu bem!

O Orador — O Sr. Deputado Raul Junqueiro fez referência a esse facto, porventura, para tirar o efeito, porque tinha muito pouco a dizer! O Sr. Deputado não me conhece bem mas diz que não conheço as obras das estradas para o interior, tendo-se referido ao IP3.

Sr. Deputado Raul Junqueiro. .

Vozes do PS — José Junqueiro!

O Orador — Sr. Deputado José Junqueiro, peço desculpa. É que o Sr. Deputado é muito mais recente nesta Assembleia do que eu próprio e, portanto, é mais natural que me esqueça do nome dele do que ele do meu!

Aplausos do Sr. Deputado do CDS-PP Paulo Portas.

Sr. Deputado José Junqueiro, quero dizer-lhe o seguinte: infelizmente, conheço há demasiado tempo as obras do IP3. Fazem parte de um Plano Rodoviário Nacional que devia estar concluído em 1995.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS) — Ah!

O Orador — Infelizmente, o Sr. Deputado e eu vamos conhecer as obras do IP3 por muitos mais anos. Esse é que é o problema!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador: — Também quanto às outras vias que referiu, poderia dar-lhe respostas semelhantes

A questão central que aqui quis trazer, e que o Sr. Deputado João Amaral valorizou devidamente — a questão da distribuição equitativa dos recursos do Estado, dos recursos nacionais para as grandes obras públicas que são fomentadoras de um desenvolvimento equilibrado por todo o País —, tem de ser devidamente contemplada por nós e não pode ser tratada ao nível de discussão que o Sr. Deputado José Junqueiro quis fazer predominar

Quero dizer-lhe o seguinte: não nos vamos ficar por declarações políticas desta natureza, vamos trazer a esta Câmara um grande debate sobre a questão da interioridade e da forma como ela deve ser tratada em termos da gestão dos recursos do Estado.

Aplausos do CDS-PP

No início do ano, em Janeiro, cá terão um grande debate sobre esta questão.

Com isto também queria responder ao Sr. Deputado João Amaral, dizendo-lhe o seguinte. «atrei» a esta discussão a questão do Sr. Ministro da Cultura. Sobre ele gostaria de dizer que penso que esta Assembleia e os seus Deputados não deviam aceitar discutir seja o que for com o Sr. Ministro da Cultura enquanto ele não vier cá pedir desculpas pelas mentiras que aqui disse no outro dia

Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PSD

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Muito bem falado!

O Sr. Presidente. — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro

O Sr. Fernando Serrasqueiro (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luis Queiró. Peço desculpa, Sr. Deputado Manuel Queiró. Enganei-me no seu nome!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não tem mal nenhum!

O Orador. — Queria felicitá-lo por trazer o interior do País ao debate desta Assembleia. Sou oriundo dessa zona e já vi que tenho também aí um apoiante dessa causa, do combate à interioridade e à desertificação, problema que a todos nos aflige.

O Sr. Deputado trouxe aqui esse tema, mas, provavelmente, por não ter sido eleito pelo interior, não conhece com toda a profundidade a sua problemática. O Sr. Deputado tratou-o ao nível das insuficiências rodoviárias mas ele não se resume só à questão da rede rodoviária

No meu distrito, que é o de Castelo Branco e que provavelmente conhece, o plano rodoviário, como já disse, devia estar terminado em 1995 e não está. Bom, por um lado, isto foi mau, mas para o distrito de Castelo Branco foi bom, porque deu oportunidade a este Governo de transformar um itinerário principal, que era o que eventualmente estaria previsto, numa auto-estrada, a da Beira Interior, que é a primeira lançada pelo regime SCUT, tendo o interior sido escolhido, prioritariamente, para este tipo de ligação. Por isso, pergunto: conhece o desenvolvimento que está ter a primeira auto-estrada do interior, lançada pelo regime SCUT?

Por outro lado, conhece o que se está a passar em Castelo Branco, no que respeita ao regadio da Cova da

Beira, que este Governo desbloqueou e que é uma das maiores obras em termos agrícolas, pois, apesar de servir também para o abastecimento de água às populações, tem, fundamentalmente, uma valência agrícola?

Conhece o que está a ser feito na modernização da linha ferroviária da Beira Baixa, que já chegou a Vale Prazeres e que esperamos que rapidamente se desenvolva até à Covilhã?

Sabe o Sr. Deputado que o último Governo, contrariamente a muitas vozes, decidiu instalar uma facultade de medicina na Universidade da Beira Interior?

Gostaria também de lhe recordar que — e cito aqui o Deputado Rui Rio, insuspeito para a minha bancada — o meu distrito é daqueles cujo PIDAC *per capita* é dos maiores do País, no que respeita às zonas do interior, e espero ter em si, também, um defensor para que continue a sê-lo.

O hospital da Cova da Beira vai ser inaugurado dentro de dias e gostava, pois, de o questionar sobre se tem um profundo conhecimento do que se está a passar, hoje, no interior. Sabe o que este Governo e o anterior fizeram nesta matéria?

É que reduzir toda a questão à problemática da rodovia, Sr. Deputado, parece-me insuficiente, porque o interior precisa de mais investimentos e não especificamente desse; precisa, sobretudo, que o plano ferroviário seja uma alternativa consequente em termos de ligações. Ora, restringir tudo ao plano rodoviário parece-me insuficiente

Aplausos do PS.

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro, gostaria de responder da seguinte forma: o Sr Deputado conhece o artigo 152.º da Constituição, nomeadamente o seu n.º 2, que determina que os Deputados não representam o círculo por que são eleitos mas, pelo contrário, todo o País? E ainda bem que assim é, porque isso permitiu-me trazer aqui o problema que provocou esta conversa entre nós. Mas faço-lhe notar que não foi por iniciativa do Sr. Deputado, supostamente eleito pelo interior do País, que esta questão aqui foi trazida!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador. — Foi por mim, é por isso que estamos a ter esta conversa, e vai ser por iniciativa do PP que vamos ter um debate amplo sobre todas as questões que o Sr. Deputado quis trazer aqui

Mas registo que existe uma apetência nessa bancada pela discussão destes problemas, não exactamente nos termos em que os vamos colocar, porque não vamos fazer um elogio da inércia governamental nesta matéria

Gostaria de acrescentar que o Sr. Deputado não ouviu exactamente a minha intervenção. Eu não a circunscrevi à questão rodoviária, falei nesta questão porque é a mais gritante e o Sr. Deputado não pode assistir indiferente ao anúncio de grandes obras, que totalizariam nunca menos de 900 milhões de contos, para os próximos anos, e continuar a ter um discurso optimista, quase panglossiano, em relação às obras e às empreitadas que o Governo vai anunciando, neste ou naquele sector, para este ou aquele distrito, porque nunca ultrapassaremos as profundas

assimetrias que assaltam o desenvolvimento de Portugal com essa indiferença.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Investimentos desta magnitude têm de ser muito bem justificados perante todo o País e nesse debate, em Janeiro, vamos obrigar o Governo a cá vir para justificar esses investimentos e este grande diferencial na sua aplicação por todo o País

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Sr Presidente — Para fazer uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados, é para uma interpelação à Mesa, na sequência desta intervenção do Sr Deputado Serrasqueiro, muito propositada nesta matéria, e que tem a ver com um requerimento que fiz ao Governo e ao qual não sei se já houve resposta porque dela não fui informado

O Sr. Presidente: — Se houvesse resposta teria sido anunciada hoje pelo Sr Secretário da Mesa

O Orador — Sr Presidente, se me permite, pode haver da parte de V Ex^a ou da bancada do Governo algum esclarecimento sobre a pergunta que gostaria de fazer e que tem a ver com esse requerimento. A questão é esta, Sr Presidente no dia.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — É a repetição da cena de há bocado?

O Sr Presidente — Srs Deputados, por favor, façam silêncio

O Orador — Cenas aqui só conheço as que o Sr Deputado faz, não conheço mais!

Continuando com a minha pergunta, Sr Presidente, se me é permitido fazê-la, direi que no dia 18 de Setembro de 1999 foi aprovada nesta Assembleia — por iniciativa, aliás, louvável, do PSD — a Lei n.º 171/99, que tem a ver com benefícios para a fixação de investimentos no interior e com a problemática que o Sr Deputado aqui levantou. Embora sendo uma lei tímida, era um passo importante nesse sentido. Essa lei foi aprovada com votos do PSD, do PCP e do CDS e com a abstenção do Partido Socialista e dizia que, no prazo de 90 dias, tinha de ser regulamentada por decreto-lei do Governo em dois planos em primeiro lugar, sobre as zonas a abranger e, em segundo lugar, sobre a regularização dos incentivos

Ora, pergunto o Governo ou o partido que o apoia nesta Câmara sabem se já foi regulamentado, se vai ser, quando vai ser ou em que sentido vai ser? Era isso é que gostaríamos de saber e não ouvir, apenas, palavras no ar

O Sr Presidente — Sr Deputado, os requerimentos ao Governo só por ele podem ser respondidos e por escrito. Sempre que se recebe uma resposta, esta é conduzida, imediatamente, ao Deputado que formulou a pergunta e é anunciada aqui, pela Mesa. Se não o foi é porque ainda não a recebemos

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Ele já sabia!

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sr Presidente, Srs. Deputados: Na véspera do novo milénio, Portugal continua a ter a mais elevada taxa de analfabetos da União Europeia e uma das mais elevadas do mundo, e não se vislumbram políticas que considerem a educação como prioridade para o desenvolvimento do País.

É exemplo disto mesmo a actual situação vivida no ensino superior, quer público, quer privado, e que tem constituído objecto de notícia diária, desde o inicio deste ano lectivo e desde a constituição do Governo do Partido Socialista

Alunos e professores têm vindo a chamar a atenção do Governo, do Parlamento e do País para a grave crise que as diferentes academias, de norte a sul, enfrentam.

Associações de estudantes, federações, sindicatos de professores, Conselho de Reitores são unânimes em considerar que a ausência de medidas de financiamento e a desresponsabilização do Estado estão a pôr em risco o ensino superior em Portugal.

Desde o dia em foram divulgadas as medidas educativas para a actual legislatura e até hoje, sucedem-se as tomadas de posição de toda a comunidade educativa.

É cada dia mais difícil encontrar uma faculdade ou instituto que não tenha feito ouvir a sua voz preocupada perante a inoperância e a ineficácia do Governo do Partido Socialista.

Os estudantes do Instituto Politécnico da Guarda exigiram, durante dois meses, o início do ano lectivo Denunciaram a ausência de funcionamento democrático dos órgãos de gestão da escola, a longa série de ilegalidades e a prepotência de muitos dos professores. Acusaram um professor licenciado de usurpar o título de agregado às universidades portuguesas.

Entretanto, também os estudantes dos diferentes institutos sociais do País — um de Beja, dois do Porto, dois de Coimbra e dois de Lisboa — denunciaram que a opção por uma licenciatura de serviço social obriga à frequência do ensino particular e cooperativo, com o pagamento de propinas elevadíssimas, porque não existem alternativas no ensino superior público. No entanto, o Estado é o principal empregador destes jovens licenciados. prova clara da sua necessária formação

A acção social escolar é praticamente inexistente, quer no ensino público, quer no privado. Bolsas de estudo, residências universitárias, cantinas, assistência médica, bibliotecas actualizadas, apoios a material escolar constituem, cada vez mais, excepções no sector público e primam pela ausência no sector privado. Muitos destes alunos dos institutos sociais, e outros, apesar de cumprirem os requisitos impostos pela lei da acção social escolar, não são contemplados, meramente, por falta de verbas.

Mas, agravando ainda mais a situação destes jovens, o seu plano de estudos prevê um estágio curricular de dois anos e, por isso, são recrutados para satisfazer necessidades permanentes dos serviços públicos e privados, continuando a pagar à escola privada as propinas ao mesmo tempo que passam a suportar os custos de transporte e alimentação como se fossem trabalhadores e não estudante estagiários.

Entretanto, também os estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa acusaram o Governo de subfinanciar a escola e de ignorar a situação deficitária em infra-estruturas, acção social escolar e corpo do-

cente. Dizem os alunos que, ao pretender-se a redução dos gastos da faculdade com a contratação de professores, algumas cadeiras, núcleos de estágio e seminários de mestrado em diversas licenciaturas ficaram sem funcionar. E, posteriormente, para colmatar as necessidades, passou-se a pagar aos professores à conferência, não tendo estes docentes qualquer vínculo à faculdade. A carga horária de algumas disciplinas transformou-se, inesperadamente, em conferências, de vez em quando

Entretanto, e porque dinheiro não há, o Conselho Directivo desta Faculdade propôs uma reforma curricular e científica dos vários cursos que reduz o corpo docente, a carga horária dos alunos, o número de cadeiras e as variantes de cada uma das opções.

Esta semana, no decurso de uma audição com a Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, proposta pelo Grupo Parlamentar do PCP, quando da discussão de uma petição desta associação de estudantes, ficámos também a saber que a insustentável e antidemocrática situação vivida no seio desta escola pública, quer do ponto de vista da gestão científica quer pedagógica, continua a agravar-se, apesar das denúncias feitas pelos estudantes nos últimos três anos. Ocorrem atropelos à legalidade, agressões físicas, ameaças de morte pelo telefone, promessas de reprovação em provas académicas, etc

Vozes do PCP: — É um escândalo!

A Oradora: — O medo instalou-se na escola pública!

Vozes do PCP — É uma vergonha!

A Oradora: — Alunos há a quem a matrícula é sistematicamente recusada. Alunos há que há quatro anos são impedidos de fazer qualquer cadeira. Alguns, como foi dito, irão para o estrangeiro com o objectivo de poder terminar o curso que o País lhe recusa, ano após ano

Se o aluno é trabalhador-estudante ou dirigente associativo está condenado. Os instrumentos legislativos que regulam estes estudantes estão no índice, a escola desconhece-os e recusa as matrículas destes alunos, como já o fez este ano, incluindo nestes procedimentos uma jovem estudante francesa a estudar na escola ao abrigo de um programa europeu.

Este ano, também, esta mesma escola diminuiu em cerca de três centenas o número de alunos, que, segundo a informação que nos foi dada, se matricularam numa escola privada, onde encontraram muitos dos professores da escola pública de arquitectura, e foram à procura do reconhecimento de cursos que a faculdade de arquitectura ministra mas a Ordem dos Arquitectos não reconhece.

Recentemente também, o Sindicato dos Professores da Região Centro chamava a atenção para a abertura de mais uma universidade privada, a Universidade Vasco da Gama, cujos promotores já haviam viabilizado 800 pré-inscrições, criando expectativas aos jovens que se inscreveram, sem que existisse autorização para avançar com o projecto. Entretanto, os critérios de selecção desta nova escola privada permitiram práticas de exclusão e de segregação, pondo em causa direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa. Alunos que tivessem dificuldades de aprendizagem, com problemas comportamentais, com antecedentes policiais e de droga não poderiam candidatar-se

Recentemente, o Conselho de Reitores veio também a público denunciar o que considerou ser o estado de degradação para que se caminha no ensino superior, acusando o Governo de desrespeito e quebra de compromissos

O actual Presidente do Conselho de Reitores receia que estejamos perante um grave retrocesso no financiamento das instituições e considera que não se vislumbram mudanças nas propostas do actual Executivo que o distinguam do anterior.

Mas não é só a política de financiamento que preocupa o Conselho de Reitores, também o decreto-lei, aprovado em Conselho de Ministros e vetado pelo Sr Presidente da República, que pretendia dar mais autonomia às universidades privadas, permitindo que estas criassem cursos sem autorização do Governo, a ser concretizada, seria mais uma medida que desrespeitava compromissos assumidos com o Conselho de Reitores

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora — Lamenta ainda o Conselho de Reitores que nenhuma das prioridades traçadas pelo Governo do Partido Socialista, desde Janeiro de 1999, relativamente ao financiamento, tivesse tido consequências, o que levou a que, hoje, o ensino superior esteja ainda mais degradado

Também recentemente o constitucionalista Jorge Miranda denunciou, em Faro, a existência de um grave défice de gestão democrática nas instituições de ensino superior privado, afirmando que a participação de professores e alunos na gestão destas escolas é deficiente e atenta contra a Constituição

Sr Presidente, Srs Deputados Estamos perante um grande consenso relativamente à grave situação vivida neste subsistema de ensino, consenso de que se auto-exclui o Governo do Partido Socialista, um Governo e uma tutela que continuam a avaliar o sistema educativo e os diferentes subsistemas que o integram numa lógica exclusivamente economicista, como se as escolas fossem hipermercados em permanente fim de época e só disponíveis para a prática de saldos

O Governo tem vindo a ignorar os problemas estruturais e tem vindo a apostar em medidas de imposição neoliberal que têm conduzido à condenação das instituições e à exclusão dos alunos E perante o avolumar das dificuldades, o Governo descobre como terapia única a substituição do financiamento do Estado às instituições pelas propinas impostas aos alunos, defraudando escolas e estudantes

O acréscimo de financiamento que deveria decorrer das propinas — verbas próprias das facultades, dizia o Governo do Partido Socialista, e destinadas à melhoria da qualidade de ensino prestado — transformou-se em instrumento de redução da responsabilidade financeira do Estado E perante o sub-financiamento, roubadas as instituições, o País tem vindo a saber que não há salas de aula, não há bibliotecas, não há laboratórios, não há professores, não há funcionários, não há cantinas, não há residências, não há vagas.

Vozes do PS — Não há nada!

O Sr Presidente — Srs Deputados, agradeço que façam silêncio

A Oradora — Sr Presidente, valeu a pena a interrupção para ter descoberto, finalmente, que alguma coisa incomoda a bancada do Partido Socialista!

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora — Dizia eu que, perante o sub-financiamento, roubadas as instituições, o País tem vindo a saber que não há salas de aula, não há bibliotecas, não há laboratórios, não há professores, não há funcionários, não há cantinas, não há residências, não há vagas que respondam às necessidades dos jovens estudantes, às necessidades do País, mesmo quando unanimemente se reconhece quer há falta de médicos, que há falta de enfermeiros, que há falta de quadros técnicos qualificados

Mas, para o Governo do Partido Socialista, o «filme» é outro Prefere, antes, autorizar universidades privadas, a troco sabe-se lá de quê, algumas sem a mínima qualidade, outras com pareceres antagónicos de diferentes Ministros do mesmo Governo, outras, ainda, onde é possível fazer diversos pacotes de disciplinas para ver reconhecido um curso já concluído numa escola pública mas para o qual não se tinha direito a certificação profissional

Sr Presidente, Srs Deputados São muito preocupantes os indicadores que se conhecem ao nível deste subsistema

O ensino superior, por ausência de medidas políticas, está cada vez menos em condições de responder às pressões da sociedade relativamente às actividades de formação e de investigação capazes de enfrentar os desafios que o desenvolvimento actual exige

São problemas graves não só ao nível da qualidade do ensino prestado mas também ao nível das condições para a investigação científica e ao nível dos sectores democratizadores do acesso e sucesso escolares

Por isso, o PCP propõe um conjunto de medidas urgentes de reestruturação do ensino superior universitário e politécnico, com respeito pela identidade e especificidade de cada instituição

É urgente defender e aperfeiçoar a autonomia no quadro das orientações nacionais da política educativa democrática É urgente alargar a frequência, elevar a qualidade e garantir o financiamento sustentado do sistema público É urgente apoiar o aperfeiçoamento científico curricular e pedagógico. É urgente prosseguir e generalizar os processos de avaliação e acompanhamento das instituições É urgente elevar e alargar significativamente a acção social escolar E urgente defender a qualidade do ensino e os direitos educativos dos alunos do ensino privado É urgente qualificar os recursos humanos É urgente dignificar e valorizar as carreiras docentes

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr^a Deputada Ana Catarina Mendonça

A Sr^a Ana Catarina Mendonça (PS) — Sr Presidente, Sr^a Deputada Luísa Mesquita, quem ouve a Sr^a Deputada e não lê jornais ou não está informado fica, tendencialmente, horrorizado com o panorama que aqui nos deu

Mas gostaria de começar por lhe dizer que, de facto, não só não há um consenso na sociedade portuguesa sobre o cenário que aqui apresentou como não há um consenso naquilo que é divulgado pela própria OCDE e que começo por lhe relatar Este organismo revela que o nú-

mero de estudantes no ensino superior mais do que duplicou, em Portugal, e que o ensino superior cresceu em mais de um terço.

Protestos da Deputada do PCP Luisa Mesquita

Sr^a Deputada, ouça, para depois poder dizer, com verdade, os factos como eles são!

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora: — Como dizia, o ensino superior cresceu em mais de um terço e consome uma parte considerável dos financiamentos públicos. Ou seja, há investimento no ensino superior

Em Portugal, a população do ensino superior mais do que duplicou, o que constitui um fenómeno sem paralelo nos restantes 25 países da OCDE onde existem dados neste domínio. Chegou a ser considerado internacionalmente como o milagre português

Sr^a Deputada, sem ironias e.

Protestos do PCP

Srs. Deputados, acalmem-se!

O Sr. Presidente — Srs Deputados, agradeço que ouçam a Sr^a Deputada que está no uso da palavra

Faça favor de prosseguir, Sr^a Deputada

A Oradora. — Sr Presidente. Sr^a Deputada, sem ironias, mas indo a factos concretos, reportemo-nos ao Orçamento do Estado para 1999, no que se refere à educação.

Para a educação pré-escolar, o aumento foi, em quatro anos, de 143%, para o orçamento do ensino superior, as verbas disponíveis em cinco anos cresceram 109%, ou seja, de 9,7 milhões de contos, em 1995, investiram-se 20,3 milhões de contos, em 1999. O orçamento do Ministério para o ensino superior, em termos de bolseiros, dá-nos um número de mais 13 847 bolseiros em 1999 do que em 1995

Mas continuemos, Sr^a Deputada. Os encargos no âmbito da acção social escolar e do ensino superior, no que diz respeito, essencialmente, às bolsas de estudo, cresceram para mais do dobro.

Aliás, devo dizer-lhe, Sr^a Deputada, que, no ensino superior privado, o aumento das bolsas foi de 90%, em 1995, eram muito poucos os estudantes do ensino superior privado que recebiam bolsas. Mas é também preciso lembrarmo-nos de que foi esta Assembleia da República, este Plenário, que, na anterior legislatura, aprovou a lei de financiamento do ensino superior.

O Sr José Junqueiro (PS) — Muito bem!

A Oradora: — Deixe-me recordar-lhe que a lei de financiamento do ensino superior não é uma lei de propinas, é uma lei que envolve a co-responsabilização de todas as entidades do ensino, dos estudantes aos docentes, ao Ministério da Educação, aos auxiliares de educação. E, Sr^a Deputada, a lei de financiamento do ensino superior tem três vertentes fundamentais: as propinas.

O Sr. António Filipe (PCP) — E as propinas e as propinas!

A Oradora — a acção social escolar e os contratos-programa.

Quanto à acção social escolar — a matéria está referida e os números não se podem desmentir —, quero fazer-lhe uma única pergunta, Sr^a Deputada, que é a seguinte: perante o seu cenário, assumindo o Partido Socialista que a qualidade da educação é uma prioridade, assumindo o Partido Socialista que o Estado não deve desresponsabilizar-se em matéria educativa, qual é a opinião do Partido Comunista sobre a lei de autonomia universitária? Ou seja, será que, no que diz respeito à matéria estritamente de gestão interna das instituições de ensino superior, a Sr. Ministra entende ..

Vozes do PCP — Ah!

A Oradora: — isto é, a Sr^a Deputada entende que deve aqui ferir-se a lei da autonomia das universidades em detrimento daquilo que são as estritas competências do Ministério da Educação?

Aplausos do PS

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — A única coisa que disse bem foi quando chamou «Sr. Ministra» à Sr^a Deputada!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra a Sr^a Deputada Luisa Mesquita

A Sr^a Luísa Mesquita (PCP) — Sr. Presidente, Sr^a Deputada Ana Catarina Mendonça, são distrações, mas são entendíveis! A Sr^a Deputada é muito jovem, chegou há muito pouco tempo à Comissão de Educação, Ciência e Cultura e, à medida que o seu trabalho continuar nesta Assembleia, encontrará, com certeza, tempo para ler todos os dados! É natural que, para hoje, não tenha tido tempo de ler todos os relatórios!

Mas gostaria de começar por responder à questão que colocou, porque, o resto, foram pequenos pormenores de somenos importância!

Vozes do PS: — Ah!

A Oradora — Vamos, pois, à questão, que é a da autonomia. O que é que nós pensamos da autonomia e da lei-quadro do financiamento do ensino superior? É assim. Sr^a Deputada: a lei-quadro do financiamento do ensino superior não existe. A lei que foi aprovada nesta Assembleia é a lei das propinas e de tal maneira isto é verdade

Protestos da Deputada do PS Ana Catarina Mendonça

Sr^a Deputada, vai deixar-me concluir!

Como dizia, de tal maneira isto é verdade que a única coisa que foi regulamentada, até este momento, foram as propinas, oito dias depois!

A lei do financiamento do ensino superior não existe, existe uma lei da exclusão dos alunos do ensino superior. Naturalmente, a Sr^a Deputada não se lembrará que, por proposta do Partido Socialista e por votação desta Câmara, em que nós votámos contra, ficou presente naquela lei um conceito estranhíssimo, o do chamado estudante elegível e não elegível. O aluno que não cumpre os anos que o Governo prevê, sem resolver o problemas das questões estruturais do ensino superior, que será o tempo ideal para

concluir um curso, será objecto de exclusão e o Estado não contará com ele para poder, de algum modo, financiar a instituição onde estuda!

O Sr Bernardino Soares (PCP): — É verdade!

A Oradora: — Esta mesma lei, das propinas e não do financiamento, também é a lei do roubo às instituições. Ou seja, o Governo do Partido Socialista deixou de financiar as instituições do ensino superior, dando-lhes as propinas que os alunos pagavam em troca do financiamento que fazia até esse momento. Portanto, é também a lei do roubo às instituições!

Mas quem não lê os jornais é de certeza a Sr^a Deputada e todo o Partido Socialista, porque, se não, teriam dado pelo seguinte o Sr Ministro da Educação, no dia em que tomou posse, tinha previsto fazer uma conferência de imprensa, exactamente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e foi informado atempadamente de que era melhor não sair do gabinete porque os estudantes de todos estes institutos estavam presentes, quer à porta da 5 de Outubro, quer na Faculdade de Letras, e ele não tinha resposta para lhes dar!

Portanto, a Sr^a Deputada, provavelmente, não leu os jornais, dado que toda a gente, o País inteiro — o Conselho de Reitores, os sindicatos e federações dos professores, as associações de estudantes — soube de tudo isto que aqui contei!

Mas, Sr^a Deputada, deixe que lhe diga ainda o seguinte: já tinha notado que a Sr^a Deputada não repara em muitas coisas, porque, na última reunião da Comissão de Educação, em que ouvimos aquelas barbaridades de ameaças de morte feitas durante a noite a dirigentes associativos da Faculdade de Arquitectura, em que todos os Deputados do seu partido abriram a boca de admiração, a Sr^a Deputada continuou pedir à associação de estudantes calma e tranquilidade, porque tudo se resolveria! Portanto, é natural que a sua calma e a sua tranquilidade não lhe permitem ver a realidade.

Quanto à acção social escolar, Sr^a Deputada, isso pode ser uma anedota! Ainda bem que hoje não temos aqui muitos jovens, porque, se tivéssemos estas galerias repletas de jovens, toda a gente concluiria que a Sr^a Deputada não falou da acção social escolar no nosso país.

A Sr^a Deputada sabe que um jovem português que estude no ensino superior paga 80% das despesas do mesmo, num Estado que viabiliza, através do texto constitucional, a gratuidade progressiva do ensino superior? 80%! Ou seja, repare bem o que é que resta para o Governo assumir como responsabilidade?

O Sr Presidente: — Agradeço que termine, Sr^a Deputada

A Oradora: — Vou já terminar, Sr Presidente.

Os estudantes disseram-lhe, a si, como elemento e Deputada do Partido Socialista, que não há cantinas, residências, refeitórios, apoios. São as associações de estudantes que se substituem ao Governo, assumindo o seu papel nas faculdades, dando aos alunos aquilo que o Estado não lhes dá!

O Sr Presidente: — A Sr^a Deputada Ana Catarina Mendonça pede a palavra para que efectue?

A Sr^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Para defesa da honra da bancada, Sr Presidente

O Sr Presidente: — Tem a palavra, Sr^a Deputada

A Sr^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr Presidente, Srs Deputados, pasmo ao ouvir a intervenção da Sr^a Deputada Luísa Mesquita!

Quando se faz um discurso para fora sobre os jovens, sobre a necessidade que os jovens têm de intervir na sociedade, de activamente participarem na sociedade, de se incentivar a participação cívica, a cidadania dos jovens, são os Srs Deputados que aqui podem em causa um jovem que foi democraticamente eleito para estar aqui, nesta Casa,

Aplausos do PS

... com tanta legitimidade como os Srs Deputados mais velhos!

Há uma coisa que se chama solidariedade intergeracional. Há uma coisa que se chama aprendermos uns com os outros

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — E é isso que devemos aqui fazer, Sr^a Deputada, respeitando os direitos de cada um de nós em primeiro lugar, os direitos de cada um dos cidadãos e, em segundo lugar, o direito de cada um de nós de estar aqui sentado!

Gostaria de lhe recordar, a si, Sr^a Deputada, deixando-lhe só esta pequena nota, sem explorar mais a demagogia do seu discurso a Sr^a Deputada não terá talvez chegado a este Plenário, hoje, a tempo de assistir, mas foi a bancada do Partido Socialista, através da minha pessoa, que, mais uma vez, fez uma interpelação à Mesa, pedindo ao Sr Presidente da Assembleia da República que providencie rapidamente o relatório da Inspecção-Geral da Educação, para que seja apurada a responsabilidade, para que sejam apurados os culpados na matéria da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Sr^a Deputada, não estou desatenta, não deixo de ouvir e defenderei os interesses dos estudantes sempre que o puder fazer!

Aplausos do PS

O Sr Presidente: — Para dar explicações, querendo, tem a palavra a Sr^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr^a Luisa Mesquita (PCP): — Sr Presidente, de facto, há pouco, para além de tudo aquilo que respondi à Sr^a Deputada, esqueci-me de acrescentar algo que vou agora dizer-lhe e que é o seguinte: a Sr^a Deputada é também uma Deputada distraída! É distraída e não reparou que eu já estava presente, na bancada ao seu lado, quando a Sr^a Deputada, apressadamente e porque já tinha conhecimento da declaração política que ia ser feita pela minha bancada, colocou a questão da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

É natural, Sr^a Deputada, e não tencionava corrigir a informação mais ou menos incorrecta que deu ao Plenário, mas a Sr^a Deputada pediu, pelo que aqui tem o esclarecimento!

Efectivamente, não foi o Partido Socialista que fez esse pedido no Plenário da Assembleia da República. A Sr^a Deputada está equivocada. Quem fez o pedido das audições e do envio dos relatórios,

A Sr^a Ana Catarina Mendonça (PS). — Foi o Partido Socialista!

A Oradora — .. quer agora, quer há dois anos, foi o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Mas a Sr^a Deputada também estava distraída há dois anos — é que esta questão não é de agora, é de há dois anos! Há dois anos, fomos nós que o fizemos e, há oito dias, fomos também nós que o fizemos! Aqui tem o esclarecimento, Sr^a Deputada

Agora, para além das questões que levantei há pouco, não seja tão distraída, porque, normalmente, as distrações em política custam caro!

Vozes do PCP — Muito bem!

A Sr^a Ana Catarina Mendonça (PS) — Peço a palavra, Sr Presidente.

O Sr Presidente. — Sr^a Deputada, pede a palavra para que efectue?

A Sr^a Ana Catarina Mendonça (PS) — Para fazer uma rápida interpelação à Mesa, Sr Presidente

O Sr Presidente. — Sr^a Deputada, o problema não é o tempo, é a justificação da figura. A Sr^a Deputada ouviu o que se passou há pouco mas já está a reincidir nos mesmos erros de sempre. Assim nunca vamos lá, porque os Srs Deputados não querem! Todos concordam que está errada a interpretação que se faz da figura da interpelação à Mesa, mas, depois, na prática cada um quer uma excepção a seu favor.

A Sr^a Deputada terá outras oportunidades para intervir. Portanto, não insista, visto que não dou a palavra. É que foram os Srs Deputados que me autorizaram a não dar a palavra e, até à discussão na próxima Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, ou me dizem qual é a matéria da interpelação ou não haverá mais interpelações.

É que a interpelação é uma figura que, como se sabe, só pode ser utilizada de uma forma estrita, a propósito apenas da ordem de trabalhos e da condução dos trabalhos pela Mesa.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados o Sr Primeiro-Ministro está de passagem em Portugal — pelo menos, ontem ainda estava por cá. O Sr Primeiro-Ministro veio de Helsínquia directo para os Açores e fez muito bem. Os açoreanos, em geral, e os familiares das vítimas da catástrofe aérea de São Jorge, em particular, bem precisavam e certamente muito apreciaram este gesto oportuno de pesar e de solidariedade.

O problema é que, regressado a São Bento, o Sr. Primeiro-Ministro não disse, até hoje, uma única palavra pertinente nem tomou uma só decisão face aos mais prementes e actuais problemas com que o Governo se confronta e que afectam as populações.

Como vem sendo hábito, o Primeiro-Ministro, quando as coisas correm mal ao Governo, desaparece de cena e deixa que o ónus e a responsabilidade dos problemas sejam imputados exclusivamente aos Ministros. Pretende fazer-nos esquecer de que ele é o primeiro responsável pelo Governo e, consequentemente, pelos problemas que cria ou deixa criar e que não sabe resolver ou resolve mal.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador: — Sr Presidente, Srs. Deputados Ontem não fomos surpreendidos pela lamentável cedência do Primeiro-Ministro, em toda a linha, às exigências do Ministro da Cultura. O Primeiro-Ministro foi, mais uma vez, igual a si próprio primeiro, encarregou uma «fonte autorizada» do seu gabinete de esclarecer publicamente que o Ministro Carrilho continua a merecer a sua confiança. Igual mensagem chegou-nos ontem, ironicamente em plena cerimónia de posse da Dr^a Teresa Lago.

Com o pretexto de falar para o futuro, nenhuma referência fez ao notável trabalho do Dr Artur Santos Silva, que esta Assembleia louvou, sem qualquer voto contra e, recordo, com os votos favoráveis também do PS.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — A seguir, o Primeiro-Ministro passou uma esponja sobre as tropelias e o pedantismo mal educado do Ministro Carrilho e, essencialmente, admitiu implicitamente por omissão que faltar à verdade à Assembleia da República não tem a menor das importâncias.

Aplausos do PS

O Sr. Primeiro-Ministro fez exactamente o que lhe exigia o Ministro da Cultura.

Estaremos, Sr Presidente e Srs. Deputados, porventura, a ser excessivamente severos para com o Ministro da Cultura. Esquecemo-nos, pelo menos, do contributo decisivo por ele proporcionado na exponencial proliferação de agentes culturais, como foi notório na longuíssima fila em que estoicamente milhares dos ditos aguardaram durante horas a oportunidade de cumprimentar o mais alto magistrado da Nação. Mas, sem embargo do mérito que lhe é inteiramente atribuível neste interessante fenómeno, a verdade é que o Ministro, para além de distorcer grosseiramente as posições concretas do PSD em matéria de cultura, faltou à verdade a esta Assembleia da República. E isso, em democracia, não devia ficar impune. Isso devia ter como consequência irremediável a demissão imediata do Ministro.

O Primeiro-Ministro invocou recentemente a «república das bananas» a despropósito da intervenção inevitável da Comissão no caso Champalimaud-Santander.

Permitam-me que vos diga que, agora sim, neste caso, esta impunidade de quem falta à verdade à Assembleia da República é que é verdadeiramente digna da dita «república das bananas».

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador: — Sr Presidente, Srs Deputados: A este propósito é essencial que fique claro que o PSD não tem a mínima reserva mental em relação à iniciativa «Porto — Capital Europeia da Cultura 2001», iniciativa esta de excepcional relevância não apenas para a cidade e para região em que se insere mas também para todo o País.

A nossa postura é de apoio construtivo, crítico, mas sem ambiguidades, a nossa expectativa é que seja um êxito, a nossa esperança é que a tutela se entretenha noutros lados, abstendo-se de provocar mais estragos ao Porto. Aqui deixamos sinceramente votos de sucesso à Dr^a Teresa Lago e à equipa que lidera.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Srs Deputados, na frente europeia, verificou-se o fracasso rotundo da iniciativa apregoada precipitadamente como jóia da presidência portuguesa: a Conferência Intergovernamental Euro-Africana

Mas mais grave do que essa iniciativa abortada é a displicência com que o Governo permitiu que fosse arrogantemente negado a um português o cargo de director-geral da Comissão numa das diversas vagas existentes. Como não duvidamos da boa fé do Governo, só a displicência ou a incompetência podem justificar não só o insucesso mas agora também a passividade, a inércia e a falta de uma reacção tempestiva face à decisão da Comissão.

Portugal não pode abdicar do direito a ter um nacional a ocupar tal posto e tem argumentos consistentes para não desistir deste combate.

Portugal sempre teve esse posto na hierarquia da Comissão, resultante, é certo, de uma quota informal, e não é justificável que Estados bem menos populosos disponham dessa posição, nem é aceitável que outros Estados beneficiem de seis ou sete directores-gerais, por muito grandes e poderosos que possam ser.

Estamos perante uma questão de princípio.

Se abdicarmos, temo muito que não pare aqui a violação dos nossos direitos como Estado membro.

Na verdade, Sr Presidente, amanhã, na conferência intergovernamental que vai rever o Tratado de Amsterdão, em ordem a adaptar as instituições ao próximo alargamento da União Europeia, pode seguir-se possivelmente uma nova afronta a Portugal. De facto, se hoje calarmos e consentirmos na extorsão de um director-geral, não nos iludamos: amanhã podem tentar fazer rigorosamente o mesmo com o comissário a que temos direito.

Não pensem que estou a falar de fantasmas; estou a falar de propostas concretas que estiveram e estão em cima da mesa, subscritas por aqueles que insidiosamente procuram governar a Europa através de um directório dos grandes Estados membros.

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Orador. — São propostas que se fundamentam em pretextos inaceitáveis relacionados com a exigência de eficácia e de operacionalidade da Comissão.

A provocação desses nossos parceiros europeus vai ao ponto de, noutras propostas, manterem «generosamente» o princípio de um comissário por país, mas distinguindo entre comissários de primeira, com direito de participação no colégio e direito de voto, e comissários subalternos, sem esses direitos.

Por tudo o que fica dito, o PSD não dá como encerrado este assunto e exige ao Primeiro-Ministro que não baixe os braços, que recorra aos trunfos que diz ter no plano internacional e que exija para Portugal o que é do nosso direito e do nosso interesse.

Aplausos do PSD

Também neste domínio é ao Sr Primeiro-Ministro que continuaremos a pedir contas.

Permitam-me, Srs Deputados, que acrescente uma nota que me acaba de ser suscitada pelo debate aqui ocorrido a propósito da política de obras públicas, questão levantada, de resto, pelo Sr Deputado Manuel Queiróz.

O que me preocupa sinceramente quanto ao que ontem ouvi na televisão durante o Telejornal por parte do Sr Mi-

nistro Jorge Coelho é que ele parece ter inaugurado uma nova modalidade para o anúncio das iniciativas do seu Ministério.

Depois de uma fase interessantíssima, a que assistimos, de anúncio virtual de obras virtuais, passámos, ontem, aparentemente, a ter uma nova modalidade, que é o anúncio de obras do tipo «penso eu de que».

Risos do PSD

O Sr Ministro não anunciou qualquer decisão por parte do órgão competente Conselho de Ministros. O Sr Ministro anunciou ao País, pomposamente, no *Telejornal* o que ele pensa sobre a nova travessia do Tejo.

O Sr José Magalhães (PS) — Não pode pensar?! É crime?

O Sr José Junqueiro (PS) — Não pode pensar o que quiser?!

O Orador — Evidentemente, pode pensar o que quiser, mas a eficácia prática do que ele disse, da forma como disse no *Telejornal* é apenas uma a de provocar o agravamento da especulação imobiliária nos extremos do corredor Chelas-Barreiro. Não é mais nenhuma!

Aplausos do PSD

É por isso, Srs Deputados, que a este propósito me permito sugerir que o Sr Ministro passe a anunciar decisões concretas e não aquilo que ele pensa sobre corredores rodoviários no Tejo ou sobre quaisquer outras obras no País.

Sr Presidente, Srs. Deputados: Aproximamo-nos da viragem do século e do final dos primeiros 100 dias do Governo socialista.

Por este caminho, no centésimo dia vamos provavelmente assistir a mais um recorde deste executivo, a saber: os piores primeiros 100 dias de todos os Governos «desde o tempo de D. Maria I».

Aplausos e risos do PSD

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado António Capucho, inscreveram-se os Srs Deputados José Barros Moura e Paulo Portas.

Tem a palavra o Sr Deputado José Barros Moura.

O Sr José Barros Moura (PS) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Capucho, tive o privilégio de conhecê-lo nas andanças comuns como Deputados ao Parlamento Europeu e devo confessar que me surpreenderam o tom e o conteúdo da sua intervenção, que está nos antípodas da imagem de seriedade e de correção a que o Sr. Deputado nos habituou enquanto Deputado e Vice-Presidente do Parlamento Europeu.

O Sr José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Orador: — Em primeiro lugar, quero começar por abordar a referência que o Sr. Deputado António Capucho se permitiu fazer ao falar de especulação imobiliária, em termos de insinuação, às motivações do Sr. Ministro da Presidência e do Equipamento Social ao anunciar o seu ponto de vista sobre algo que há muito tempo é discutido.

entre os especialistas e que, como o seu Colega de bancada, Sr. Deputado Ferreira do Amaral, ainda há dias lembrava na televisão, se trata de corredores que estão reservados há muito. Portanto, surpreende-me vivamente que o Sr. Deputado António Capucho se tenha permitido, repito, contrariando a imagem de seriedade e de rigor a que nos tinha habituado, lançar uma insinuação tão baixa sobre um membro do Governo português.

Aplausos do PS.

Recordo-lhe que a lama que se lança sobre os adversários políticos, mas tarde ou mais cedo, pode cair sobre quem faz tais acusações.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — A segunda observação que quero fazer é a seguinte: quero exprimir toda a minha compreensão pelas dificuldades internas em que se encontra hoje o PSD e que o levam, sempre que as mesmas vêm ao de cima, a disparar nas outras direcções, pretendendo, assim, esconjurar os problemas reais que o PSD tem no seu seio.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador. — Fá-lo de uma maneira que também me surpreende então, o Sr. Deputado António Capucho é capaz de cair no provincialismo daqueles que acusam um primeiro-ministro de um Estado membro da União Europeia, em breve presidente em exercício da União Europeia, de viajar para fora do País?

Então o Sr. Deputado, que exerceu durante uma parte da sua vida fora do País, entende que é legítimo e que está ao seu nível cair nesse baixo estilo de crítica política, que acentua o provincialismo, a tacanhez e a inveja com que por vezes se observa a vida política portuguesa?!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — Quero fazer só mais duas referências antes de colocar uma pergunta.

O Sr. Deputado referiu-se aos problemas, felizmente resolvidos, da crise que atravessou o órgão de gestão da iniciativa «Porto — Capital Europeia da Cultura 2001».

Devo dizer que comprehendo e aplaudo que o Primeiro-Ministro António Guterres não tenha entrado na polémica rasteira de distribuir culpas e prémios e que se tenha preocupado ontem em apontar o caminho do futuro para que a iniciativa «Porto — Capital Europeia da Cultura 2001» seja um sucesso. Acho que era isso que esperávamos do Primeiro-Ministro, que bem fez em não entrar nem no elogio dos «homens providenciais» nem na crítica de um ministro do seu Governo que manifestamente tem realizado um programa que valorizou culturalmente a cidade do Porto, todo o Norte do País e o conjunto de Portugal.

O Sr. Presidente — Tem de terminar, Sr. Deputado

O Orador: — Termine já, Sr. Presidente

A pergunta que quero colocar ao Sr. Deputado António Capucho diz respeito à questão do director-geral da Co-

missão, questão que, como pode imaginar, nos preocupa a todos.

O Sr. Deputado quer esclarecer-nos sobre as responsabilidades do PSD na indicação de nomes de candidatos à direcção-geral da Comissão Europeia? Quer indicar-nos quais foram os nomes que o Governo português lhe propôs e quem é que o PSD contrapropôs?

Aplausos do PS

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado António Capucho.

Srs. Deputados, peço que façam silêncio, se não, o Sr. Deputado não tem condições para usar da palavra. Faça favor, Sr. Deputado

O Sr. António Capucho (PSD). — Sr. Presidente, se há mais perguntas, estou perfeitamente disponível para aguardar que a bancada do Partido Socialista as faça. Não há qualquer problema.

O Sr. Presidente. — Há mais uma pergunta, como já disse, mas se quiser responder já faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Barros Moura, começo pela questão que suscitei a propósito da especulação imobiliária para dizer que improvisei esse ponto imediatamente a seguir à intervenção quer da sua bancada quer da bancada do CDS-PP e que não tenho a mínima dúvida sobre as motivações do Sr. Ministro ao ir ontem à televisão iniciar uma nova modalidade de anúncio de obras, que pensa serem importantes, em vez de anunciar decisões dos órgãos competentes. A motivação do Sr. Ministro Jorge Coelho é ganhar votos, o que é óbvio, é fazer política partidária, é tentar evidenciar que ele é um homem que faz, ao contrário do antecessor que fazia obras virtuais, o que ficou implícito na sua intervenção. Nunca me passou pela cabeça estar a acusar o Ministro de ter motivações de carácter especulativo. Agora, o que posso constatar, como observador imparcial, .

O Sr. José Magalhães (PS): — Imparcial?!

O Orador: — Pretendo ser, Sr. Deputado

Como dizia, evidentemente, a única consequência prática daquela intervenção, para além de eventualmente ter ganho votos porventura a algum incauto que ainda acredite no anúncio de obras que o Sr. Ministro pensa que são úteis naquele local, é a de ele, com o anúncio que fez acerca do que pensa do assunto, poder proporcionar o agravamento especulativo nos extremos do corredor Barreiro-Chelas.

Não suspeito minimamente de que as motivações do Sr. Ministro Jorge Coelho, que é uma pessoa séria, .

O Sr. José Junqueiro (PS): — Ah, não são só do PSD!...

O Orador: — E do PS também!

Repto: não suspeito minimamente de que as motivações do Sr. Ministro Jorge Coelho, ao dizer o que disse em pleno *Telejornal* das 20 horas, sejam essas, ou seja, de natureza meramente eleitoralista.

Sobre a questão das viagens, Sr Deputado, na minha intervenção não tenho uma única referência feita a viagens que não seja a de constatar que o Sr. Primeiro-Ministro, ao regressar ao País, onde se encontra, foi directamente para os Açores e elogie!

O Sr José Magalhães (PS) — Infelizmente!

O Orador — o Sr Primeiro-Ministro por, com esse gesto, ter levado conforto e pesar às populações dos Açores e aos familiares das vítimas. Nada mais do que isto! Não há qualquer provincialismo!

Agora, tenho de constatar que, de facto, os períodos em que o Sr Primeiro-Ministro está no País não são bastantes, tendo em conta o Governo que ele escolheu e apesar dos esquemas de coordenação que ele diz ter no seio do seu Governo!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador: — Ou o Sr Primeiro-Ministro põe mão neste Governo ou, de facto, ao fim de 100 dias, vamos ter os piores 100 dias, «desde os tempos da D. Maria II»!

Risos do PSD.

Isto é uma constatação que o eleitorado faz calmamente, que a população faz calmamente! Não é preciso um grande esforço!

O Sr José Magalhães (PS) — Olhe que as sondagens não dizem isso!

O Orador. — É preciso que o Sr Primeiro-Ministro consiga governar o País e não consegue governar o País lá de fora!

Respondendo à próxima pergunta, direi que, evidentemente, não falo nas questões internas do PSD, nem sequer falo nas questões internas do PS

O Sr. José Junqueiro (PS) — Não fala?

O Orador — Ó Sr. Deputado, no preciso momento em que VV Ex^a quiserem transformar este Parlamento num debate lateral sobre questões internas dos partidos...

O Sr José Magalhães (PS). — Não somos nós, é o Dr Santana Lopes!

O Orador: — O Dr. Santana Lopes .. Deixe o Dr. Santana Lopes em paz que está a presidir à Câmara da Figueira da Foz. Quando eu quiser «responder à letra» — eu é que não faço isso, Sr Presidente, porque respeito esta instituição parlamentar! ..

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — ponho-me a ler a carta do Sr Prof Eurico de Figueiredo ao Primeiro-Ministro, ou ponho-me a ler a entrevista do Sr. Prof. Sousa Franco à *Visão* e o que ele diz da Ministra

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Se querem que eu enverede por aí, eu enveredo!...

Aplausos do PSD

Mas não faço isso! E não faço isso exactamente porque respeito esta instituição!

Pedia, no entanto, que VV Ex^a tivessem cuidado com essas liberdades de expressão a propósito não das dificuldades internas do PSD mas do saudável pluralismo interno do PSD!

Quando ao director-geral

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado, pois esgotou o seu tempo

O Orador — Vou já terminar, Sr. Presidente, respondendo à questão fulcral, que é o problema do director-geral. V Ex^a não fez um único comentário sobre a forma como o Sr Primeiro-Ministro «engoliu» todas as exigências do Ministro da Cultura.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Pudera!

O Orador — ... nem sobre a forma como, com tal displicência.. Se o Sr. Primeiro-Ministro fosse para o estrangeiro para assegurar para o País a direcção-geral a que temos direito podia lá ficar durante 15 dias! Mas a verdade é que ele não assegurou! Portanto, não percebi a sua pergunta!

O PSD nada tem a ver com a negociação. O PSD sugeriu ao Sr Primeiro-Ministro nomes de pessoas capazes para preencherem qualquer vaga de director-geral

O Sr. José Barros Moura (PS) — Diga quem era!

O Orador — Não tenho de dizer publicamente quem era..

Vozes do PS. — Ah!

O Orador — Posso fazê-lo em sede própria, noutra oportunidade Aliás, nem vou ter tempo para isso! Se nós não temos director-geral é exclusivamente pela incompetência e pela displicência deste Governo e, em primeira linha, do Primeiro-Ministro!

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr Deputado António Capucho, começaria por fazer-lhe uma pergunta que é esta não estando nas mãos desta Assembleia da República demitir o Sr Ministro da Cultura e tendo esta Assembleia da República um problema «de verdade» com o Ministro da Cultura. — ouvi ontem o Sr Primeiro-Ministro pronunciar-se sobre aquilo que ele considera não um problema mas uma oportunidade, esquecendo-se de dizer que quem tinha criado o problema era o seu próprio Ministro da Cultura —, há, sobretudo, uma questão de honradez e de verticalidade entre esta instituição e um membro do Governo e que, creio eu, deve ser resolvida.

Por isso lhe perguntava, na sequência do que fez o meu Colega Deputado Manuel Queiró, o seguinte: não pensa que enquanto o Sr Ministro da Cultura não se retratar, face à verdade que não disse ou às mentiras que disse, neste Parlamento, os Deputados desta Câmara devem recusar-se a discutir o que quer que seja com esse Ministro da Cultura? É a pergunta que lhe deixo

Depois, relativamente ao problema da vaga para director-geral da agricultura que, como sabem, foi para Espanha tendo Portugal perdido a candidatura, direi o seguinte: sobre a relevância do tema estamos de acordo — de resto, apresentámos um voto sobre isso que aguarda generosamente, inscrição na agenda de trabalhos desta Assembleia —.

O Sr. José Magalhães (PS). — Já está agendado!

O Orador: — Talvez para o ano! É como quanto ao voto sobre Angola!

O Sr. José Junqueiro (PS): — Já foi agendado!

O Orador. — O meu ponto é este, se nós tivéssemos o director-geral das pescas, duvido que a proposta de pescas da Comissão Europeia apresentada, hoje, lesasse Portugal como esta lesou.

E há aí uma primeira responsabilidade do Governo troucou uma direcção-geral por outra sem ter a garantia de que o que perdia num lado ia ganhar no outro

Mas, Sr. Deputado António Capucho, a responsabilidade não é unilateral, é também vossa porque o partido proponente da candidatura é o PSD! E, nesta co-gestão dos assuntos federais europeus entre socialistas e sociais-democratas, a responsabilidade nessa matéria é partilhada. E só lhe faço uma pergunta: tem, em consciência, a certeza de que o PSD indicou em primeiro lugar o melhor candidato à direcção-geral da agricultura?

O Sr. José Junqueiro (PS) — Isso é difícil de responder!

O Orador. — E que a candidatura que apresentou em derradeira forma, e em substituição, era capaz de vencer o lugar de Director-Geral da Agricultura?

O Sr. José Magalhães (PS): — Ele não revela isso, é tabu!

O Orador — É a única pergunta que lhe faço porque penso que a responsabilidade está ali, na bancada do PS, mas também está na vossa bancada!

O Sr. Rosado Fernandes (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador. — Finalmente, estou inteiramente de acordo com os seus receios em matéria da Conferência Intergovernamental.

Mas creio que, sobrando-lhe razão, falta-lhe autoridade: é porque quem anda a defender que países como Portugal percam um comissário — o comissário a que têm direito — são os vossos amigos do Partido Popular Europeu! Os vossos colegas, nomeadamente os que vêm dos países maiores e centrais que querem fazer na União Europeia, não uma associação de Estados soberanos mas um directório federal.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — E isso implica ser capaz de criticar, aqui, a ausência de reacção do Governo e, lá, as propostas dos alemães do PPE que querem reduzir a União Europeia a um governo de directório em que os países mais fortes têm tudo e os países mais pequenos, ou menos ricos, ou menos populosos nada têm!

E essa é uma coragem que não pode terminar aqui, tem de se ter lá!

Finalmente para terminar, Sr Presidente, quero deixar-lhe apenas este reparo: é que tão importante como ter o comissário é ter o direito de voto e sobre isso não o ouvi falar!

E, sobre quem quer acabar com o direito de voto, chamo-lhe a atenção de que quer acabar com a possibilidade de um ministro português — vosso, nosso, dos socialistas ou dos comunistas — algum dia poder opor-se, em nome do interesse nacional, a uma decisão da Comunidade

(*O Orador reviu*)

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado António Capucho

O Sr. António Capucho (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Paulo Portas, muito obrigado pelas suas questões.

Em primeiro lugar, quero dizer-lhe que em relação ao Sr Ministro da Cultura me limito a constatar os factos: ele não disse a verdade na Comissão, o Sr Primeiro-Ministro, por omisso pelo menos, dá cobertura a esta situação — o que é escandaloso, o que é lamentável, o que é digno de uma «república de bananas», isto, sim!

O Sr. José Magalhães (PS) — Isso não é forma de falar!

O Orador — Sobre qual é a nossa reacção, aguardará, pois assumiremos a posição que entendermos correcta

Em relação à «responsabilidade partilhada», aí há uma confusão monumental do Partido Popular, confusão que não sei se não é propositada, intencional

Vozes do CDS-PP — Olhe que não é!

O Orador — Ó Sr Deputado, não há qualquer «responsabilidade partilhada», há apenas uma entidade que negoceia — ao nível da Comissão Europeia — o preenchimento do cargo em questão! E essa entidade chama-se Governo português!

O Sr. José Magalhães (PS) — Diga o nome que o PSD propôs!

O Orador — O PSD limitou-se, segundo a tradição que existe, não apenas no nosso País mas na generalidade dos países europeus, a sugerir nomes para as diversas eventualidades, para as diversas vagas que se perfilavam, designadamente para aquela que era mais óbvia. E esse nome é absolutamente inquestionável como sendo alguém de inequívoca qualidade, com um currículo político e com um currículo ao nível da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério da Agricultura que não merecia qualquer espécie de comparação negativa com qualquer outro candidato, muito menos com este espanhol que subiu ao lugar!

Mas não vamos reduzir o problema da direcção-geral em causa ao problema da agricultura! Isso é o que pretende o Governo! É porque estavam outras vagas em aberto e o PSD tinha nomes para preencher essas vagas, designadamente de personalidades que não são das nossas fileiras e que num caso era perfeitamente inquestionável tratar-se da pessoa mais preparada para o lugar

O Sr. Deputado Paulo Portas pode acreditar não é uma questão curricular, não é uma questão de primeira ou de segunda escolha, é uma questão de termos cedido, ignobilmente, e de termos sido inábeis!

Vamos ser francos: se o Governo não tinha assegurado o preenchimento da direcção-geral da agricultura, não tinha levado o Dr Cavaco para Chefe de Gabinete do Dr. Vitorino¹ — não estou a falar do Professor Cavaco Silva, estou a falar do director-geral

Risos gerais

Portanto, houve inabilidade, houve displicência, nada mais do que isso! Não há responsabilidade partilhada!

A responsabilidade é do Governo e é do Primeiro-Ministro que, quando viaja, se esquece de negociar o importante! Importa-se mais com as televisões!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Quanto à Conferência Intergovernamental Euro-Africana, Sr Deputado, vamos ser francos: V Ex^a, de cinco em cinco minutos, invoca-se como lídimo representante da democracia-cristã Quando quer bater na democracia cristã internacional, bate no PPE!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não são democratas-cristãos! Mas os senhores são?

O Orador — Ó Sr Deputado, fundamentalmente, como sabe, o cerne do PPE são os deputados democratas-cristãos O partido alemão que tem assento no PPE é o Partido Democrata-Cristão alemão

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Eu sou português de primeira, Sr Deputado!

O Orador — Não há proposta alguma de qualquer partido democrata-cristão que tome assento no PPE no sentido que o Sr Deputado diz.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Oh!

O Orador. — Desculpe! Neste momento, não há proposta alguma de qualquer partido democrata-cristão no sentido de retirar o comissário a cada um dos países

Pelo contrário, há partidos democrata-cristãos oriundos de grandes Estados europeus que estão no PPE ao nosso lado — e não ao vosso lado — que, pelo contrário, abdicam de um dos dois comissários A questão não se põe por aí, o perigo não vem daí!

O perigo vem da possibilidade de os cinco grandes Estados, olhando a fragilidade de alguns médios e pequenos Estados, como, por exemplo, Portugal se revelou fraco a negociar, inábil a negociar, displicente a negociar na Europa, aproveitarem essa situação para esses Estados (que não os partidos democrata-cristãos) tomarem de assalto a Comissão e, com pretextos de eficácia, com pretextos de que a Comissão não pode ser alargada indefinidamente com o alargamento, retirarem um comissário aos pequenos e aos médios Estados

É evidente que não acredito que isso acontecerá, porque o PPE, no qual toma assento o PSD, não o vai permitir!

Aplausos do PSD

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Fica registado no Diário¹

O Sr. Presidente. — Srs. Deputados, lembro que — não na Sala D. Maria, como é habitual, mas na Sala de Visitas do Presidente da Assembleia — decorrem eleições que precisam de um certo número de votantes

Agradeço que todos os Srs. Deputados, que ainda não foram votar, exerçam o seu direito de voto, mas que não vão todos ao mesmo tempo

Para a última declaração política de hoje, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã

O Sr. Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr^o e Srs. Deputados O julgamento de Otelo Saraiva de Carvalho que se iniciou esta semana, na Boa Hora, é uma afronta à democracia e à justiça Configura uma perseguição jurídica que não é inocente de discriminação política e que exige uma firme tomada de posição de quem não queira silenciar o direito e o avesso da nossa História colectiva

O julgamento esteve, desde sempre, marcado por uma grave afirmação constitucional quando foram presos, Otelo e os seus companheiros estiveram mais de um mês sem acesso aos seus advogados e foram confrontados com uma nebulosa acusação de contornos indefinidos e de rigor jurídico nulo — até terem surgido os «arrependidos» que ajudaram a acusação a construir a história conveniente

A falta de garantias da defesa e o abuso prepotente da acusação, com base no recurso à figura do incício ou acusação ou mentira paga, manchou gravemente as tradições garantistas do nosso sistema jurídico A figura do arrependido é, de facto, duvidosa do ponto de vista do Direito e repugnante do ponto de vista da justiça, pois não existem fronteiras demarcáveis entre a provocação *a priori* e a declaração *a posteriori* sobre actos criminosos

No entanto, e mesmo nestas circunstâncias, após cinco anos de prisão, não tinha sido obtida a condenação em última instância judicial, o que determinou a nulidade do processo

Deveria também esse julgamento de então ter reunido todos os processos, como a defesa incessantemente pediu na altura, evitando o que, afinal, veio a acontecer, uma espécie de condenação a pena de julgamento perpétuo, pelo ressurgimento, de década em década, de novos processos soterrados entretanto no esquecimento ou na falta de oportunidade política

Intervieio o Parlamento com uma amnistia parcial, que aqui provocou forte discussão, mas que não evitou a consequência do processo actual É tempo, portanto, de o discutirmos Na opinião do Bloco de Esquerda, este julgamento é extemporâneo, errado politicamente e configura e agrava uma assimetria histórica, que é insultuosa para a democracia

Porque houve uma amnistia, essa não declarada, mas total, para o terrorismo de direita, que deixou um rasto de sangue e vítimas, mas que nunca foi julgado. Um dos seus mentores e chefes declarados, António de Spínola, foi mesmo nomeado Chanceler das Ordens por um Presidente da República, e as Deputadas e Deputados com melhor memória lembrar-se-ão de que este dignitário vetou sucessivas propostas de concessão da Ordem da Liberdade a militantes antifascistas, alguns dos quais cuja libertação o próprio Spínola tinha tentado impedir nos dias 25 e 26 de Abril de 1974

Porque o processo que agora abrange Otelo se reporta a factos historicamente datados, acusa homens e mulheres

que passaram anos na prisão, que se reinseriram na vida social e profissional e que não actuam, de nenhum modo, em organizações do tipo das que suscitaram esta acusação, então, deveria este processo ser terminado, porque passaram 20 anos e porque esta história terminou e é tempo de terminarmos de a terminar.

A questão ontem colocada ao Parlamento por um artigo de Fernando Rosas é, portanto, de toda a actualidade: «Acham justo, útil ou prestigiante para a democracia e a justiça portuguesas que Otelo Saraiva de Carvalho e os seus companheiros regressem à prisão? Se não acham, por que é que estão a deixar que isso aconteça?»

O Bloco de Esquerda juntará a sua voz à das Deputadas e dos Deputados que não queiram deixar que isso aconteça, em nome da dignidade da democracia

O Sr Presidente: — Srs. Deputados, não há pedidos de esclarecimento, mas temos nada mais nada menos do que sete votos para discutir e votar. Penso que não há condições para votarmos hoje todos estes votos. Como três deles têm afinidades e alguma delicadeza (são três votos sobre Angola perspectivados de vários ângulos), sugiro que a discussão se faça hoje mas no fim Uma vez que já alterámos a nossa ordem de trabalhos, alterávamo-la mais uma vez, começando pelo debate de urgência, ao qual se seguiria a discussão conjunta dos vários projectos de lei e, finalmente, a discussão e votação dos quatro votos que não versam sobre Angola, deixando, para amanhã, os restantes, isto se houver consenso em discuti-los e votá-los amanhã, porque, não havendo período de antes da ordem do dia, tem de haver consenso nesse sentido.

Dado não existir qualquer oposição a que assim se proceda, vamos passar ao debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, sobre «O PROCOM/Urbanismo Comercial»

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados O que se tem vindo a passar com o PROCOM – Programa de Apoio ao Comércio, designadamente quanto à medida que engloba os projectos de urbanismo comercial, é particularmente grave

A partir de meados de 1998 e em 1999, o Governo, através do Secretário de Estado do Comércio, percorreu o País, convocou dezenas de reuniões com os comerciantes, as suas associações e as autarquias, aliciando-os a apresentarem projectos de renovação dos seus estabelecimentos e dos respectivos espaços urbanos, assegurando a todos que, se o fizessem, os projectos seriam homologados em três meses e as subvenções pagas de imediato. Acenou com milhões e com uma subvenção a fundo perdido que poderia ir de 50% a 66% do valor do investimento.

Inicialmente reservados, com legítimas suspeitas — todos têm a memória fresca do fracasso do RIME e dos apoios para a introdução do euro e do bug 2000 —, o comércio tradicional e as autarquias, após terem conseguido que os regulamentos de acesso fossem alterados e adaptados à realidade social do sector, acabaram por confiar nas promessas e lançaram-se de corpo inteiro na elaboração e apresentação de projectos

Entenderam — e bem! — que, a ser verdade, seria uma boa oportunidade para melhorarem a sua capacidade de atracção do mercado e de competitividade com os múltiplos novos espaços de consumo que se multiplicam por

todo o lado, mandaram elaborar — e pagaram — projectos de arquitectura e de engenharia; abriram concursos públicos, no que toca às autarquias; alguns avançaram mesmo nos investimentos, recorrendo a capitais próprios ou ao crédito bancário

Mas que desilusão passaram-se os meses e a homologação dos projectos foi-se atrasando, os poucos que foram homologados levaram mais uns meses à espera de assinar o contrato de financiamento e, assinado este, mais outro tanto à espera do pagamento

Um exemplo concreto, Srs. Deputados. A unidade de gestão reúne em Junho e aprova os projectos; só dois meses depois são objecto do despacho de homologação do Secretário de Estado do Comércio; mais três meses para obter o despacho do Ministro do Planeamento; e mais um mês para que o ofício da Direcção-Geral do Comércio a comunicar ao beneficiário a decisão do processo seja enviado. E com isto chegámos a Dezembro! Isto é, entre a decisão da unidade de gestão e a comunicação ao candidato medeiam nada mais nada menos do que seis meses.

Ora aqui está uma tarefa, Sr. Secretário de Estado, para o Ministro Alberto Martins, se não suspeitássemos que nada disto é casual!

É que, quanto mais tarde é comunicada a decisão ao comerciante interessado, mais tarde ele inicia as obras e a possibilidade de as terminar a tempo ainda de ser financiado pelo actual Quadro Comunitário de Apoio, e o Governo tem mais um pretexto para não pagar. Isto chama-se má-fé, Sr. Secretário de Estado!

Outro exemplo, este relativo às autarquias em 1997 é publicado um despacho conjunto dos Ministros do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e da Economia estabelecendo a data de 31 de Dezembro de 2001 como limite para a execução financeira dos projectos relativos aos espaços urbanos. Com base neste calendário, as autarquias abriram os respectivos concursos públicos, os empreiteiros programaram as obras e estas começaram de acordo com o respectivo cronograma financeiro de execução física. Eis senão quando, em Julho deste ano, já com inúmeros concursos abertos e projectos em execução, novo despacho conjunto antecipa em um ano e dois meses os prazos para a execução dos projectos. A data limite recua para 31 de Outubro de 2000. O Governo sabia que esta abrupta alteração iria inviabilizar os projectos em curso e lançar o caos nas autarquias. Também aqui só resta uma explicação má-fé ou, no mínimo, incompetência completa na gestão de todo este processo.

Os protestos, legítimos, explodiram. O presidente da União das Associações dos Comerciantes do Distrito de Lisboa não guardou as palavras e disse: «O Governo, na parte final da anterior legislatura, andou de terra em terra a prometer apoios. E, como se sabe, o que acabou por acontecer foi que o dinheiro para este programa de apoio não apareceu e voltamos a ter o problema da falta de diálogo. Porque uma coisa é não ter dinheiro, outra é não ter coragem para dizer aos comerciantes claramente o que se passa».

Em Portalegre, a Associação Comercial do distrito acusou o Governo de ter tido uma «nítida intenção de favorecimentos eleitorais»

Em Santarém, a Associação Comercial informa que, no distrito, foram apresentados 86 projectos, no valor de cerca de 1,4 milhões de contos, desses 75% estão já concluídos ou em curso, «mas apenas três foram ainda aprovados, tendo o prazo que mediou entre a sua aprovação na

Comissão de Avaliação e a sua homologação só é de seis meses»

No Montijo, lamenta-se a Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, afirmando que «dois anos passados desde o início do processo de candidatura ainda não veio um tostão do Estado para a renovação dos estabelecimentos»

No Distrito de Évora, foram apresentados 270 projectos, num total de investimento de 3,4 milhões de contos. Só na cidade de Évora houve cerca de 140 candidaturas, 36 comerciantes realizaram mesmo as obras, mas só em oito casos houve, até ao momento, informação de homologação dos projectos e só num caso o comerciante recebeu a respectiva subvenção.

Em Bragança, em Torre de Moncorvo, em Vila Real, em Chaves, em todo o Alto Tâmega, em Guimarães, em Barcelos, em Cabeceiras, em Celorico de Basto e em Fafe são quase 800 os projectos por homologar e pagar.

Os exemplos multiplicam-se um pouco por todo o País

A Confederação do Comércio Português já veio a público acusar o Governo de ter enganado os comerciantes e exigir a demissão do Secretário de Estado

Entretanto as autarquias, como no caso da Câmara Municipal de Évora, estão na contingência de ter de anular os concursos públicos que abriram, com todas as consequências jurídicas e financeiras

E, perante este quadro, o que responde o Governo? Vamos ouvir o que nos diz hoje aqui, porque, até agora, tem imperado o silêncio comprometido. É inaceitável que o Governo ainda não tenha respondido aos requerimentos do PCP sobre esta questão, mas tenha ido a correr à televisão acusar os comerciantes de serem responsáveis pela incompetência e pelo eleitoralismo do Governo.

A exigência de demissão do Secretário de Estado do Comércio formulada pela Confederação do Comércio Português, veio aquele membro do Governo fazer, para a imprensa, uma grave insinuação que tal se devia à demissão de um funcionário da Direcção-Geral do Comércio que seria da confiança da Confederação. Decididamente, Srs Deputados, o Ministro Carrilho está a «fazer escola» no Governo!...

Entretanto, nos últimos dias, depois das iniciativas tomadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, o Governo acelerou, à pressa, algumas homologações de projectos e até alguns pagamentos, o que demonstra, só por si, ainda mais, a inoperância, a incompetência ou a má-fé do Governo em todo este processo.

Mas a verdade é que, Srs Deputados, o grosso dos projectos vai transitar para o III Quadro Comunitário de Apoio, cujas verbas só estarão disponíveis, no mínimo, depois da Primavera de 2000, cuja taxa de participação, designadamente para Lisboa e Vale do Tejo, não será a mesma e cujo valor, anunciado pelo Ministro Pina Moura, já está, em grande parte, comprometido com outros sectores, em projectos que também transitam do actual Quadro Comunitário de Apoio.

A verdade é que, de acordo com a última execução financeira da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, de 30 de Novembro passado, e falando somente da medida onde se integram os projectos de urbanismo comercial, para uma despesa pública programada de 36 milhões de contos já havia compromissos no valor de 43 milhões de contos, portanto, mais 7 milhões de contos. Se ainda estão pendentes de apreciação, como veio a público, qualquer coisa como 8000 projectos, a uma média de financiamento de 7500 contos cada dá mais 60 milhões de contos. Se a

isto somarmos os valores correspondentes destinados às autarquias e aos projectos colectivos, temos mais 21 milhões de contos. Só neste conjunto o buraco é de 88 milhões de contos. Como nesta medida estão incluídos também os financiamentos para os mercados abastecedores, está bem de ver que a situação está completamente descontrolada e que nem no próximo Quadro Comunitário de Apoio haverá verbas suficientes.

E não venha, Sr Secretário de Estado, dizer que isto é o resultado do sucesso do Programa Não¹ V. Ex^a, quando andou a utilizar as funções de Estado para fazer comícios pelo País,

O Sr Secretário de Estado do Comércio e Serviços (Osvaldo Castro) — Comícios eu?

O Orador: — ... junto dos comerciantes, afirmou sempre que no Programa havia suficientes verbas para todos, nunca disse que já sabia que, dos 84 milhões de contos iniciais inscritos na intervenção operacional para o comércio, 20 milhões já tinham sido desviados para outros programas, comprometeu-se a homologar as candidaturas em três meses e a pagar logo as subvenções, à medida que a documentação fosse entregue, como lembra bem o Presidente da Associação de Bragança, nunca disse que havia o risco de não haver dinheiro. Não, Sr. Secretário de Estado!

O que tudo isto quer dizer é que o Governo foi incompetente e instrumentalizou os comerciantes para fins eleitorais; prometeu o que já sabia não ter e nem sequer dotou os serviços dos meios necessários à apreciação dos projectos em tempo útil, induziu mulhares de comerciantes a elaborar projectos, a realizar investimentos, investimentos esses que, entretanto, em muitos casos, foram sendo feitos com recurso ao crédito bancário, do qual estão a pagar juros, e agora deixa o comércio e as autarquias com o «menino nos braços».

Já não bastava ao comércio tradicional ter de competir com o grande comércio e as novas centrais de consumo, que o Governo continua a inaugurar sem qualquer controlo, já não bastava sentirem os efeitos de o Governo não adoptar medidas eficazes que façam cumprir a lei da concorrência; agora ainda têm de sofrer os efeitos da incompetência e da utilização eleitoralista do aparelho de Estado pelo Governo. Quem, no futuro, Srs Deputados, vai voltar a acreditar em promessas, compromissos e projectos de apoio?

Exigimos que o Governo dê aqui hoje respostas claras neste debate. Vai o Governo cumprir integralmente os compromissos assumidos? Vai homologar os projectos apresentados e pagá-los ainda no âmbito deste Quadro Comunitário de Apoio, como o Governo se comprometeu? Se o não fizer, vai compensar o comércio e as autarquias pelos prejuízos causados? Vai, ao menos, o Governo pedir desculpa? Estas são questões para que se exige resposta.

Da nossa parte, PCP, esta questão não encerra hoje. Não desmobilizaremos de continuar a acompanhar esta matéria, cuja fiscalização, mesmo depois deste debate, deve continuar em sede da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Aplausos do PCP.

O Sr. António Capucho (PSD) — Muito bem! Nem eu diria melhor!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Menezes Rodrigues

O Sr Menezes Rodrigues (PS). — Sr Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs Deputados: As profundas alterações que, nas últimas décadas, se vêm fazendo sentir nos formatos e nas apologias dos agentes do comércio, por força dos efeitos da globalização e, seguramente, pela internacionalização de muitas entidades de natureza comercial, quer na área da distribuição das grandes superfícies quer na instalação de poderosas redes de franchising, motivaram para o comércio tradicional português situações enormemente preocupantes quanto à sobrevivência.

A necessidade de revitalizar o comércio tradicional, através da renovação da imagem e dos processos, de molde a que tornasse a ser o pólo de atracção de negócios que fora no passado, garantindo, nesses termos, o futuro, conduziu a que, em 1994, se orçamentasse uma Intervenção Operacional Comércio e Serviços com 84 milhões de contos. Das medidas integrantes daquela intervenção, ao PROCOM — Modernização do Comércio (Medida 2) e seus projectos especiais (Medida 3B) — couberam 40 milhões de contos, isto no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio.

O Programa, nos três primeiros anos, desenvolvia os seus incentivos praticamente na bonificação das taxas de juro relativas ao financiamento dos projectos apresentados.

Apesar de se ter verificado inicialmente razoável interesse dos destinatários do Programa, a evolução em baixa das taxas de juro e do controlo da inflação, adicionada à perspectiva de estabilidade com a entrada de Portugal na esfera do euro, cedo fez arrefecer o entusiasmo dos agentes do comércio, porquanto o incentivo se centrava essencialmente na bonificação das taxas de juro.

O facto de a natureza dominante do apoio ser a bonificação da taxa de juro, a sua expressão financeira prolongava-se no tempo, dado o pagamento dos juros se processar em 12 semestralidades. Esta situação, aliada à queda das taxas de juro, proporcionou uma reorientação do Programa, tendo sido retirados à dotação inicial do mesmo 13 milhões de contos.

Assim, o Programa do PROCOM reduziu-se para 27 milhões de contos, mantendo-se as dotações do PAIEP e do PROMAB.

Perante a situação descrita, o Governo, em boa hora, em Junho de 1996, decidiu alterar os termos do Programa, introduzindo simplificações à apresentação das candidaturas nos projectos de investimento, na tentativa correcta de melhor adequar o Programa à realidade das empresas.

Em Dezembro daquele ano, e no conjunto dos Projectos Especiais, são criados os Projectos de Urbanismo Comercial que, pela sua estrutura interna, pelos objectivos fixados e pela necessária participação das entidades representativas dos comerciantes — as associações de comerciantes — e das câmaras municipais, seguramente iriam dinamizar as estruturas comerciais e contribuir fortemente para a revitalização de cascos antigos de centros urbanos deprimidos.

De forma inovadora, os Projectos de Urbanismo Comercial determinam que as associações comerciais e as autarquias articulem e sistematizem as componentes de ordem empresarial e de ordem autárquica, elaborando estudos globais que possam indicar as soluções mais convenientes para o relançamento dos universos empresariais inseridos nos diferentes pólos urbanos.

Os projectos de urbanismo comercial tiveram, pois, os apoios financeiros do PROCOM, quase exclusivamente a fundo perdido e com taxas de comparticipação de 50% a 66% sobre os investimentos, o que terá a taxa de participação mais elevada de sempre e de todo o II Quadro Comunitário de Apoio.

O facto de o Programa implicar a articulação de várias entidades, para a elaboração de um estudo prévio e global terá motivado arrastamentos no tempo e consequente fraca adesão, de tal modo que, em Dezembro de 1997, existiam apenas 10 projectos de urbanismo comercial em todo o País.

Perante esta situação, o membro do Governo responsável pelo sector, ciente do alto interesse que o Programa representaria para os comerciantes e também para as autarquias, no que proporcionaria de revitalização e humanização de espaços urbanos decadentes, empenhou-se decididamente na promoção do Programa junto das associações e das autarquias.

A adesão passou a ser mais forte e, em Dezembro de 1998, já havia 50 projectos entrados. Nessa altura ter-se-á equacionado o encerramento do Programa.

Porém, as autarquias e as associações de comerciantes defenderam que, face ao enorme interesse que vinha sendo revelado pelos comerciantes, bom seria não prejudicar a dinâmica instituída, mau grado terem sido alertados para eventuais atrasos nas candidaturas que pudessem passar para além de 2000.

Em todas as apresentações públicas dos estudos globais dos projectos de urbanismo comercial, em princípios de 1999, o membro do Governo responsável terá alertado para o facto de dificuldades operacionais poderem tornar demorada a análise de projectos. Contudo, todos aqueles que não viesssem a ser aprovados e homologados no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio sê-lo-iam no novo Quadro Comunitário de Apoio e que os critérios de análise, as regras para o apoio, bem como as taxas de incentivos seriam iguais.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Já decidem, em vez de Bruxelas, sobre os subsídios?

O Orador — Tranquilize-se! Não seja furibundo!

O encerramento da recepção das candidaturas é atrasado pela Secretaria de Estado do Comércio para 31 de Maio de 1999, enquanto a Direcção-Geral do Comércio e Concorrência, em articulação com a IOCS, continuou a receber alguns processos durante o mês de Junho, para permitir às associações o envio das candidaturas anteriormente recepcionadas.

Assim, os projectos de urbanismo comercial tiveram 2512 candidaturas entradas até 1 de Maio de 1999 e recepcionadas pelas associações e bancos, com data de fim do mesmo mês, 7350, abrangendo 157 projectos de urbanismo comercial espalhados por mais de 1/3 dos concelhos do País.

Um tão grande número de projectos obrigou a quem tinha a responsabilidade de os analisar a solicitar às associações de comerciantes e à banca a avaliação do estádio dos mesmos, de forma a priorizar a análise para aqueles onde tinham já acontecido esforços de realização dos promotores do investimento, em desfavor dos que aguardavam a homologação do projecto para iniciarem o respetivo investimento.

Sendo, pois, esta a situação real, deverá considerar-se que

O elevado espírito de serviço dos responsáveis do IOCS na promoção do PROCOM deve ser aplaudido.

As candidaturas apresentadas serão, no limite dos valores orçamentados, todas aprovadas e homologadas, seja no II Quadro Comunitário de Apoio seja no III Quadro Comunitário de Apoio, conforme afirmou o Sr Secretário de Estado do Comércio.

O Relatório Anual da União registou que, em 1998, «o Regime de Apoio ao Comércio (PROCOM), e graças ao forte empenhamento das autoridades locais e das associações de comerciantes, conheceu um sucesso considerável no decurso do ano».

Terá efeitos francamente negativos a criação de situações alarmistas que possam originar atrasos na execução dos projectos, situações essas que serão mais graves para aqueles processos que se encontram já aprovados e homologados.

Serão de repudiar as interpretações abusivas de realidades orçamentais por razões de má consciência, de oportunismo ou e de interesse pessoal

Aplausos do PS

O Sr Lino de Carvalho (PCPO). — Está tudo bem! Está tudo «nos conformes»!

O Sr João Maçãs (PSD) — Onde é que estão os projectos aprovados?

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Peçam esclarecimentos!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Patinha Antão

O Sr Patinha Antão (PSD) — Sr. Presidente, Sr Secretário de Estado, Srs Deputados Este debate de urgência acontece porque a gestão do PROCOM se transformou num grave problema de governação. Estivesse essa gestão a decorrer com normalidade e este debate, obviamente, não teria razão de ser e as relações entre o Secretário de Estado e a Confederação do Comércio seriam de parceria institucional e não de conflito aberto

Porém, os factos são o que são e não o que o Governo gostaria que fossem E o que se verifica é que a Confederação do Comércio apresenta, em nome das empresas comerciais suas associadas, um capital de queixa de tal ordem que ela própria veio agora, publicamente, reclamar a demissão do Secretário de Estado

Há, pois, que apurar se à Confederação assiste ou não razão factual e até onde é que ela vai. O primeiro facto a ter em conta é que o PROCOM falhou rotundamente o seu objectivo primordial Visava ele promover uma profunda modernização estrutural num sector — o do comércio — que é constituído por um universo de cerca de 170 000 empresas, na sua esmagadora maioria microempresas, com profundas carências de capital financeiro, físico e humano, e de onde tiram o sustento cerca de 600 000 pessoas activas

Ora, segundo os últimos números oficiais publicados, o número de candidaturas aprovadas não vai além de 4 000, isto é, de 2% do seu universo. A razão para este fracasso está na inadequação das regras de candidatura Levou porém o Governo socialista quase três anos a re-

conhecer esta inadequação Com efeito, foi só há pouco mais de um ano que o Governo reagiu. Era de tal forma baixo o número de candidaturas que o Governo reuniu 20 milhões à dotação inicialmente prevista para o programa, fixando-a em 64 milhões de contos, dos quais 35 milhões, especificamente, para modernização estrutural das empresas: e, do mesmo passo, reorientou ainda o Governo as candidaturas para projectos de urbanismo comercial, nelas interessando as autarquias, com o que a taxa de execução do Programa subiu rapidamente E tão rapidamente subiu que, segundo os Mapas de Execução Financeira do Programa, a despesa aprovada em Junho de 1999 já totalizava 79,7 milhões de contos, isto é, já excedia em 16,2 milhões de contos a verba total prevista para o PROCOM no QCA II, excesso este que se devia, sobretudo, à vertente consagrada à modernização empresarial

Ora, por muito caótica que fosse a gestão do Programa, era impossível que o Secretário de Estado não soubesse, por essa altura, e mesmo antes, que as verbas já estavam esgotadas ou próximo disso Não obstante, o Secretário de Estado lançou-se numa campanha de *marketing*, vendendo deliberadamente um produto que já não tinha em stock Foram meses de reuniões públicas, em período pré-eleitoral, que abrangeu — segundo publicamente reconheceu o Secretário de Estado — os primeiros meses de 1999, até quase à data de encerramento das candidaturas, que teria de se verificar a 30 de Junho Foram meses de reuniões com autarcas e associações de comerciantes, exortando-os, por todo o País, a apresentar candidaturas de urbanismo comercial. Porque o fez, só ele e Deus o sabem, mas, até prova em contrário, é legítimo presumir que este foi um dos mais despudorados exemplos de propaganda eleitoralista de que há memória Porque, Sr. Secretário de Estado, a boa regra da gestão de candidaturas a fundos comunitários é abrir essas candidaturas por *tranches*, reservando sempre a última *tranche*, cerca de 20%, para os dois ou três últimos meses antes do fecho oficial das candidaturas

Ora V Ex^a, nas suas próprias palavras, andou pelo País fora a promover estas candidaturas até 21 de Maio de 1999, prometendo — e isso está escrito — que haveria, para todas elas, todo o dinheiro que fosse necessário. Por isso, e conforme relatou o gestor do PROCOM à imprensa, «houve uma avalanche de candidaturas que entrou entre Abril e Junho de 1999», avalanche essa que representará cerca de 6 000 candidaturas, implicando apoios em fundos comunitários de, pelo menos, 50 milhões de contos. Quer dizer, somando à despesa aprovada até Junho passado a despesa prevista nas candidaturas que o Secretário de Estado angariou na sua ronda pré-eleitoral, a gestão do PROCOM saldar-se-á por um excesso de, pelo menos, 100%, o que será, sem dúvida, um *record* a nível comunitário

Sr Secretário de Estado, o que se passou, e é aqui sumariamente relatado, só por si, já justificaria um exame aprofundado em sede da Comissão de Economia, Finanças e Plano, para apurar, doa a quem doer, a plenitude da verdade factual Mas mais ainda se justifica esse exame pelas notícias vindas a lume sobre as medidas que o Governo pretende adoptar para resolver este problema Segundo a imprensa, V Ex^a garantiu que, dessas 6 000 candidaturas, ora em apreciação pelos serviços, as despesas elegíveis a partir de 18 de Novembro último seriam financiadas pelo III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III). Que significa isso? Que tais candidaturas transitam para o novo QCA III, retirando assim 60 milhões aos 150

milhões de contos previstos para o Comércio e Serviços entre 2000 e 2006, como acusa a Confederação do Comércio?

Por outras palavras, significa isso que a modernização em profundidade do comércio nunca se fará de facto, visto que, para as 160 000 empresas comerciais que até agora não se candidataram a fundos comunitários, só haverá, na prática, fundos comunitários que nem chegarão sequer ao montante que está a ser reclamado pelas primeiras 10 000 candidaturas do sector? E como pode V. Ex.^a prometer que os referidos 150 milhões não serão afectados, sendo aquele excesso coberto por recurso à verba de reserva de 80 milhões de contos do QCA III se, nas palavras do seu próprio Governo, esta verba se destina, no final desse mesmo QCA e, portanto, só por 2005/2006, a premiar os sectores que maior dinamismo e qualidade revearem ao longo da execução deste QCA? E, por último, se não é por esta via mas, sim, por sacrifício da despesa orçamentada para 1999, quererá V. Ex.^a explicar como é que irá o Governo conceder apoio às candidaturas já aprovadas e em *overbooking* e ainda aquelas que ainda serão aprovadas até ao final deste ano e que, segundo o próprio Sr. Secretário de Estado, ascenderam a mais cerca de 1100 candidaturas?

Quererá V. Ex.^a explicar-me também, agora na minha qualidade de Deputado pelo Algarve, que resposta tem para dar aos comerciantes algarvios que têm mais de 300 candidaturas a aguardar aprovação no âmbito do PROCOM — Urbanismo Comercial, nas cidades de Vila Real de Santo António, Tavira, Olhão, Faro, Loulé e Silves? Quererá V. Ex.^a aproveitar esta ocasião para responder aos presidentes destas câmaras e à Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve (ACSRA), que subscreveram estas candidaturas (à excepção da Câmara de Faro — vá lá saber-se porquê!) e que, desde há mais de um mês, aguardam, em vão, a sua resposta? São mais de 350 candidaturas, Sr. Secretário de Estado, que correspondem a um investimento privado de quase quatro milhões de contos e a um investimento público da Administração Central de quase três milhões de contos, neles se incluindo os Fundos Comunitários. São mais de 350 candidaturas, para as quais os seus serviços já informaram que não terão financiamento antes do final do primeiro semestre do ano 2000, obrigando as empresas a endividarem-se ou a falar, empresas que acreditaram em promessas de V. Ex.^a de que nunca haveria hiatos na disponibilização de apoios públicos

A verdade que fala através de todos estes factos é demasiado eloquente para que V. Ex.^a responda neste debate com banalidades ou pequenos sofismas. É que, para além desta Câmara, está o País e estão os eleitores que representamos e servimos que querem ouvir as explicações de V. Ex.^a. Onde se contam 600 000 pessoas que vivem do comércio. São eles que lhe exigem explicações claras, em português simples e de lei, de como é que vai V. Ex.^a assegurar que não será prejudicada nenhuma das cerca de 10 000 empresas que se candidataram ao PROCOM do QCA II, cumprindo os critérios, e que já investiram os seus capitais. E são eles ainda que exigem que V. Ex.^a lhes dê garantias de que os 150 milhões de contos inscritos no QCA III ficarão escrupulosamente reservados às novas candidaturas que o sector vier a apresentar. E já agora, são eles ainda que esperam que V. Ex.^a lhes dê garantias de que a gestão catastrófica que, sob o seu comando, teve esta parte final do PROCOM do QCA II, não se repetirá no futuro.

Applausos do PSD

O Sr Presidente — Não há pedidos de esclarecimento. Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Celeste Cardona

A Sr.^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr.^m e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, Srs. Comerciantes, tenho muito gosto em vê-los por aqui. A razão de ser deste debate é a vossa situação e, portanto, não quero deixar de me dirigir a vós e de vos cumprimentar

Sr. Secretário de Estado, Sr.^m e Srs. Deputados, eu espero muito deste debate — aliás, estou muito expectante relativamente à realização do debate e posso explicar porquê. E devo acrescentar também que aquilo que ouvi até agora não me esclareceu muito. oiço falar de muitos segundos e terceiros Quadros Comunitários, de muitos milhões, de muitos números, mas não oiço falar daquilo que, para mim, é importante e julgo que também para todos vós — das pessoas, Sr. Secretário de Estado, dos pequenos comerciantes que, acreditando na boa-fé das promessas que lhe haviam sido feitas, apresentaram os seus projectos

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora: — Já agora, falo também dos comerciantes do distrito que me elegeu, Leiria, que apresentaram os seus projectos e que continuam a aguardar, neste momento, que lhes sejam pagas as subvenções a que têm direito. Portanto, espero que a realização deste debate e também a deslocação de V. Ex.^a e de outras entidades à Concessão de Economia, Finanças e Plano, que o meu grupo parlamentar já pediu, possa vir a ser esclarecedora

E espero outro tipo de esclarecimentos, Sr. Secretário de Estado. Tinha pensado, cá para mim (espero dissipar essa dúvida até ao final destas intervenções!), que o Ministério das Finanças e da Economia, e a Secretaria de Estado que V. Ex.^a tutela, não seguia a táctica do buraco — pelos vistos, pelas informações que temos disponíveis, parece que, relativamente aos projectos que já foram homologados, existe um buraco de 16,5 milhões de contos! Cabe averiguar, cabe perguntar como, de que forma irá ser superada essa dificuldade

Outro ponto que quero ver esclarecido no final deste debate tem a ver com a posição, quer de V. Ex.^a, quer do Governo, quer também do grupo parlamentar que apoia o Governo, relativamente a uma proposta de resolução que apresentámos, e que queremos ver brevemente discutida, acerca da questão de saber se é possível ou não que, num prazo razoável, que estimamos em 30 dias, sejam tomadas medidas para pagar aquilo que se deve aos pequenos e médios comerciantes que, as mais das vezes, suspeito eu, tiveram de recorrer ao crédito com enormes dificuldades, com grandes problemas de suprimento desse crédito

Por outro lado, também relativamente àquele número de projectos, que agora surge muito (não sei se são seis, se são oito, se são quatro projectos), em fase de apreciação e de homologação, gostaria de saber como é que vão ser pagos esses montantes. Não é indiferente, Sr. Secretário de Estado — e quem conhece a realidade sabe-o —, dizer que serão pagos ao abrigo do III Quadro Comunitário de Apoio ou ao abrigo do que hoje — tenho vindo a ouvir — se refere como uma «almofada» de cerca de 80 milhões de contos. E não é indiferente o recurso ao III QCA pelas complicações, pela demora e pelos prejuízos incomensuráveis que os pequenos e médios comerciantes

terão no que diz respeito ao prazo de recebimento das comparticipações que acreditaram vir a receber e que ainda não receberam.

Por outro lado ainda, Sr Secretário de Estado, como este é um debate de urgência, permitia-me trazer aqui um rol, não de roupa, mas de perguntas,

Risos do Sr. Deputado do CDS-PP Paulo Portas

... a que gostaria que o Sr Secretário de Estado tivesse a amabilidade de nos responder, porque, como digo, e repto, elas têm a ver com a vida, com a situação concreta das pessoas que, confiadamente, acreditaram na boa-fé e na palavra do Governo do meu país, do Governo de Portugal!

Começo por enunciar esse rol de perguntas.

Primeira qual é o valor total da despesa pública prevista no II QCA para financiar projectos de urbanismo comercial no contexto do PROCOM?

Segunda qual é o valor médio das subvenções atribuídas aos projectos já homologados?

Terceira quantos projectos foram, até ao presente momento, já homologados? É que nós já não sabemos quantos foram e quantos virão ainda a ser Destes projectos, Sr. Secretário de Estado, já homologados, quanto é que, efectivamente, já foi pago?

Por outro lado, e tendo presente aquilo que há pouco referi relativamente ao mapa de execução proveniente da própria Direcção de Desenvolvimento Regional e às informações oficiais que têm vindo a público, gostaria muito de saber como é que o Governo pensa compensar a derrapagem, a falha — como queira chamar-lhe — de cerca de 16,5 milhões de contos

Outra pergunta: qual o número de projectos já apresentados que, neste momento, se encontram para homologação? São seis, ou oito, ou quatro? Ainda relacionada com este tipo de projectos, qual é o ritmo mensal previsível de apreciação destes projectos? E a um ritmo que o Sr. Secretário de Estado fará o favor de me dizer qual será, gostaria de saber quando é que prevê que todos eles estejam aprovados? Admitindo que o conjunto dos projectos apresentados estão em condições de ser homologados (isto é, que não há excepções a este princípio), como e em que condições vão os mesmos ser financiados? Porque, já agora, gostaria de saber se o Governo está em condições de confirmar que, aprovando tais projectos, se pode verificar a existência da tal derrapagem, do tal buraco, da tal falha de cerca de 80 milhões de contos E gostaria de saber também se é possível ou não a confirmação de que o financiamento destes projectos será feito através das verbas do III QCA? É que verificámos que nos jornais o Sr. Director do projecto diz uma coisa, na TSF ouvi referências a outras coisas e hoje ouvi aqui dizer que, afinal, era o III QCA Julgo que todos ganhariamos com o esclarecimento desta questão

Para finalizar, gostaria de saber se a tal «almofada» de que se tem falado existe ou não, e, se sim, onde está Eu não a encontrei! Finalmente, gostaríamos de saber a quem deve ser atribuída a responsabilidade política pela aparente inexistência de verbas no contexto do II QCA para financiar os projectos de urbanismo comercial já homologados e os que aguardam homologação, sobretudo se tivermos em atenção que os comerciantes foram mobilizados, convidados, a aderir a este projecto

Sr. Secretário de Estado, para terminar, apetece-me dizer: esta parece aquela situação em que nós, quando te-

mos apenas seis cadeiras na mesa de jantar, convidamos 30 pessoas na expectativa de que elas não apareçam.

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente: — Para uma intervenção, tem à palavra o Sr. Secretário de Estado do Comércio e Serviços

O Sr Secretário de Estado do Comércio e Serviços — Sr. Presidente, permute-me que, pela primeira vez que venho aqui, nesta Legislatura, a esta também minha Casa, saúde V Ex^a, de uma forma muito particular, e todos os Srs Deputados, pese embora esta «barragem de fogo» que hoje aqui foi vazada sobre mim

Creio, de toda a maneira, que a intervenção que vou produzir vai responder a muitas das questões colocadas, designadamente ao rol da Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona Depois também lhe entregarei, Sr^a Deputada, um jornal da região por onde foi eleita (se calhar, acompanha mal.), que é o jornal *Região de Leiria*, e que dizia o seguinte, em 25 de Novembro «Comerciantes da região solidários com Osvaldo Castro», referindo, depois, uma série de associações Mas isto acontece pelo País!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Resta saber quais associações!

O Orador — Sr Presidente, nem precisava de o reiterar, mas é claro que tenho toda a disponibilidade — nem poderia ser de outra maneira — para vir à Comissão de Economia, Finanças e Plano quantas vezes for necessário para discutirmos o assunto com mais detalhe, já que o debate de hoje, aqui, não o permitirá No entanto, não sei se por alguns poderes divinatórios, talvez eu tenha acertado nas questões que os senhores querem ver respondidas, pelo que vou abordá-las

Sr Presidente, Srs Deputados, divulgar um programa que visa remodernizar e requalificar os estabelecimentos comerciais e as envolventes urbanas do comércio e, ao mesmo tempo, conferir-lhes carácter de programa aberto e de discriminação positiva do pequeno comércio foi o objectivo do directo empenhamento do Governo ao participar em todas as sessões para que as câmaras e as associações de comerciantes nos convidaram Sr. Deputado Lino de Carvalho, participámos sempre a convite! Sempre a convite!

Com o máximo de rigor, e se se quiser ser objectivo, poderá dizer-se que o Governo, não fazendo, aliás, mais do que o seu dever, se empenhou a fundo na revitalização das micro-empresas do comércio e criou condições, com o extraordinário afluxo das candidaturas, que viriam a superar todas as expectativas, para que, no III Quadro Comunitário, o sector do comércio viesse a ser adequadamente contemplado no Plano Operacional de Economia com 150 milhões de contos, isto é, mais do que duplicando as verbas do II Quadro, para não falar já no I Quadro, onde os incentivos ao comércio se reduziam a 5,6 milhões de contos, sendo certo que, do I para o II, ainda transitaram projectos, chamados SIMC (Sistemas de Incentivos às Micro-empresas Comerciais) Esse valor, os 150 milhões de contos, agora, sim, significativo, decorre, obviamente, da compreensão e do exame atento que o Governo e o Ministro da Economia fizeram da renovada disposição que o sector do comércio patenteou em direcção à sua requalificação, remodernização e competitividade, passando de uma posição até então expectante ou de auto-vitimização à posição de investir com confiança

É verdade que, em Dezembro de 1997, só estavam apresentados oito estudos globais no âmbito do urbanismo comercial e que este número disparou, passado um ano, até atingir 50 estudos globais. Foi, de facto, em 1998 que o sector do comércio reconheceu a valia do PROCOM e abordou confiantemente as candidaturas individuais dos empresários. Foi também o tempo em que começou a aparecer obra no terreno. Todos os Deputados conhecem Braga, Rua da Junqueira na Póvoa do Varzim, Funchal, Coimbra, Baixinha, Alcobaça, Faro, tantos e tantos sítios onde há já muita obra no terreno.

Foi igualmente o tempo em que começou a aparecer obra no terreno e em que a visibilidade da renovação dos estabelecimentos e da requalificação urbana mostrou aos mais incrédulos — e lembro que até havia excursões de comerciantes a esses sítios — que o Programa era atractivo e provocava o redespertar dos sectores do comércio ao ar livre.

É, Srs. Deputados, talvez por isso que o décimo Relatório Anual dos Fundos Estruturais, já aqui citado pelo meu camarada Menezes Rodrigues, relativo a Portugal e produzido pela Comissão Europeia, veio a sublinhar que «(...) o ano de 1998 foi caracterizado pela entrada no terreno de algumas intervenções que haviam partido com atraso (...).» Acrescenta ainda o mesmo relatório. «(...) e muito particularmente o regime de apoio ao comércio (PROCOM), o qual, graças ao forte empenhamento das autoridades locais e das associações comerciais, conheceu um sucesso considerável no decurso do ano.» Isto é dito pela Comissão Europeia, não somos a dizê-lo. Está lá no relatório, que posso fornecer a quem o pretender.

É igualmente verdade que, no fim do ano de 1998, havia 1136 candidaturas individuais de comerciantes, que foram crescendo à média de 12% por mês, até atingirem 2200 em Abril de 1999, e que, de forma brusca, em três meses, passaram para 8044 na data do encerramento das candidaturas, em 30 de Junho. Ou seja, foi um sucesso de adesão, um verdadeiro crédito de confiança ao Programa, mas, inquestionavelmente, registou-se também um afluxo de tal modo vultuoso que pôs em grandes dificuldades os serviços, pese embora o inexcedível empenhamento e o zelo do aparelho técnico e administrativo do gestor do PROCOM e da direcção de serviços da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência.

De facto, Srs. Deputados, independentemente do facto, sempre discutível, de saber ou não se o dinheiro chega, a verdade é que já estamos a tomar (e continuaremos a tomar) medidas de subcontratação, visando responder com rapidez e eficácia, mas também com rigor, às expectativas de homologação dos candidatos.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Só agora?

O Orador — Foi a altura em que o pudemos fazer, Sr. Deputado!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — É que, entretanto, demitiram o Director-Geral!

O Orador — Como lhe digo, fizemo-lo quando pudemos. O importante é que tenha sido feito a tempo! O Sr. Deputado está a par do «congelamento» na função pública, não está?

Visando esclarecer e, talvez, também tranquilizar os comerciantes — alguns hoje aqui presentes, a assistir ao debate, e que também saúdo — envolvidos no Programa,

permitam-me, Srs. Deputados, que faça um rápido ponto da situação.

Saliento que o PROCOM não tem qualquer relação com a PROMAPE, que tem a ver com os mercados abastecedores, ou com o PAIEP, que tem a ver com a internacionalização das empresas portuguesas.

O Sr. João Maçãs (PSD). — Mas ninguém está a falar nisso!

O Orador — O PROCOM prevê apenas duas medidas e, no seu âmbito, já estão homologadas 54 actas da Unidade de Gestão, o que vale por dizer que estão desde já contempladas neste II Quadro Comunitário 4046 candidaturas relativas a projectos especiais, das quais 70% se referem a urbanismo comercial — algumas delas do SAMEC, que o Sr. Deputado Patinha Antão conhece bem —, que ascendem a um valor global de incentivos que rondam os 29 milhões de contos. Do mesmo modo, estão aprovados 15,5 milhões de contos na Medida 2 — Modernização do Comércio (que abrange projectos integrados e pontuais de empresas e apoio ao associativismo), que se consubstanciam no apoio a 133 associações de comércio e a cerca de 1000 empresas, quer na integração de quadros — genericamente licenciados ou bacharéis, que ascendem, no seu conjunto, a 560 jovens quadros —, quer no apoio à bonificação de juros à actividade empresarial.

Permitam-me ainda tranquilizar aqueles comerciantes que, mesmo sem terem ainda obtido homologação, se dispuseram a remodelizar os seus estabelecimentos, fazendo o seu investimento, e que concluíram ou vão concluir as suas obras até 31 de Dezembro próximo. Todos esses investimentos que, a solicitação da Direcção-Geral do Comércio e Concorrência, nos foram indicados pelas associações comerciais dos respectivos concelhos ou distritos, serão incluídos e aprovados, no caso de preencherem as condições legais, nas 55^a e 56^a actas, a serem aprovadas ainda antes do fim do ano, o que vale por dizer que, nestas circunstâncias, se encontram mais 1472 candidaturas, equivalendo a cerca de 8 milhões de contos de incentivo.

Ou seja, o que aqui queremos deixar bem claro é que o orçamento do PROCOM, no montante de 35 milhões de contos, dos quais 3 milhões decorrem, aliás, do recente orçamento rectificativo, será totalmente executado neste II Quadro, sempre tendo presente que as actuais intenções de investimento superam o citado montante.

Não obstante, Srs. Deputados, a verdade é que, no momento actual, o Programa não sofre de qualquer problema de liquidez, na medida em que, até ao presente momento, no âmbito dos projectos especiais, onde se inclui o urbanismo comercial, só nos foram presentes 627 pedidos de pagamento, que se traduziram em despesa executada de 6 milhões de contos. E os pedidos de pagamento em análise, que, aliás, estamos a processar o mais rapidamente possível, não ultrapassam o número de 300. Isto é, quando se confronta a despesa pública orçamentada com a despesa pública aprovada, sempre haverá que ter em conta — é a experiência deste e de outros programas de incentivos que o confirma —, que, pelas razões mais diversas, há sempre que contar com taxas de descativação que, genericamente, podem rondar os 20%.

Seja como seja, quero aqui assumir, perante VV Ex^{as}, com toda a responsabilidade, e também em nome do Sr. Ministro da Economia, que todas as homologações das 56 actas a que já aludi representam para nós compromissos

que, inelutavelmente, o Governo respeitará, cumprindo-os até ao último centavo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Quando?

O Orador — Sr Presidente, Srs. Deputados. Ficarão a restar, após as já referidas 55^a e 56^a actas da Unidade de Gestão, segundo as nossas estimativas, cerca de 3000 candidaturas, agora só de projectos especiais, onde se incluem os de urbanismo comercial, SAMEC, e requalificação ambiental, cujas obras, porém, não foram iniciadas até à data de elegibilidade do III Quadro, que se prevê seja o passado dia 19 de Novembro, e que serão incluídas, como se de novas candidaturas se tratasse, no III Quadro Comunitário. Tais candidaturas serão apreciadas segundo as mesmas e precisas regras já utilizadas no II Quadro.

Já agora, Sr. Deputado Lino de Carvalho, porque falou na região de Lisboa e de Vale do Tejo, devo dizer-lhe que estamos a falar, neste caso, de pequenos projectos cujo máximo de incentivo é de 20 000 contos. Estes projectos obedecem à regra *de minimis*, não distorcem a concorrência e não são, sequer, notificáveis a Bruxelas, razão pela qual lhe posso dizer isto.

Dizia que tais candidaturas serão apreciadas segundo as mesmas e precisas regras já utilizadas no II Quadro e beneficiam, assim, de uma apreciação que se vai processar em contínuo desde o início do III Quadro Comunitário de Apoio, o que não sucederia, Srs. Deputados e Srs. Comerciantes, se o Governo, em nome de uma concepção burocrática da admissão de candidaturas, tivesse interrompido o fluxo de adesões antecipadamente em relação à data limite do Programa. Aí, teríamos os tais hiatus de Quadro para Quadro.

O Sr. Presidente — Peço-lhe que termine, Sr. Secretário de Estado

Pausa

Peço-lhe desculpa, Sr. Secretário de Estado, mas informam-me que o PS lhe concedeu 1 minuto e 25 segundos

Faça o favor de prosseguir

O Orador — Mas, já agora, Srs. Deputados, deixem-me, em nome da verdade e da limpidez de processos, dizer que, pelo menos desde 12 de Março de 1999, em Moncorvo, como, aliás, noticiavam os jornais — e saliento que vou distribuir brevemente esses recortes —, e desde então até 21 de Maio, último dia em que participei em reuniões do PROCOM, sempre fui alertando os comerciantes para o facto de que, atentas as previsões, muitas das candidaturas poderiam ter de passar para o III Quadro. Situação que, aliás, mereceu a compreensão e a aceitação da generalidade dos comerciantes e municípios. E se neste momento alguns, muito poucos, dirigentes associativos visam de novo instalar o descrédito no PROCOM e criar factores de desunião entre os comerciantes, é bom que fique claro que a eles também deve ser assacada a responsabilidade pelos «excelentes serviços» que objectivamente prestam àqueles que diariamente preconizam, prognosticam e desejam a ruína das microempresas comerciais e a falência do pequeno comércio.

A terminar, permitam-me ainda reiterar o que o Sr. Ministro da Economia e eu próprio já repetidas vezes afirmámos em reuniões com a Confederação do Comércio. Todos os montantes que se vierem a apurar como incentivos necessários ao apoio das candidaturas que, entradas na pendência do II Quadro Comunitário, vierem a ser tão-só homologadas no III Quadro, não afectarão, nem num centavo, o valor de 150 milhões de contos inscrito no Plano Operacional de Economia em favor do comércio. Isto é, tal como o Ministro da Economia referiu expressamente à Confederação do Comércio Português, na passada reunião do dia 19 de Novembro, e tal como o reiterou publicamente no dia 26 de Novembro na sessão de apresentação do Plano Operacional da Economia, no Europarque, os montantes necessários para satisfazer os incentivos relativos às candidaturas que transitam do II para o III Quadro serão retirados de um montante disponível no Plano Operacional da Economia que ascende a 80 milhões de contos e que se destina precisamente a acorrer a situações inovatórias ou que o venham a justificar pelas novas necessidades da economia, mas também à satisfação de compromissos assumidos no âmbito do II Quadro.

É por isso, Srs. Deputados, que quero aqui reafirmar que todos os comerciantes que investiram ou se preparam para o fazer no âmbito do PROCOM podem continuar a ter a confiança de que as palavras de motivação e incentivo e a linha de diferenciação positiva do pequeno comércio que viemos traçando ao longo dos últimos anos se manterão inabalavelmente, visando persistir na revalorização económica e social do pequeno comércio e na redignificação dos comerciantes.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria do Céu Ramos

A Sr.^a Maria do Céu Ramos (PSD) — Sr. Presidente, porque não disponho de muito tempo, apesar de contar com a benevolência de V. Ex.^a, vou concentrar-me apenas naquilo que, creio, não foi ainda aqui dito, porque subscrevo na íntegra as preocupações manifestadas pela bancada do Partido Comunista, do CDS-PP e, naturalmente, pelo meu colega do PSD Patinha Antão.

Gostaria de dizer ao Sr. Secretário de Estado que a «barragem de fogo» que, nas suas palavras, aqui encontrou é perfeitamente justificada. Por outro lado, gostaria ainda de lhe dizer, com o maior respeito, que, no final da sua intervenção, a «barragem de fogo» caiu, porque creio que V. Ex.^a não justificou à Assembleia o que se está a passar ao nível da gestão do PROCOM nem tranquilizou os comerciantes e as autarquias quanto ao que se vai passar.

Não satisfeito com o facto de não ser esclarecedor quanto ao que aconteceu e quanto ao que vai acontecer no futuro, porque a responsabilidade política, quanto a isso, é de V. Ex.^a, deu-se ainda o Sr. Secretário de Estado ao luxo de atiçar — é a palavra — os comerciantes contra os dirigentes associativos. Creio que isto é inaceitável e intolerável!

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora — Não contente com a incompetência da gestão do PROCOM e a incapacidade política de resolver os problemas que existem, V. Ex.^a ainda quer que pague

o justo pelo pecador e que a disponibilidade manifestada pelos responsáveis associativos e pelas associações comerciais deste país, que são co-responsáveis na gestão deste Programa, que participaram activamente na sua divulgação e apreciação, seja «recompensada» com o reconhecimento do mau serviço que prestam aos comerciantes, esquecendo-se que também esses dirigentes associativos são comerciantes.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Secretário de Estado, que isto eu não esperava! Não esperava que houvesse um esclarecimento cabal de todas as questões que têm vindo a lume sobre o PROCOM nos últimos tempos, mas não esperava que V. Ex.^a tivesse esta atitude e, por isso, faço-lhe uma única pergunta, relacionada com a credibilidade que creio V. Ex.^a já não oferece para satisfazer as nossas legítimas dúvidas. Como quer que acreditemos que, ao fim deste tempo, na 56^a reunião da comissão, estarão resolvidas quatro mil e tal candidaturas, se há uma enorme morosidade e burocracia em todo o processo, quer ascendente, até à homologação, quer descendente, até ao pagamento dos benefícios processados?

O Sr. António Capucho (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, visto que já não dispõe de tempo e que terá de ser a Mesa a dar-lho, sugiro que responda em conjunto aos três pedidos de esclarecimento.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho

O Sr. Lino de Carvalho (PCP). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, suscitámos este debate com um objectivo muito sério e de contribuir, no plano político, para que o Governo pague o que deve!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Se o Governo tivesse pago o que deve, não tinha a tal «barragem de fogo» a que se referiu. Não suscitámos este debate para ouvir os «malabarismos» verbais do Governo nesta matéria.

Digo isto porque o Sr. Secretário de Estado não respondeu às questões concretas que estão em cima da mesa, que são as seguintes: é ou não verdade que o Sr. Secretário de Estado, quando andou pelo País, disse aos comerciantes que iria, em três meses, homologar todos os projectos que lhe fossem entregues e, desde logo, pagar as respectivas subvenções? É ou não verdade que o Sr. Secretário de Estado, quando andou pelo País, nunca disse que não tinha dinheiro para fazer face aos processos que lhe fossem remetidos na sequência desses comícios pré-eleitorais? É ou não verdade, Sr. Secretário de Estado, que, já nessa altura, V. Ex.^a sabia que não havia verbas suficientes para acorrer às respostas que a sua iniciativa iria suscitar? É ou não verdade, Sr. Secretário de Estado, que o Director-Geral do Comércio foi demitido pelo facto de ter alertado V. Ex.^a e o Governo de que não havia verbas nem meios humanos para responder, em tempo útil, à homologação dos projectos? É ou não verdade que o Sr. Secretário de Estado, como diz a imprensa, foi ao elo mais fraco, demitindo-o?

Mais o Sr. Secretário de Estado vem agora dizer que pagam àqueles que tiverem terminado as obras até ao final do mês. O Sr. Secretário de Estado, isso, desculpe que lho diga sem qualquer conotação pessoal, é má-fé, por-

que o Sr. Secretário de Estado sabe que, tendo a Unidade de Gestão reunido em Junho e aprovado projectos, só agora, em 9 de Dezembro, é que está a ser comunicado aos comerciantes que podem iniciar as obras! Como é que o Sr. Secretário de Estado vem aqui dizer que o Governo, que levou seis meses a aprovar um projecto, dá agora 15 dias aos comerciantes para acabarem as obras, sob pena de não terem o pagamento no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio?

Sr. Secretário de Estado, estas são as questões de seriedade às quais V. Ex.^a não deu qualquer resposta concreta. E a gravidade do problema é que o Governo sabia que não podia dar quando andou a instrumentalizar o comércio para fins eleitorais.

Já que o Sr. Secretário de Estado, em resposta à Sr.^a Deputada Maria Celeste Cardona, falou nos jornais da sua terra, referindo o facto de eles dizerem bem si, peço-lhe que cite também o jornal *Região de Leiria* de 28 de Outubro, que diz mal de si e faz-lhe as mesmas críticas que estamos aqui a fazer!

A questão que fica em aberto é a seguinte: nós, o comércio e as autarquias queremos respostas concretas, e as respostas passam por saber se os 8000 projectos que estão pendentes vão ser apreciados, homologados e pagos no quadro dos compromissos que foram assumidos pelo Governo.

E, mais, Sr. Secretário de Estado: queremos saber quem é o responsável pela alteração abrupta — que o Sr. Secretário de Estado ignorou — do despacho que concedia às autarquias o prazo limite de Dezembro de 2001 para terminar as obras, prazo esse que agora alteraram para Outubro de 2000, depois de os concursos estarem abertos e os cronogramas de execução física estarem no terreno. Quem é que se responsabiliza por isso, Sr. Secretário de Estado? Quem é que vai compensar as autarquias pelo facto de agora terem, muitas vezes, de modificar os concursos com as consequências jurídicas e financeiras que tal acarreta?

O Sr. Secretário de Estado tem de reconhecer que, no mínimo, houve aqui incompetência — para não utilizar palavras mais pesadas — e que é preciso encontrar uma solução expedita para dar resposta às expectativas que foram criadas ao comércio tradicional e às autarquias. Todos sentimos a necessidade de criar instrumentos de apoio para a modernização do comércio tradicional, mas o que o Governo fez com isto foi desmobilizar o comércio do País de acreditar em futuros projectos de apoio para a modernização dos seus estabelecimentos, que tão necessários são!

Portanto, Sr. Secretário de Estado, a minha questão de início mantém-se, e vamos voltar a colocá-la na Comissão de Economia, Finanças e Plano: o Sr. Secretário de Estado é capaz de nos dizer, dos projectos que estão concluídos e dos que estão homologados, quantos vão ser pagos no âmbito do actual Quadro Comunitário de Apoio? Quantos deles vão passar para o III Quadro Comunitário de Apoio? E quando é que, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, irão ser pagos aos comerciantes e às autarquias deste País?

São respostas concretas, de que nós e o País precisamos, e não de malabarismos verbais, Sr. Secretário de Estado!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes

O Sr. Agostinho Lopes (PCP) — Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado do Comércio e Serviços, esperemos que a forte boa vontade do anterior governo do PS em apoiar o Grupo Sonae na obtenção de 10 mais 5 milhões de contos de empréstimos do Banco Europeu de Investimentos, com o objectivo, pelos vistos, de modernização da estrutura comercial no Porto e em Lisboa — segundo a justificação da Comissão (e gostaria de dizer que continuamos à espera da resposta ao requerimento que fizemos sobre esta matéria) —, seja demonstrada, também, na resposta às reclamações do comércio tradicional e das suas associações.

Não vou repetir a questão colocada pelo meu camarada Lino de Carvalho, mas é essencial a resposta ao seguinte: vai o Governo ou não pagar e responsabilizar-se por todos os projectos entregues nos prazos previstos, inclusive nos prazos que foram anunciados, ou seja, não só aqueles que o Sr. Secretário de Estado aqui trouxe, mas também aqueles entregues até ao início de Setembro, conforme o que foi dito a algumas associações, nomeadamente às associações de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto?

Já agora, aproveitando a presença do Sr. Secretário de Estado, perguntava-lhe se vai também haver verba para pagar todos os projectos que, ao abrigo da iniciativa para a introdução do euro, estão a ser apresentados, sabendo-se que há comerciantes que continuam a gastar dinheiro a apresentar os seus projectos, sem qualquer garantia de que vão ter os seus projectos devidamente apoiados, porque o que vai sendo dito é que essas verbas também já estão esgotadas.

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para responder aos três pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Comércio e Serviços. A Mesa concede-lhe 5 minutos para esse efeito.

O Sr Secretário de Estado do Comércio e Serviços — Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Maria do Céu Ramos, penso que extrapolou bastante daquilo que eu disse na minha intervenção. O que salientei foi que alguns, muito poucos (não chegam ao número de dedos de uma mão), dirigentes associativos levantaram alguns problemas, que, de facto, inicialmente existiam, e que podem, de novo, desacreditar PROCOM.

Qando cheguei ao governo, há dois anos, e mesmo antes disso, esses mesmos dirigentes achavam que o PROCOM era um *flop*. Depois, vieram a recuar, passo sobre passo, participaram até nalgumas sessões, mas a verdade é que, de algum modo, com teses alarmistas, vieram agora lançar alguma desconfiança nos comerciantes. Por isso, Sr.^a Deputada, dissemos aqui o que dissemos. Nós demos garantias! Dissemos que, em relação às 56 actas, pagaremos até ao último centavo e que quanto ao que transita para o III Quadro Comunitário de Apoio indiscutivelmente não vai afectar os 150 milhões que estão no Plano Operacional da Economia.

Já agora, aproveito para esclarecer a Sr.^a Deputada Maria Celeste Cardona (que diz não ter visto isso em lado nenhum) que o Plano Operacional da Economia é conhecido. Foi publicitado junto dos empresários, todos os empresários o conhecem e sabem que têm 1000 milhões de contos disponíveis 620 milhões de contos para a indústria, 150 milhões de contos para o comércio e 150 mi-

lhões de contos para turismo. O remanescente, que são 80 milhões de contos, são aquilo a que a Sr.^a Deputada chamou uma «almofada».

Sr.^a Deputada, em 3000 candidaturas, não se vão, de modo algum, esgotar 80 milhões de contos de incentivos!

Mas o que o Ministro disse à ACCP — e achamos estranho que a ACCP não o divulgue aos seus associados — é que não se iria tocar nem num centavo dos 150 milhões de contos!

É por esta razão que nós, Sr.^a Deputada Maria do Céu Ramos, tínhamos de fazer alusão a alguns dos agentes associativos, embora achemos legítimo e normal que peçam a demissão de qualquer Secretário de Estado ou Ministro. Esta é a realidade!

Sr. Deputado Lino de Carvalho, compreendo as suas preocupações, mas não tenho quaisquer dúvidas.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Mas está de acordo com elas, pelo menos?

O Orador — Não estou de acordo com elas. Aliás, desculpe dizer-lhe, mas o Sr. Deputado não teve tempo de acompanhar bem o programa. Já há pouco lhe disse que o senhor refere o PROMAD, quando não estamos a falar desse programa. Mas, mais: quando fala em relação ao prazo das obras para 31 de Dezembro e diz que afinal os comerciantes, em 15 dias, É que neste programa de urbanismo comercial, os Srs. Empresários podiam, independentemente da homologação, fazer obras!

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Com o dinheiro deles!

O Orador — Claro!

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Ah!

O Orador — Mas isso é sempre assim!

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — E depois, se não forem aprovadas?

O Sr Presidente — Srs. Deputados, agradeço que não entrem em diálogo directo, por favor.

Sr. Deputado Lino de Carvalho, tenha paciência, mas já teve o seu tempo. Agradeço que deixe o Sr. Secretário de Estado falar.

O Orador — Como eu estava a dizer, a nossa grande preocupação

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Acho que esta resposta foi esclarecedora!

O Orador — Sr. Deputado, também lhe vou fornecer alguns elementos que dizem o seguinte: um número muito, mas muito, superior a 60% é autofinanciamento. O que os candidatos nos dizem é que se trata de autofinanciamento, não houve recurso à banca — pelo menos que nós saibamos.

Sr. Deputado, na realidade — e essa é que é a nossa preocupação —, as 55^a e 56^a actas destinam-se, fundamentalmente, a incluir lá os projectos que foram concluídos até 31 de Dezembro. Mas, no caso de Évora, por exemplo, para não haver confusões,

O Sr Lino de Carvalho (PCP). — Diga em geral, para todo o País!

O Orador: — Está bem! Mas sabe quantos pedidos de pagamento é que há em Évora? Há dois pedidos de pagamento. Dois! E já há 19 que, pelo menos, estão homologados.

Está a dizer que foi por alteração unconstitutional do diploma?! Ó Sr. Deputado, a Câmara Municipal de Évora está perfeitamente elucidada da situação e sabe que, se se candidatasse — e temos informação da CCR no sentido de que Évora não ia realizar obra até 31 de Dezembro (aliás, devo dizer-lhe que tem um projecto de plano urbanístico excelente) —, não conseguia concluir-lo dentro desse prazo, mesmo tendo em conta o anterior despacho.

Portanto, as câmaras já perceberam que preferem ter todo o tempo que lhes é permitido para realizar as obras, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Deixe-me dizer-lhe, e voltar a sublinhar, Sr Deputado Lino de Carvalho, que em Moncorvo — e há notícia de que vão mandar um dossier — alertei, desde Março, que as previsões podiam obrigar a passar para o III Quadro Comunitário de Apoio. Disse-o sempre, e as pessoas sabem! Até lhe vou dizer mais, Sr Deputado: vou-lhe mandar cassetes com a minha voz, para o Sr Deputado poder confirmar.

O Sr Lino de Carvalho (PCP): — Já ouvimos aqui isso!

O Orador. — Sr Deputado, o Sr. Director-Geral do Comércio e da Concorrência não foi demitido! Cessou a comissão de serviço. Não foi reconduzido pelo Sr Ministro, portanto não foi demitido! É bom que isto fique claro!

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes, é evidente que, em relação a Cabeceras de Basto — cujo projecto foi um dos últimos a aparecer — ou mesmo em relação à zona de Celorico de Basto, repare que se nós fossemos rígidos e tivéssemos uma conceção burocrática teríamos dito. «a partir 30 de Junho não entra mais nenhum!»

O Sr Presidente: — Agradeço que condense o seu pensamento, Sr. Secretário de Estado

O Orador. — Vou terminar, Sr Presidente

Estava, portanto, a dizer que os aceitámos, mesmo até Setembro, porque não quisiemos deixar ninguém de fora nem quisiemos deixar ninguém «pendurado». Esta é que é a grande realidade!

Quanto à questão do euro, tenho muita pena, mas trata-se de um problema de iniciativa comunitária, não dependendo da Secretaria de Estado do Comércio e Serviços, pelo que não lhe posso responder!

O Sr Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Para defesa da honra da bancada, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr Deputado

O Sr. Lino de Carvalho (PCP). — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado do Comércio e Serviços trouxe à colação o caso concreto das autarquias

Sr Secretário de Estado, tenho na minha posse os ofícios que os seus serviços estão a enviar às autarquias, dizendo que, devido às alterações legislativas que foram abruptamente introduzidas pelo Governo, todos os projectos que estavam entregues — e alguns estão em obras de execução — ou são antecipados em cerca de um ano ou não são pagos no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio

Sr. Secretário de Estado, não acuse as autarquias, não acuse os comerciantes, não acuse as associações daquilo que é a irresponsabilidade, a incompetência, a má-fé e a instrumentalização eleitoral do Governo neste processo!

Esta é que é a questão concreta, Sr Secretário de Estado! Eu também tenho os documentos que o Sr Secretário de Estado tem, e devo dizer-lhe que não coincidem com os seus discursos nem com as suas intervenções

Por isso, Sr. Secretário de Estado, queremos que venha, periodicamente, à Comissão de Economia, Finanças e Plano para dar respostas, ponto a ponto, momento a momento, relativamente aos projectos que estão em curso, aos projectos que são homologados e aos que são pagos. Porque o «buraco» de 188 milhões de contos, que existe neste momento, ao passar para o III Quadro Comunitário de Apoio — e ao contrário do que o Sr. Secretário de Estado está a dizer —, vai corroer os tais 150 milhões de contos que têm estado a ser referidos pelo Sr. Ministro, tanto mais que há outros sectores em relação aos quais foi feita a mesma promessa, ou seja, transferir para o Quadro Comunitário de Apoio seguinte aquilo que já não cabe neste.

Portanto, Sr Secretário de Estado, o nosso objectivo neste debate — e nesse sentido, ainda bem que o requeirmos — é contribuir para que, no âmbito do PROCOM e destes projectos, possamos ajudar o comércio tradicional a renovar os seus estabelecimentos e os espaços urbanos no quadro das autarquias, para que possam fazer face às novas e desfavoráveis condições de competitividade em que estão envolvidos com as grandes centrais de consumo

E nesse terreno, Sr. Secretário de Estado, vamos continuar a acompanhar este processo!

O Sr. Presidente — Sr Deputado, as voltas que a sua honra dá!

Risos.

Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Comércio e Serviços

O Sr. Secretário de Estado do Comércio e Serviços: — Sr. Presidente, não tenho propriamente explicações a dar ao Sr. Deputado Lino de Carvalho. Mas reconheço que o Sr. Deputado não ouviu as palavras que julgava que vinha ouvir. E quero dizer-lhe que as movimentações que organizou em Évora não tiveram grandes resultados.

O Sr Lino de Carvalho (PCP): — Oh!

O Orador: — Mas, ouça, Sr Deputado, eu vou a Évora e vou ao País inteiro ..

O Sr Lino de Carvalho (PCP): — Só há eleições daqui a três anos!

O Sr. Presidente — Sr Deputado Lino de Carvalho, tenha paciência, deixe ouvir o Sr Secretário de Estado

O Orador. — Eu não giro no gabinete! Eu vou para o terreno. Não tenho problema nenhum! Vou a Évora, vou a Miranda do Douro, vou a Ponta Delgada, vou à Madeira, vou aonde for necessário!

A minha preocupação é a seguinte parece-me que o Sr. Deputado ainda não percebeu que está a dar apoio àqueles que se preocupam muito em saber se há ou não dinheiro para as grandes associações de comércio em detrimento do pequeno comerciante

O Sr José Magalhães (PS). — Ora aí está!

O Orador: — Dá-me ideia que o Sr. Deputado ainda não percebeu isso! Esta é que é a grande realidade!

Quanto ao resto, Sr. Deputado Lino de Carvalho, quanto ao eleitoralismo, deixe-me, em nome da nossa velha amizade, referir-lhe o seguinte, que pode, aliás, confirmar junto da Sr.^a Deputada Celeste Cardona e dos Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Leiria que aqui se encontram: o Sr Presidente da Câmara de Alcobaça — distrito, aliás, onde o projecto está muito avançado —, em plena campanha eleitoral, fez a inauguração da componente urbanística do projecto e convidou para o evento este Secretário de Estado, que, por acaso, era o número dois da lista em Leiria, mas ele recusou-se a ir lá

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Por acaso!

O Orador — Não, não! Recusei-me a ir lá! É que, Sr. Deputado, cinco meses antes das eleições, ninguém me viu no terreno a falar do PROCOM

Assim sendo, o Sr Deputado tem de recuar nessa conversa do eleitoralismo

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, chegámos ao fim do debate de urgência, requerido pelo PCP, sobre o PROCOM/Urbanismo Comercial

Vamos, agora, dar início ao período da ordem do dia.

Eram 18 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos iniciar a discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.º 8/VIII — Altera a Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro (Lei da protecção dos animais), e revoga o Decreto n.º 15 355, de 11 de Abril de 1928 (CDS-PP), 26/VIII — Alteração do Decreto n.º 15 355 (PCP), 29/VIII — Aprova o novo regime sancionatório das touradas com touros de morte (revoga o Decreto n.º 15 355, de 14 de Abril de 1928 (PS) e 41/VIII — Altera o Decreto n.º 15 355 (Proibição de touros de morte em Portugal) (BE)

Para introduzir o debate e apresentar o projecto de lei de que é subscritor, tem a palavra o Sr Deputado Rosado Fernandes

O Sr. Rosado Fernandes (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs. Deputados: Não há nesta Câmara quem não tenha já ouvido já a velha e estafada frase «quanto mais conhecço os homens, mais gosto dos cães». Dela pode inferir-se

que o homem pode sentir, potencialmente, alguma aversão pelo homem e, mais do que isso, deduzir-se que essa aversão provém do facto de, ao contrário do homem que fala e que pode interferir nas nossas vidas, dando ocasionalmente provas de infidelidade, os cães e os animais (vertebrados, pois são os que contempla a Lei de Protecção dos Animais), além de, em princípio, fiéis, têm a enorme vantagem de não falar, excepto na literatura e na fábula, na tradição de Esopo, Fedro, La Fontaine, Orwell, no *Animal Farm* e, finalmente, em *Os Bichos* do nosso Miguel Torga

E, portanto, o homem que pode representá-los e que, em nome deles, fala, o que lhe confere, contrariamente ao que se poderia esperar de um defensor solícito e humilde, o papel de rei da natureza

Na memória dos tempos, é interessante a evolução da relação homem/animal, pois vemos inscrições funerárias dedicadas a bichos de estimação e nunca podemos esquecer-nos da loucura de Calígula, que nomeou — não sei se loucura, se não — o seu cavalo *Incitatus* cônsul da cidade de Roma.

Passando pelo *Irmão Lobo* do Fradinho de Assis, houve altos e baixos nessa relação e, no século XVIII, gravuras há em que é o cavalo que ensina e que domestica o homem e que, entre dois pilares, onde o cavalo devia fazer a piroeta, chicoteia o ser humano, para que ele a faça — como sabem, «piruetas» não é muito difícil fazer nesta vida

Pela imaginação humana sempre perpassou, através das frases sobre os animais, a ideia da vingança que poderíamos exercer sobre os nossos irmãos. Os animais, no fundo, acabam por ser uma espécie de *Ersatz* para aquilo que gostamos de dizer de quem não gostamos.

A verdade é que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, feita diante da guilhotina, tem a sua contrapartida na Declaração Universal dos Direitos dos Animais, feita numa ONU, que não consegue, apesar de organização planetária, acabar com as guerras que afigem o planeta.

Só a substituição do humanismo por uma certa forma de animalismo zoólatra é que justifica que se fale de direitos dos animais, uma vez que aos animais, não tendo eles obrigações nem responsabilidades, não pode ser imputada a noção de direito. Se qualquer dos meus amigos e colegas tiver na sua posse algumas vacas ou alguns animais que provoquem um desastre, podem crer que é no vosso bolso que vai recair a responsabilidade pelos acidentes que eles, porventura, provoquem.

Portanto, é bom que uma sociedade rica como a nossa, uma sociedade urbana como a nossa, que, há anos, não conhece a fome, a guerra, as dissensões ou o medo, não queira agora impor a sua lei, a sua maneira de ser às sociedades rurais que ela considera inferiores

Não foi por acaso que, ainda há pouco tempo, centenas de milhar de ingleses e de franceses, vindos lá das brenhas do interior, se deslocaram a Londres e Paris para dizer que também eles tinham direito a ter a sua visão do mundo, a sua *Weltenschau*, a sua mundividência, e que não eram só os «calcínhas» da cidade que tinham direito de mandar naquilo que faziam

Aplausos do CDS-PP.

Vem a propósito lembrar o debate realizado, há alguns meses, nesta Câmara. E lembro-me de um amigo meu, que foi Presidente da Assembleia, falar do fundador da eto-

logia, Konrad Lonrenz. Konrad Lonrenz, austríaco, pertencente ao partido nazi, escreveu vários livros sobre o comportamento animal, sobre a etologia, que é uma nova disciplina. Mas a nós não devia admirar — e foi pena que não tivessem lembrado — que o mestre do seu partido, Adolfo Hitler, falasse que havia de acabar no III Reich com a *Tierqualerei*, ou seja, com os maus tratos infligidos aos animais. Também ele pensava nisso. Portanto, não se trata aqui só de uma parte moral, de uma parte pessoal. Vem tudo isto a propósito do «caso» de Barrancos e da exceção que ele constitui num país onde, desde *A última corrida em Salvaterra*, imortalizada em conto por Rebelo da Silva, no primeiro quartel do século XIX, se iniciou, devido à morte, numa tourada, do filho do Conde dos Arcos, um movimento que haveria de levar à abolição dos touros de morte em Portugal.

Não pretendo a minha bancada travar ou atacar a tradição portuguesa, que é contra os touros de morte. Mas, por outro lado, também não pretendo atacar nem privar uma zona como a de Barrancos, apesar da sua pequenez — e julgo que, por vezes, há aqui uma desproporção enorme, não mostrando muita coragem a forma como Barrancos foi tratada —, da sua tradição, quer gostemos quer não.

A meu ver, é inadmissível que a justiça ou as instituições portuguesas releguem Barrancos para um *ghetto* desprezível nos confins do interior. Já basta de interioridade, porque, de facto, a cidade nisto tem, muitas vezes, uma atitude mais pacóvia do que terá uma região do interior, o que me faz a maior das impressões.

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente. — Para apresentar o projecto de lei PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado.

O Sr. Rodeia Machado (PCP). — Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados. É pela segunda vez, e no espaço de pouco meses, embora em legislaturas diferentes, que a Assembleia da República discute projectos de lei que visam dar corpo legislativo às aspirações do povo barranqueno e das suas seculares tradições, ancoradas nos usos e costumes de um povo humilde, trabalhador e hospitalíero, que, através da sua vivência colectiva, mais não quer do que viver em paz e tranquilidade.

Com efeito, quando o assunto foi discutido pela primeira vez na Assembleia da República, poderia e deveria ter sido feita justiça ao povo barranqueno, criando na lei os normativos necessários, para, de uma vez por todas, a questão das corridas de touros em Barrancos ficar resolvida.

Tal não foi possível, porque, na altura, quer o Partido Socialista, quer o PSD, não tiveram a coragem política de enfrentar a situação e resolvê-la em definitivo.

O Partido Socialista, que, na altura, tal como hoje, era autor de um projecto de lei, não encontrou consenso no seu grupo parlamentar para levar adiante o que propunha.

O PSD, que, no Alentejo, mais concretamente no distrito de Beja, se afirmava defensor das corridas de touros em Barrancos e aqui, na Assembleia da República, se manifestava contra tal disposição.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Exactamente!

O Orador. — Pela nossa parte, Grupo Parlamentar do PCP, sempre afirmámos, tal como hoje, que estamos disponíveis para resolver a questão das corridas de touros em

Barrancos, porque elas fazem parte da vivência colectiva de um povo, que, de forma continuada e ininterrupta, a tem praticado ao longo de gerações que se perdem na memória dos tempos.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Muito bem!

O Orador. — Por isso, o Grupo Parlamentar do PCP rerepresentou na Mesa da Assembleia da República o projecto de lei a que foi dado o nº 26/VII, nos exactos termos e com a mesma exposição de motivos, porque as condições são exactamente as mesmas e o problema se mantém, e no sentido de, de uma vez por todas, verter na lei aquilo que na prática, desde há muito, é uma realidade.

Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados: As festas de Agosto, que se realizam em honra da padroeira de Barrancos, Nossa Senhora da Conceição, onde se leva a efecto uma corrida de touros, que culmina com a morte do touro na arena, envolvem toda a população e bebem nas mais profundas raízes populares.

É de tal forma verdade que ela se perde na memória dos tempos e vem sendo exercida de forma continuada e ininterrupta que nem o próprio Decreto nº 15 355, de 14 de Abril de 1928, conseguiu interromper.

Em bom rigor, pode dizer-se que esta lei nunca foi aplicada em Barrancos e, por isso, ela caiu ali em desuso.

Aliás, isso mesmo é questionado no agravo do Tribunal da Relação de Lisboa sobre uma providência cautelar, em que o juiz reconhece razão à Comissão de Festas e ao povo de Barrancos e afirma, quanto ao futuro, o seguinte: «Sem necessidade de se determinar se, presentemente, tais touradas são proibidas por lei, mas mesmo admitindo que o sejam, certo é que o legislador, que parece não ter grande reacção contra elas, não se pronunciando com toda a clareza para pôr termo a dúvidas que ainda existam, pode pretender autorizá-las em determinadas circunstâncias excepcionais, nomeadamente em alteração à vontade de alguma população».

Mas nem isso foi suficiente para que parassem as providências cautelares.

Este ano, novamente pairou sobre toda a população barranquenha a ameaça de que as suas festas não fossem levadas a efecto. Só o bom senso da população, dos seus eleitos autárquicos e das forças de segurança fez com que umas festas pacíficas, de caráter popular e religioso, não se transformassem numa situação de conflito e se não mesmo de confrontos físicos de contornos inimagináveis. Aliás, houve mesmo quem procurasse esses conflitos, ao propor uma manifestação anti-tourada para a vila de Barrancos, na altura das festas, e, mais uma vez, a autarquia, através dos seus eleitos, conseguiu ultrapassar a situação.

Foi nesta altura, e só nesta altura, que ouvimos a voz do Sr. Ministro Jorge Coelho afirmar que o problema de Barrancos tinha de ser resolvido. Nem o Sr. Ministro Jorge Coelho, nem o Governo, nem o Partido Socialista se lembraram que tinham um projecto de lei sobre a matéria e que, se quisessem, poderiam ter resolvido o problema em tempo útil.

Era, e é, uma questão de vontade política. Esperamos agora que o PS não se esqueça das promessas feitas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta situação não pode continuar, ano após ano e sempre que se aproximam as festas de Agosto, a de que alguém, que nada tem a ver com o povo de Barrancos e que não conhece a sua realidade, se lembre de, em Lisboa ou no Porto, meter uma providência cautelar para que não se realizem as festas.

Compete à Assembleia da República e aos seus Deputados, enquanto legisladores, alterar este estado de permanente instabilidade.

É assim que estão hoje em debate quatro projectos de lei, que sucintamente irei abordar.

O projecto de lei do PS, que pretende aprovar um novo regime sancionatório das touradas com touros de morte e revogar o Decreto de 1928, embora mereça a nossa aprovação, contém aspectos que poderão e deverão ser bem equacionados, em sede de especialidade.

A iniciativa do Bloco de Esquerda, quanto a esta matéria, não a entendemos de todo. Propor uma moratória significaria, na prática, adiar o problema durante cinco anos e o «lavrar de mãos» ao mais puro estilo «quem vier atrás que feche a porta»...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Muito bem!

O Orador — ... pese embora se diga que se pretende uma discussão sobre esta matéria com a população. E, Srs. Deputados do Bloco de Esquerda, se o vosso projecto for aprovado, espero que façam um bom esclarecimento à população barranquenha sobre esta matéria.

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Portas

O Bloco de Esquerda, ao propor tal solução, desconhece, em absoluto, a vontade, o querer e a vivência colectiva de uma pequena população, cuja proximidade com Espanha tem usos e costumes que cruzam fronteiras. São questões de aculturação, é certo, mas de aculturação de um povo, que não podemos nem devemos desvalorizar.

Quanto ao projecto de lei do CDS-PP, que propõe uma alteração à Lei n.º 92/95 e a revogação do Decreto n.º 15 344, de 1928, não estamos de acordo com ele, uma vez que tal normativo seria o de generalizar as corridas com touros de morte em Portugal, em sentido contrário ao que o PCP defende.

O que o projecto de lei do PCP se propõe criar é um dispositivo legal que acolha a tradição local e onde esta se tenha mantido desde 1928, como é o caso de Barrancos.

Que fique claro que o projecto de lei do PCP não propõe a generalização dos touros de morte em Portugal, o que se pretende é que a Assembleia da República reconheça a legitimidade barranquenha.

O que se pretende é que, no respeito por outras sensibilidades, se acolha a diversidade da nossa cultura, não querendo uniformizar o que não é uniformalizável.

Aplausos do PCP.

O Sr Presidente: — Para apresentar o projecto de lei do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado António Saleiro

O Sr. António Saleiro (PS) — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados No passado dia 14 de Abril, nesta Câmara, apresentei o projecto de lei agora em análise, que, pelas mais variadíssimas razões, sucumbiu ao fim da legislatura. Se razões havia para que o tivesse apresentado ao tempo, hoje, por maioria de razão, dados os acontecimentos que se verificaram, não poderia deixar de o fazer.

Faço-o com convicção redobrada. O povo de Barrancos mostrou, como sempre, ao longo dos anos, que o que nasce com eles morre com eles, que, do berço à cova,

encontram aquele sentimento em todas as fases da vida e que, consequentemente, não existe, não existiu, nem existirá decreto ou lei que lhe valha.

Como não tomaram o «xarope da dormideira» e têm um querer que é raro, de nada serviram as ameaças, quer dos bastões quer da barra.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — São só ameaças!

O Orador — Constatados estes factos, sempre verificados ao longo dos anos com a complacência de todos os governantes, porque perceberam a dignidade antropológica e cultural daquele povo, acabaram por consentir o que a lei não consentia em vez de fazerem o que deveria ser feito. E porquê? Porque perceberam que a própria lei é um contra-senso a propósito do caso de Barrancos e, como diz Graça Moura, a actual lei sobre a matéria «Não existe em nome da brandura dos nossos costumes. Limita-se a traduzir a tacanhez da nossa hipocrisia». Embora admitindo algum leve exagero, não deixa de ter um fundo de verdade, e a prática tem-no demonstrado.

Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, é perfeitamente defensável a adopção de um quadro legislativo respeitador do direito internacional e europeu sem pôr em causa as tradições nacionais, regionais ou locais. Lembro o Tratado de Amsterdão, ratificado por esta Assembleia, em matéria de ritos religiosos, tradições culturais e de património regional e ainda o carácter de exceção adoptado em França com a consequente alteração do Código Penal francês para o efeito.

Assim, e por isso também, em conjunto com outros Deputados, apresento a esta Câmara o projecto de lei que adopta o princípio geral da proibição dos touros de morte em Portugal com a salvaguarda, por exceção, das lides — repito, lides — com touros de morte praticadas segundo o costume. No caso vertente, trata-se de Barrancos e só de Barrancos.

Que fique claro que não se pretende, com este projecto, um qualquer quadro de privilégio ou de desigualdade no ordenamento jurídico, pretende-se, sim, o inverso. O privilégio existe no actual quadro, consentido-se o que se tem consentido quando a lei não permite que se consinta. A lei proíbe mas continua-se como se não proibisse. Então, que alternativa? O bastão? Durante cem anos não houve bastão. Vai haver agora?

Então, se uma lei não é cumprida durante um século com a compreensão daqueles a quem compete aplicá-la, só resta uma alternativa mudá-la!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — As leis são feitas para servir as pessoas, e bem, só que, pelos vistos, neste caso não serviu, ou, melhor, serviu para não ser cumprida, ou, melhor ainda, serviu mal. Quando uma lei não é cumprida, ano após ano, e todos o sabem, o melhor é, de facto, mudá-la! E o que proponho a esta Câmara, não só porque a lei nunca foi cumprida mas também pelo direito que aquela comunidade baixo-alentejana tem de defender a especificidade da sua comunidade, da sua realidade ancestral e de manter a sua coesão social.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — E de não ser julgada!

O Orador — Já disse, desta tribuna, que se sem negros não há Pernambuco, se calhar sem as touradas não

haveria barbanquinhos. Mais ainda: acabar com aquele costume é apoucar o barbanquinho!

Sr. Presidente, Sr. e Srs Deputados Permite-me hoje, nesta Câmara, recordar a voz autorizada de um homem que daqui saúdo e cito, o Professor Barbosa de Melo, ilustre ex-presidente desta Casa, quando, da tribuna onde me encontro e a respeito da questão das leis de protecção de animais, disse que «a diversidade e a variedade das formas e expressões culturais fazem parte essencial do património e da identidade dos portugueses»

É pois isso, e tão-só isso, que os barbanquinhos reclamam para si, porque acabar com a tourada tal como ela é seria acabar com as festividades anuais em Barrancos, seria terminar com a alegria, a eloquência e o sentimento mais profundo e genuíno de toda uma população que vive dentro do seu concelho e que se encontra espalhada um pouco por toda a parte. Cabe, pois, a esta Assembleia a responsabilidade de acabar com aquela masmorra que, afinal, tem tido o ferrolho sempre aberto e que, naturalmente, não significa nem as autoridades nem o Estado de direito.

Convém referir ainda que, se alguém quis evitar incorreções, equívocos e ambiguidades, foram os barbanquinhos. É gente que sempre quis e reclamou que a deixassem fazer a sua festa na legalidade. Aliás, o que afinal não quer é que se lhe tire o pouco que resta, já lhe basta o isolamento!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Muito bem!

O Orador. — Já agora, para terminar, gostava de me dirigir ao Sr. Deputado Rodeia Machado Sr. Deputado, o senhor, na sua intervenção, deu a entender que o anterior projecto de lei do PS não foi aprovado por culpa nossa e de outros partidos. Permite-me que lhe diga agora que este projecto de lei vai ser aprovado e a culpa vai ser nossa!

Aplausos do PS

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente João Amaral

O Sr. Presidente — Para apresentar o projecto de lei do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda

O Sr. Luís Fazenda (BE) — Sr. Presidente, Srs Deputados. A questão central deste debate não é a da aceitação, ou não, de uma excepção, é a da aceitação, ou não, de touradas de morte. Esta é a nossa posição.

É neste ponto que não deve, não pode, existir qualquer dúvida, não pode mesmo adoptar-se uma posição intermediária de qualquer natureza. A nosso ver, Bloco de Esquerda, não devem ser admissíveis touradas de morte.

Em primeira evidência, por respeito aos direitos humanos. A prática de divertimentos bárbaros, absolutamente anacrónicos, introduz na esfera das relações entre pessoas o parêntesis da violência gratuita, o prazer do exercício da força sobre o indefeso. O elogio desta violência diminui a dignidade da pessoa humana.

Em segunda evidência, por respeito aos direitos dos animais. A civilização moderna ultrapassou relações ancestrais entre a espécie humana e outras espécies animais e o desenvolvimento científico e tecnológico levará ainda a avanços ulteriores. A prática do sacrifício animal não corresponde já, hoje, a qualquer código de sobrevivência

humana, o sacrifício a pretexto lúdico é, queremos ou não, uma agressão à natureza e à vida, é a interiorização psicológica e cultural de uma hierarquia de valores que lesa a biodiversidade.

Muito se argumenta com a tradição.

Os costumes alteram-se com os tempos, com a cessação de realidades económicas, de produção material e ideológicas que lhes deram lugar. A força da tradição prolonga-se para além da materialidade objectiva mas é residual e tem, definitivamente, uma extinção anunciada.

Tome-se o exemplo das touradas de morte em Barrancos: a prática anual do terratenente que oferecia um boi para sacrifício e deleite dos «ventres ao sol» não existe mais. Já não estamos no tempo de submissão do terceiro Estado, desde a revolução liberal, e por etapas sucessivas, a plebe deu lugar aos cidadãos. Poderíamos olhar para práticas ainda mais bárbaras na região do Barroso, onde em festividade anual há animais que são lapidados, o que é uma prática absolutamente típica de um quadro social pós-tribal de uma economia comunitária primitiva.

É falaciosa a tese de que as tradições caem por si. São as próprias comunidades humanas que alteram a tradição e que, de algum modo, têm de operar rupturas e substituir costumes por outros costumes.

O nosso papel, hoje, é ajudar a alterar tradições negativas. Como? Com o debate dos valores, sem ofender os destinatários e sujeitos da transição dos costumes. Compreendendo, por exemplo, que a festa anual de Barrancos é um símbolo identitário de uma povoação que está hoje deprimida pela emigração, pela desertificação, pelo desemprego, compreendendo que o moralismo não substitui o apoio e o investimento público na qualificação de uma zona, sugerindo e contratualizando novas práticas, fazendo compreender que há vantagens sociais na alteração de costumes, tornando, pelo seu próprio passo, os actores concretos do processo nos protagonistas louváveis de uma mudança, nos mensageiros de novos direitos. Não será nunca pela via repressiva, através da GNR ou dos tribunais, via que, aliás, já provou ser absolutamente inútil na alteração de comportamentos, funcionando, porém, como a mais poderosa invocação da auto-estima da população e na aculturação de um direito de resistência que só poderá atrasar a evolução dos costumes.

É por estas razões que o Bloco de Esquerda se opõe declaradamente a todas as intenções legislativas de excepcionar touradas de morte. Não votaremos esta contemporaneização com práticas ultrapassadas. Não é uma posição elitista ou urbana, ..

O Sr. Gavino Paixão (PS). — Não?

O Orador. — ... não é uma dificuldade de compreensão de zonas interiores ou rurais, é um avanço de civilização que o reclama.

Defendemos, outrossim, em iniciativa legislativa própria, uma moratória de cinco anos nas proibições de touros de morte nos casos onde se verifique uma tradição ininterrupta. Tempo suficiente para desdramatizar um conflito anual e para contratualizar com as autarquias locais e as associações de festas as outras novas modalidades para prestigiar e encher de alegria as festividades do povo.

Não se questione a doutrina. Na sucessão de leis no tempo é frequente a hipótese de a lei posterior, em vez de criar novos tipos de crime ou eliminar uma incriminação já existente, modificar as consequências jurídicas de um facto incriminador. A lei pode, assim, naturalmente,

modificar a punibilidade regulada por outra anterior Pode limitar-se no tempo e no espaço o efeito desta norma Com a suspensão proposta pelo Bloco de Esquerda, o que se pretende é limitar no tempo e no espaço a punibilidade regulada no artigo 1º

Sr. Presidente e Srs Deputados, com todo o apreço pela população de Barrancos, com todo o apreço pela defesa dos direitos humanos e dos direitos dos animais, fazemos este repto e este apelo. tenhamos a coragem de acabar com o *fait divers* estival para eleger notícias na *silly season*, tenhamos respeito pelos direitos e pelas pessoas; dêmos o passo certo para que a vida mude a vida

A Sr.ª Maria Santos (PS) — Sr Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa

O Sr Presidente (João Amaral) — Faça favor. Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Maria Santos (PS) — Sr. Presidente, gostaria de saber se foi consultada a Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o projecto de lei apresentado pelo CDS-PP Este diploma invoca a tradição local como um dos argumentos para permitir os touros de morte e propõe, de uma maneira subliminar, uma «regionalização taurina», que, ao que parece, é a única que o Partido Popular pode aceitar, chamando-lhe descentralização autárquica.

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr.ª Deputada Maria Santos, já percebi o sentido da sua interpelação. A Mesa vai tentar saber se foi ou não consultada a Associação Nacional de Municípios Portugueses

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados Estamos hoje, nesta Câmara, a repetir um debate que já fizemos na anterior legislatura Tal qual nessa ocasião, o PSD tem uma posição clara sobre esta matéria e quer aqui expressá-la

Alguma coisa está mal na razão de ser de todos estes projectos de lei todos eles se filiam no deparar de uma dificuldade que tem resultado da incapacidade do Governo de fazer cumprir a lei, o que, do nosso ponto de vista, é um precedente delicado Quando as coisas correm mal porque o Governo é incapaz de impor a autoridade e de ter as intervenções preventivas para evitar uma conflitualidade, rapemos da caneta e apresentemos um projecto ou uma proposta de lei!

Tão ou mais grave do que isto é aquilo a que hoje assistimos na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias Os partidos que subscrevem os projectos de lei que estamos a discutir não hesitam, para resolver essa dificuldade, em optar por soluções claramente inconstitucionais

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Quando pretende criar-se, no nosso espaço territorial, zonas que têm, do ponto de vista do Direito Criminal, soluções diferentes das do restante País, é óbvio que está a atentar-se contra princípios fundamentais de legalidade e de igualdade que não se compadecem com as nossas exigências constitucionais

É bom que se tenha presente que esta é uma solução que afecta particularmente os projectos de lei do PCP, do PS e do BE Portanto, não podíamos pactuar com essa situação e lamentamos que, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, não tenha sido assumido, como é de seu timbre, um alerta para que, em sede de especialidade, se encontrasse uma solução que, pelo menos, não afectasse esses princípios e essas razões de ser

Mas outra coisa também está mal em todas estas iniciativas há um apelo à tradição, mas não há um apelo a princípios de civilização fundamentais Quando nos voltamos para as situações de outros continentes, de países mais atrasados, muitas vezes, somos os primeiros a denunciar determinadas praxes e tradições que nos chocam Também neste caso há um propósito que pode levar a que sejam restauradas as touradas de morte em Portugal, quando é também já uma tradição adquirida a não existência de touradas de morte no nosso país! E é uma tradição que marca uma diferença da nossa cultura, do modo de ser e da sensibilidade da generalidade dos portugueses Ninguém atenta, nestes projectos de lei, nessa preocupação e nessa pedagogia que nos cabe fazer

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Nem sequer há preocupações relativamente à assistência a esses espectáculos por parte de menores Não é dita uma palavra sobre essa matéria

Sr. Presidente e Srs Deputados, nunca é demais reafirmar estes princípios Além do mais, aquilo a que já tínhamos assistido no penúltimo Verão e voltámos a assistir este ano, em Barrancos, é a um espectáculo degradante da perda de autoridade do Estado Todos sabiam onde estavam os touros e todos «touream» a GNR com a «benção» do Ministro Jorge Coelho!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Isto é uma coisa perfeitamente inaceitável!

Não embarcamos nestes facilitismos de criar situações de impunidade e quem sabe se com estes projectos de lei não se quer tirar a responsabilidade de decisão aos tribunais para a entregar aos Srs Ministros Jorge Coelho e Armando Vara!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem! É esse o objectivo!

O Orador — Quem sabe se não temos uma amnistia camouflada ao abrigo destas iniciativas legislativas, que têm fins laterais que não são assumidos mas que temos de denunciar?

Protestos do PS

Não está em causa o povo de Barrancos nem o respeito que lhe é devido, estão em causa princípios fundamentais de qualquer sociedade organizada num Estado fundado no direito e legitimado pela vontade democrática dos cidadãos

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — A solução é despenalizar!

O Orador: — É confesso o propósito dos autores destes projectos de lei de consagrar um regime de excepção para Barrancos. Assim sendo, como manifestamente é, seria exercício inglório não reflectir, nesta intervenção, os acontecimentos do último Verão a que já fiz referência

Srs. Deputados, o Sr. Deputado António Saleiro fez, há pouco, uma referência ao Professor Barbosa de Melo, que, aliás, já tinha invocado na sua intervenção aquando do debate de projectos idênticos apresentados na última legislatura. Mas eu queria lembrar que o Deputado Barbosa de Melo, então presente — e é de toda a justiça que se cubra a sua ausência nesta ocasião —, chamou a atenção para o facto de V. Ex.^a ter interpretado abusivamente as suas palavras

O Sr. António Saleiro (PS): — Leia o *Diário da Assembleia da República*!

O Orador: — O que o Sr. Deputado Barbosa de Melo disse, na altura, foi o seguinte: «(...) quero dizer aos que me citaram — e fico muito feliz com as vossas intenções — que, se tivesse focado este problema em concreto, vos diria que sou neste caso hipertradicionalista. gosto da tradição mais antiga, que é a tradição legislativa! Também há uma tradição legislativa em Portugal e eu gosto de a respeitar e que ela seja respeitada sempre!»

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Também é esta a minha posição, ou seja, defendo uma tradição legislativa e uma tradição que este Governo não cumpre, que é a do respeito pela lei. Este Governo não respeita nem impõe o respeito pela lei, como lhe compete como Governo eleito de Portugal!

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — Srs. Deputados, sendo este comportamento chocante para um Estado de direito e, cremos, tão surpreendente para os mais desatentos, que mais esperar de um Governo que tem como Primeiro-Ministro alguém que sistematicamente foge aos problemas e recusa as responsabilidades?

Protestos do PS.

A resposta é clara e o resultado inevitável, para um Estado de direito democrático e para a autoridade do Estado, foi lamentável o que ocorreu em Barrancos! Que não se use estes diplomas para branquear essas situações, que não se use estes diplomas como expediente para tornar mais impune aquilo que o Governo não devia ter deixado impune!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador — Sr. Presidente e Srs. Deputados, não deixamos de reconhecer que esta é uma questão relativamente à qual se atravessam posições diferenciadas dentro dos vários partidos, designadamente dentro do Partido Social Democrata. Mas, embora a nossa posição, que entendemos estar identificada com o sentir da generalidade dos portugueses, seja a que eu enunciei, pelo respeito por es-

sas diferenças, vamos dispensar os nossos Deputados da disciplina de voto

Aplausos do PSD

Vozes do PS — Ah!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Há quantos anos se matam touros em Barrancos?!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Deputada Maria Santos, informo-a que a Associação Nacional de Municípios Portugueses não foi ouvida, apenas o foi a Associação de Municípios de Beja hoje, às 14 horas

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Posso interpelar a Mesa, Sr. Presidente

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Sr. Presidente, agradeço o seu esclarecimento, mas, tendo em conta que a Associação Nacional de Municípios Portugueses não foi ouvida e dado que o projecto de lei do CDS-PP remete para as câmaras municipais o ónus da decisão sobre os touros de morte e transfere para os municípios o «policimento» das tradições culturais, acho que faz todo o sentido termos sobre o assunto um parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses

De qualquer modo, agradeço a prontidão com que me esclareceu

O Sr. Presidente (João Amaral): — É a sua opinião, Sr.^a Deputada

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Faz todo o sentido. Mas se não o temos foi porque não quiseram!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Guilherme Silva, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, inscrevi-me para fazer esta pergunta muito simples ao Sr. Deputado Guilherme Silva afinal, qual é a posição do PSD?

O PCP e o Partido Socialista são claros na sua posição propõem um regime de excepção para Barrancos

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — O CDS-PP também!

O Orador — A posição do CDS-PP, embora noutra dimensão, com a qual podemos ou não estar de acordo, é também clara e já foi referida propõe transferir para as câmaras municipais a solução do problema nos vários pontos do País

Por sua vez, o Bloco de Esquerda adia o problema para daqui a cinco anos e, até lá, propõe-se promover sessões de esclarecimento para convencer o povo de Barrancos a resolver este problema!

Risos do PCP e do PS.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Isso é falso!

O Orador: — Mas não estou a perceber a posição do PSD, porque o Sr. Deputado Guilherme Silva, depois de

ter dito que tanto o nosso projecto de lei como o do Partido Socialista eram inconstitucionais, acabou por — e bem, Sr. Deputado, em minha opinião — dar liberdade de voto aos seus Deputados. É um grande número de círcos!...

Mas já agora, Sr. Deputado, permita-me que lhe diga que as touradas de Barrancos realizam-se desde mil oitocentos e tal. O PSD não esteve tanto tempo no Governo — ..

Risos do PCP, do PS, do CDS-PP e de Os Verdes

... esteve lá 20 anos! —, mas o que é que fez durante o período em que lá esteve? Proibiu as touradas? Mandou a GNR bater?

O Sr. António Saleiro (PS) — Nem fez cumprir a lei!

O Orador: — Mais o Sr. Deputado acusou o Sr. Ministro de ter pactuado com as ilegalidades Sr. Deputado, então o que é que diz ao facto de o Sr. Presidente da Federação Distrital de Beja do PSD, que defende, em nome formal dessa Federação, a necessidade de se resolver o problema, ter estado presente nas touradas? É por ser da linha Pedro Santana Lopes, Sr. Deputado?!

Risos do PCP, do PS, do CDS-PP e de Os Verdes

Mais ainda então, o PSD está muito preocupado com a criação de uma situação de exceção numa determinada localidade e quando foi Governo permitiu a realização de touradas com sorte de varas no Campo Pequeno, o que era proibido pela legislação portuguesa?

Srs. Deputados, tenham coerência! Há aqui um problema localizado que, todos reconhecemos, está dependente de uma tradição cultural que temos de resolver. Temos de resolver este problema.

O que é que o PSD quer? Quer fazer deste debate um ensejo para solucionar o problema e ir ao encontro das tradições do povo de Barrancos ou quer fazer deste debate mais uma arma de arremesso contra o Governo e contra o Ministro Jorge Coelho? Pensamos que para isso temos muitas oportunidades e o que queremos neste debate é criar condições para resolver um problema que se arrasta há anos e que é preciso solucionar, a bem do povo de Barrancos, a bem da legalidade democrática em Portugal, a bem do Estado democrático

Aplausos do PCP

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Almeida Santos

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, corsa curiosa V. Ex.^a não compreendeu como é que eu conseguia conciliar a posição que assumi ..

O Sr. João Carlos da Silva (PS) — Nem ele compreendeu nem ninguém!

O Orador: — . com a possibilidade de darmos dispensa da disciplina de voto. Mas eu comprehendo muito bem que V. Ex.^a não tenha compreendido é que, se no

seu partido isso não é possível, no meu, onde existe pluralidade e respeito pela diversidade de opiniões, é perfeitamente conciliável essa posição

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Lá vem a *cassette*!

O Orador — Há uma coisa que nós fazemos mesmo quando temos opiniões divergentes, não deixamos de assumir claramente uma posição. E nós têmo-la, o partido tem-na e eu anunciei-a, respeitando a pluralidade. V. Ex.^a tem dificuldade em compreender isso!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — *Cassette n^o 3*

O Orador — Mas há outra coisa que este debate permitiu constatar — e mal sabia eu que era este o debate que iria proporcionar esta oportunidade depois da vossa posição no orçamento rectificativo, é cada vez mais compreensível que seja V. Ex.^a e não o Partido Socialista a defender o Ministro Jorge Coelho!

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes) — Sr. Presidente, Srs. Deputados Em Maio deste ano, na VII Legislatura, fizemos uma discussão análoga à de hoje, que decorre já na VIII Legislatura — duas vezes no mesmo ano, com projectos iguais. A questão é que os Srs. Deputados, e refiro-me aos do Partido Socialista, não quiseram avançar com a permissão legal de touradas de morte em Portugal em vésperas de eleições legislativas por recearem que essa prática não acolhesse simpatia numa fatia significativa de cidadãos, podendo, por isso, constituir perda de votos. Agora, com as autárquicas, a coisa já parece diferente. Agir em função de eleições e não de princípios é uma prática com a qual não compactuamos e que não reconhecemos, para nós, valor à iniciativa do Partido Socialista nesta matéria

Sr. Presidente e Srs. Deputados, aquando da discussão em Plenário, no dia 4 de Maio, das touradas de morte, Os Verdes deixaram bem clara a sua posição: este espectáculo contraria não só princípios que nos são caros como a nossa postura no dia-a-dia, o nosso entendimento de vida e de relação com o meio que nos envolve, o que significa também com as restantes espécies animais. Partimos fundamentalmente do respeito pelo que nos envolve e pelo que somos

Dispenso-me de fazer a mesma reflexão de princípio que fiz na altura e basear-me-ei agora mais sobre a intenção dos diferentes projectos em discussão

Mas, primeiro, quero dizer que a nossa postura não é contra os barranquinhos, já que não acredito, de modo algum, que tenham um espírito bárbaro em relação ao espectáculo em causa. A nossa postura está directamente relacionada com a forma do espectáculo e com o momento alto que assume o sofrimento do touro e a tentativa do seu enfraquecimento, culminando na sua morte em praça pública.

E mesmo na tourada à portuguesa cremos que é possível descortinar formas de lide do touro que, mantendo o espectáculo tauromáquico, não sujeite, tal como é feito, o animal a sofrimento. Portanto, há que usar a criatividade, a inteligência do Homem e também aquilo que o avanço

tecnológico permite, pondo-as ao serviço do espectáculo e, neste caso concreto, compatibilizando-o com a protecção do animal

Sobre os projectos em discussão, o que temos a dizer àqueles que defendem que se excepcione Barrancos da proibição de touros de morte é o seguinte entender que na generalidade do território português os touros de morte são um divertimento impróprio e constituem crime, mas que numa determinada localidade portuguesa — e mantendo exactamente as mesmas características de espectáculo — isso já é próprio, é uma contradição que, na nossa perspectiva, não faz sentido

O Sr Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora — Mas essa proposta é fundamentada numa tradição profundamente enraizada, neste caso, em Barrancos, procurando a continuação do seu cumprimento. Ocorre que as próprias tradições também podem ter uma evolução dinâmica. Coisas que, à luz de um determinado momento histórico, tinham uma justificação e uma razão de ser perceptível, com a evolução dos tempos e dos valores, podem deixar de os ter

A questão é que Os Verdes não se reconhecem nos valores implícitos ao espectáculo tradicional em causa.

Por isso, ainda menos concordamos com o projecto de lei do CDS-PP, que admite, na prática, a generalização e a proliferação, no território português, das touradas de morte

O projecto de lei do Bloco de Esquerda, por seu turno, proíbe os touros de morte, mas deixa que se aproveite o espectáculo por mais cinco anos, ou seja, condena a exceção mas admite-a por cinco anos, o que apenas traduz o não assumir, com clareza, de uma posição política sobre a matéria e o adiamento da resolução da questão, naquela lógica de «enquanto a vara vai e vem folgam as costas».

Sr. Presidente e Srs. Deputados, aqui ficam expressas as razões que nos levarão a votar contra todos os projectos de lei que estão hoje, aqui, em discussão

O Sr Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Luis Fazenda

O Sr Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Srs Deputados. Sr^a Deputada Heloísa Apolónia, embora comunicando dos mesmos princípios e dos mesmos valores, quero dizer-lhe, de modo linear e directo, que o Bloco de Esquerda não tenciona prodigar sessões de esclarecimento durante cinco anos para a população barranquenha, que bem as dispensa. O que nós aqui dissemos foi que era necessário haver um espaço de tempo para uma transição de costumes. Ora, a posição irredutível da Sr^a Deputada e do seu partido nada mais fazem do que levar-nos a ficar exactamente no ponto em que estamos hoje, ou seja, ou a GNR ou nada.

Portanto, como o que a Sr^a Deputada está a defender é, obviamente, a carga policial ou o não funcionamento da legalidade, eu gostaria que me explicasse esse ponto de vista

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra a Sr^a Deputada Heloísa Apolónia

O Sr Heloísa Apolónia (Os Verdes) — Sr Presidente e Srs Deputados, na mesma lógica, aquilo que o Sr Deputado está a defender é a carga policial e o cumprimento da lei para daqui a cinco anos e que, até lá, esqueçamos e adiemos o problema.

Nessa lógica, Sr Deputado, também não entramos

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — É que ele está a lembrar-se do ditado «Enquanto o pau vai e vem folgam as costas»!

O Sr João Carlos da Silva (PS). — Mas há também o outro, que diz: «Quanto mais me bates, mais gosto de ti»!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Gavino Paixão

O Sr Gavino Paixão (PS) — Sr Presidente, Sr^m e Srs Deputados: Barrancos, pequena vila raiana do Baixo Alentejo, com cerca de 2000 habitantes, tornou-se, nos últimos três anos, por força da forte mediatisação, na novela de fim do Verão. As suas tradicionais festas, que se desenrolaram durante mais de 100 anos, passaram, de repente, para a ribalta da comunicação social.

Numa época em que a notícia é a falta de notícia, Barrancos torna-se na pequena aldeia gaulesa lutando contra tudo e contra todos. A verdade, no entanto, é outra! Raízes profundas, justificações antropológicas e tradições seculares explicam a unidade de toda uma população em redor das suas festas, ou melhor, da sua feira, como dizem os barranquenhos.

Quero aproveitar a ocasião para saudar todos aqueles — população, visitantes e autoridades — que estoicamente souberam resistir às enormes pressões e que demonstraram, de forma humilde, um grande civismo

É importante e necessário reafirmar o seguinte: não podemos — seria injusto e perigoso fazê-lo — colocar a discussão na dicotomia «a favor ou contra os animais». Quem defende, como eu, as festas de Barrancos não está contra os animais. E isto deve ficar, de uma vez por todas, bem claro

Outros colocaram o debate na falta de autoridade do Estado. Ora, tal caminho também não deve ser seguido. Falta de autoridade do Estado é ignorar uma situação que existe há mais de 100 anos, falta de autoridade do Estado era «enterrar a cabeça na areia» e fazer de conta que nada existia, como alguns fizeram durante anos. Com certeza, o Sr Deputado Guilherme Silva foi um dos que, durante mais de 10 anos de governo do PSD, não soube o que é que se passava em Barrancos, não tinha conhecimento de nada, porque, com certeza, também não lia nem ouvia notícias!

O chamado «caso de Barrancos» merece hoje a atenção de vários Srs Deputados e, em boa hora, o Estado vai exercer a sua autoridade através da Assembleia da República. As tradições barranquenas merecem respeito

E, já agora, permitam-me também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um aparte em relação ao projecto de lei apresentado pelo Bloco de Esquerda. Eu, como barranqueno, tenho muito gosto em que o Sr. Deputado Luís Fazenda me esclareça durante cinco anos, mas permita-me que também eu contribua com alguma coisa, porque durante os quatro anos desta Legislatura também posso esclarecer sobre coisas que se passam em Barrancos. E fica já a saber que, por exemplo, Barrancos é uma

das terras com menor taxa de emigração do Baixo Alentejo.

Portanto, quando se usa esse argumento para explicar que essa é uma zona deprimida, isso revela um total desconhecimento da realidade local! Durante quatro anos, estarei também disposto a contribuir para o seu esclarecimento, Sr. Deputado

Sr. Presidente e Srs. Deputados, usando a minha condição de barranqueno, permitam-me terminar com algo que todos os barranquenos gostariam de dizer hoje aos Srs. Deputados que apresentaram os projectos de lei: Barrancos *bien, bien, coño bien!*

Aplausos do PS e do CDS-PP.

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda argumentou, propôs e, portanto, votará em conformidade com uma posição intransigente e que consideramos fundamental somos contra os touros de morte em Portugal!

Condenamos, por isso, todas as propostas que pretendem instituí-los no País, como a do Partido Popular, e condenamos as que pretendem instituir uma regra excepcional a título permanente, como a do Partido Socialista e a do PCP. Votaremos contra essas propostas e esperamos que sejam derrotadas. Não deixo, aliás, de salientar este facto notável, sob a liberdade de voto foi útil, apesar de tudo, a morte do touro porque juntou, aqui, uma parte importante do PSD e do PP num afã unitário digno de registo

Condenamos os touros de morte por uma questão de direitos dos animais. Mas não essencialmente por uma questão dos direitos dos animais — a morte do touro no matadouro umas horas depois é, desse ponto de vista, igualmente condenável, e nós condenamo-la. Somos contra os touros de morte porque nos opomos essencial, fundamental e determinadamente à pedagogia da crueldade extrema

É por isso que queremos colocar as três propostas que legalizam os touros de morte em minoria e é por isso também que este mais que diáfano «proto-marxismo» deveria ser derrotado no País e na Assembleia.

Se aceitamos, no entanto, e se propomos, apesar da incompreensão da Sr. Deputada de Os Verdes, uma moratória, é porque rejeitamos qualquer solução imediata que não poderia deixar de ser a do confronto policial e a da repressão. Percebemos que, sob a evocação da autoridade do Estado, há a tentativa de a fazer desaparecer, e nada mais. Entendemos que há no conflito uma parte substancial de reivindicação da população de Barrancos à sua própria auto-identificação e que isso reflecte carências fundamentais — apesar do «panorama cor-de-rosa» aqui traçado pelo Sr. Deputado do Partido Socialista! — e um deficit de reconhecimento democrático nessa terra e em muitas outras do País, que está justaposto e confrontado com tradições ancestrais que é preciso modificar com o tempo, se essa for a opção de civilização do legislador e do País

Compreendo que, no seu afã de produzir a discussão, o Sr. Deputado Lino de Carvalho tenha levado alguns sintomas de modernização ao ponto extremo de escarnecer com o efeito democrático das sessões de esclarecimento. Parece-me um pouco excessivo ir demasiado longe a esse

respeito e não esperaria, do PCP, que fosse muito longe nesse caminho. No entanto, não é de sessões de esclarecimento partidárias que nos estamos a referir, estamos a referir-nos à assunção da responsabilidade política no País, porque Barrancos não é uma vila unânime em torno da opção dos touros de morte

Quero lembrar-vos que, se fizerem a confrontação das votações dos vários partidos, aí lerão surpresas porque, na campanha eleitoral, o Bloco de Esquerda disse o que hoje, aqui, estou a repetir e o que o Sr. Deputado Luís Fazenda repetiu antes de mim e, com isso, obteve a votação expressiva que conhecem.

O que queremos abrir é a porta a uma solução negociada que consiga o objectivo essencial, de que não queremos abdicar em circunstância alguma queremos terminar com os touros de morte em Portugal!

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Telmo Correia. O Sr. Deputado dispõe de 1 minuto que lhe foi cedido por Os Verdes.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados Colocam-se a esta Câmara, com as presentes iniciativas legislativas, três questões essenciais: a primeira, a de legislar sobre uma actividade de raiz cultural, como é a tauromaquia; a segunda, a de consagrar a tradição portuguesa da proibição das corridas com touros de morte, a terceira, a de conciliar esta proibição com situações excepcionais que, a não serem reconhecidas, implicam, como aconteceu recentemente, um grave problema de autoridade do Estado.

Mas não é possível, Sr. Presidente e Srs. Deputados, legislar sobre algo que não se entende e, até agora, pouco mais ouvi chamar à festa de touros do que «spectáculo bárbaro».

Vamos, então, falar de tauromaquia

Trata-se, antes de mais, de uma arte. Uma forma de arte como qualquer outra que desagrada a muitos e repugna mesmo a alguns. Mas isso acontece a qualquer arte e até àquela que nós, aqui, exercemos e que é a mais nobre de todas: a política.

A Sr.ª Maria Celeste Cardona (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Esta forma de arte desperta noutras uma paixão justificada pela beleza estética mas que o risco, o medo e o sortilégio chegam a exacerbar.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Sobre tauromaquia, diz tudo uma frase que li recentemente: «Os aficionados pelas touradas partilham uma crença. A paixão pelos touros é, de certa maneira, um culto. O espectador taurino acredita e valoriza certas qualidades que são inerentes ao homem e que, no seu ponto de vista, constituem a própria hombridez. E é precisamente porque acredita nessas qualidades que vai aos touros». Esta frase, estejam descansados os «proto-vanguardistas», não foi dita por nenhum torcionário nem nenhuma figura «salazarenta», mas, antes pelo contrário, pela figura da cultura, professor universitário e alcaide socialista de Madrid, Tierno Galvan.

O encanto da tauromaquia estará sempre na sua genuinidade. Mas não podemos resolver uma questão localizada cindindo a lei penal e fazendo com que o que é crime em determinadas zonas do País não o seja noutras, consagrando uma excepção territorial que, como aqui foi dito — e bem! —, não é admissível do ponto de vista da lei penal

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — A nossa solução é, por isso, outra e assenta em três pontos: em primeiro lugar, manter inquestionável — é bom que seja dito e que fique claro — a proibição em Portugal das corridas com touros de morte; em segundo lugar, descriminalizar um comportamento cuja criminalização é exagerada e porque constitui um ilícito praticado no âmbito de um espectáculo deve constituir e ser matéria contra-ordenacional, por último, e porque se trata de tradições locais e de cultura popular, municipalizar uma competência de autorização (e sublinho) excepcional deste espectáculo

Esta é a única forma de encontrar uma solução comum a todo o País que mantenha a generalidade e a abstracção da lei e seja, simultaneamente, constitucional

Lendo o diploma de 1928, é fácil perceber que já então o que estava em causa era a autoridade do Estado. O Estado democrático e o Portugal democrático têm de ter uma noção diferente de autoridade do Estado daquela que se tinha em 1928.

É tempo de respeitar as diferenças, é tempo de descentralizar, é tempo de respeitar a cultura e as ambições daqueles que são portugueses como nós e que mais não querem do que viver em paz a sua festa

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente. — O Sr. Deputado António Saleiro tem 1 minuto e 33 segundos para formular o seu pedido de esclarecimento

O Sr António Saleiro (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Telmo Correia, gostava de lhe colocar uma questão muito simples e concreta, que tem a ver com o facto de no vosso projecto de lei darem poderes às câmaras ou, nomeadamente, aos seus presidentes, que são quem as representam, tendo em atenção aquilo que é o pensamento de cada presidente de câmara que é eleito, não acha que, de mandato para mandato, pode pôr-se em causa aquilo que um Executivo decide, uma vez que um presidente pode dizer «sim senhor, sou aficionado, gosto muito que se façam touradas com touros de morte» ..

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — É a coisa mais normal em democracia!

O Orador — Não é nada! Não é assim! Porque aquilo que pode acontecer é um presidente de câmara dizer que é aficionado por touros de morte e daqui a quatro anos é eleito um outro presidente de câmara que poderá dizer «agora já não há touros de morte». Gostava, pois, que me esclarecesse qual vai ser a solução

Já agora, se me for permitido, vou aproveitar o tempo de que ainda disponho para dizer ao Sr. Deputado Guilherme Silva o seguinte.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Então, não nos faz a pergunta?

O Orador — Eu já a fiz, Sr Deputado. E agora vou aproveitar o tempo de que disponho para fazer uma pergunta.

O Sr. Presidente. — Atenção ao seu tempo, Sr Deputado

O Orador — Sr Presidente, com certeza que o meu tempo está a ser descontado, uma vez que estou a ser interrompido .

O Sr. Presidente: — Sr Deputado, as interrupções ou são consentidas ou não são

O Orador — Não as consinto, Sr Presidente

O Sr Presidente: — Então, diga-o, se faz favor

O Orador — Nesta circunstância, aproveito para dizer ao Sr. Deputado Guilherme Silva o seguinte a história do espectáculo degradante não foi coisa nova. O senhor pôs hoje, aqui, em causa dois governadores civis de Beja — o Dr Malveiro e o Sr Luís Serrano — pelo facto de não terem agido em conformidade com aquilo que o PSD, pelos vistos, pensa

O Sr João Carlos da Silva (PS) — Muito bem!

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Não, não!

Protestos do PSD.

O Orador — Tenham paciência! Os senhores foram governo durante 10 anos e, que eu saiba, fizeram-se touradas em Barrancos durante todo esse tempo

O Sr Gavino Paixão (PS) — É verdade!

O Orador: — Pergunto qual é a solução? Se não for através da alteração que aqui devemos fazer hoje, como é que se resolve o problema? Resolve-se como se resolviam dantes, isto é, faça-se a tourada e a autoridade não sabe rigorosamente nada, não se diz nada, não se dá indicações, ou, então, diz-se «não queremos ver a GNR no meio da rua?». A única diferença é a de que agora apareceu a GNR na rua e, no vosso tempo, era mandada estar nos quartéis porque não podia aparecer na rua, só assim é que a autoridade não sabia. Por que é que a lei não foi cumprida?

O Sr. Presidente — Sr Deputado, peço desculpa, mas tem de terminar. Já ultrapassou todos os limites do seu tempo

O Orador — Sr Deputado, não me fale da incapacidade do Governo nem no Ministro Jorge Coelho, fale-me nos ministros do outro governo, não fale nestes. Pelo menos, o Ministro Jorge Coelho fez aquilo que tinha de fazer. Os vossos ministros é que não fizeram rigorosamente coisa nenhuma

Vozes do PS: — É falta de seriedade!

O Orador: — E isso é falta de seriedade, naturalmente

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Telmo Correia.

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Deputado António Saleiro, com toda a tranquilidade, penso que o que está em causa e o que é preciso dizer é que...

O Sr Presidente: — Tem 1 minuto e 30 segundos, Sr. Deputado

O Orador: — Com certeza, Sr Presidente Preciso até de menos tempo.

Aquilo que não se deve confundir aqui, e que, pelos vistos, muita gente não entende, é que é preciso deixar as pessoas viverem as tradições que são suas. Já tenho ouvido dizer, em debates destes, barbaridades — essas, sim, barbaridades — como a de que a tourada, a arte taurina e toda a arte que lhe está associada são contra a cultura. Isso é que não pode ser feito nem pode ser dito, é preciso respeitar as tradições locais de cada um.

Em relação aos presidentes de câmara, é muito simples. os presidentes de câmara não estão acima da lei. O nosso projecto é muito claro: as touradas só podem ser concedidas nestes termos quando existir uma tradição local, quando existirem hábitos relacionados com a tauromaquia, hábitos sólida e continuamente praticados. Portanto, o presidente de câmara não está acima da lei. A deliberação da câmara que vá contra isto e que vá contra os sentimentos das populações, em primeiro lugar, seria ilegal e, em segundo lugar, a maior parte dos presidentes de câmara e dos autarcas são inteligentes. Estou convencido de que se um autarca de uma pequena autarquia do Norte resolver aprovar corridas de touros, na próxima eleição, não é eleito, tal como se o autarca de Barrancos resolver proibir as festas de Nossa Senhora da Conceição, certamente, também não é eleito. Há um mecanismo de fiscalização democrático óbvio nesse processo e há uma municipalização lógica e compreensível, do nosso ponto de vista.

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Sr Guilherme Silva (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente

O Sr. Presidente: — Para que efecto, Sr. Deputado?

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente — Das verdadeiras ou das falsas?

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Das verdadeiras, Sr Presidente.

Risos

Das autênticas

O Sr. Presidente — Faça favor, Sr. Deputado

O Sr Guilherme Silva (PSD): — Sr Presidente, gostava que a Mesa solicitasse ao Conselho Superior da Magistratura informação, para ser presente ao Sr. Deputado António Saleiro, sobre se, relativamente à tourada em Barrancos, no tempo anterior ao Governo socialista, houve

alguma decisão judicial no sentido de que o governador civil de então tivesse desrespeitado e ajudado a desrespeitar ou se essas decisões judiciais só ocorreram recentemente, com este Governo e com o actual governador civil, de tal forma que foi uma boa ajuda que este último e o Ministro Jorge Coelho deram ao então ministro Vera Jardim para pôr, como pôs, a justiça a «balear no fundo», como aconteceu na última legislatura

O Sr Presidente — Sr Deputado, não quero substituí-lo no exercício desse direito. Faça favor de fazer a pergunta directamente ao Presidente do Conselho Superior da Magistratura. Ele tem obrigação de lhe responder e creio que o fará com todo o gosto

O Sr António Saleiro (PS) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente: — Para que efecto, Sr. Deputado?

O Sr António Saleiro (PS): — Para defesa da honra, Sr Presidente

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado

O Sr António Saleiro (PS): — Sr Presidente, Sr Deputado Guilherme Silva, pedi a palavra para defesa da honra, porque, de facto, sinto que estou a ser atingido por uma razão simples: não sou ignorante! O Sr. Deputado «deu a volta» à questão!

Toda a gente sabe que, no tempo do governo do PSD, nunca ninguém levantou a questão, nem a Sociedade Protectora dos Animais, nem outros que tais! Nunca ninguém levantou a questão relativa a Barrancos e é isso que não consigo perceber.

Eu sei, porque os conheço bem, que nenhum dos governadores civis de então foi notificado fosse do que fosse, mas, de facto, a lei existia. E é isso que está em causa hoje, aqui. Não é mais nada, Sr. Deputado! Não é preciso ser-se notificado pelo tribunal para agir! Ou é legal ou não legal! Certo é que todos, incluindo eu próprio — e assumo-o aqui —, não agimos Aliás, faço aqui a *mea culpa* e, quando fui eleito para a Assembleia, apresentei um projecto de lei. Se calhar, estou a redimir-me dos erros que cometi — mas estou a fazê-lo! — porque não agi.

Quanto a vós, ainda hoje não reconhecem que agiram mal durante 10 anos e não nos deixam agir bem!

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Fiquei cheio de pena da sua honra, Sr. Deputado!

Risos

Sr Deputado Guilherme Silva, tem a palavra, para dar explicações

O Sr Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Saleiro, V. Ex.^a, perante o facto de eu ter lembrado o que resultava de uma demonstração evidente de esquecimento da sua parte que era a existência de decisões judiciais que não foram respeitadas — foram desrespeitadas pelo então ministro, pelo governador civil e pelas autoridades! — considerou que a sua honra tinha sido ofendida. Então, que dizer da ofensa à honra do

Estado de direito e aos tribunais que resultou do seu esquecimento?

Vozes do PSD — Muito bem

O Sr. João Carlos da Silva (PS) — Quer dizer que, para si, é mais grave violar uma decisão dos tribunais do que violar a lei?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, peço a palavra.

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É para uma interrogação à Mesa, Sr Presidente

O Sr. Presidente — Faça favor

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, compete-me dizer, em nome da nossa bancada, que, à semelhança do que acontecerá relativamente a todas as questões que, sendo ideológicas, encerram um muito relevante grau de ponderação de consciência, o CDS-PP dará liberdade de voto aos seus Deputados — o que, aliás, não deixa de ser uma noção estranha, porque é difícil conceber um Deputado sem liberdade!

Compete-me dizer, ainda, que, havendo uma claríssima maioria do nosso partido favorável à solução que propomos, ao sossego e à paz do povo de Barrancos —

Protestos do PSD

respeitem quem não pensa como os senhores! —, há dois Deputados da minha bancada, os Srs Drs João Rebelo e Narana Coissoró, que não têm a mesma opinião

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Sr Presidente — Sr Deputado, desculpe a observação que vou fazer Nunca percebi bem essa concessão de liberdade de voto aos Deputados, porque a Constituição diz que eles são livres e votam livremente, mas, enfim Criámos este hábito, temos de continuá-lo

Tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho, relativamente a cuja bancada me é dito que foi lesada em 1 minuto De qualquer maneira, dispõe de 1 minuto

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, não sou um aficionado de touradas nem, em particular, de touradas com touros de morte Mas não estamos aqui a discutir questões pessoais e, sim, questões políticas no sentido de resolver um problema existente em Portugal que tem a ver com a tradição da realização da tourada com touros de morte, em Barrancos.

A esse propósito, vieram a lume alguns argumentos, um dos quais, aliás, repetitivo, assentava na crueldade relativamente aos animais. Ora, naturalmente, todos somos sensíveis à crueldade, seja exercida sobre os animais seja sobre os seres humanos, mas é preciso que os que falam nisso saibam que, na chamada tourada «à portuguesa», a crueldade exercida sobre os animais é superior à da tourada com touros de morte, uma vez que se, neste último caso, o touro é morto na arena, no caso da tourada «à portuguesa», o animal fica a sangrar nos curros, durante dois dias, até morrer em condições degradantes.

Portanto, se a questão é apreciada sob o ângulo da crueldade, então, Sr Presidente, tenha-se a coragem de proibir todas as touradas em Portugal, sejam de touros de morte, sejam touradas «à portuguesa».

Do que estamos a tratar aqui é da questão concreta de Barrancos É nesse sentido que nos colocamos e não nos desviaremos dele É esta questão que queremos resolver

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente — Srs Deputados, não há mais inscrições, pelo que está encerrada a discussão conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.º 8/VIII — Altera a Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro (Lei da protecção dos animais), e revoga o Decreto n.º 15 355, de 11 de Abril de 1928 (CDS-PP), 26/VIII — Alteração do Decreto n.º 15 355 (PCP), 29/VIII — Aprova o novo regime sancionatório das touradas com touros de morte (revoga o Decreto n.º 15 355, de 14 de Abril de 1928 (PS) e 41/VIII — Altera o Decreto n.º 15 355 (Proibição de touros de morte em Portugal) (BE), cuja votação terá lugar na sessão da próxima quarta-feira, no horário regimental de votações

Srs Deputados, vamos, agora, tentar proceder à apreciação de todos os votos que têm de ser discutidos hoje, porque o consenso havido vai no sentido de que façamos uma tentativa para discutir e votar todos os votos que deram entrada na Mesa, à excepção de um que foi apresentado durante a sessão de hoje

Por um lado, há três votos sobre Angola, apresentados, respectivamente, pelo CDS-PP, pelo PS e pelo BE, relativamente aos quais creio que há consenso no sentido de procedermos à respectiva discussão conjunta

Temos, ainda, um voto de pesar, apresentado pelo PS, sobre o falecimento da Presidente dos Jardins-Escola João de Deus, que será o primeiro a ser apreciado, após o que passaremos ao voto de protesto, apresentado pelo PCP, pela situação em que se encontra, nos EUA, a criança cubana Elain González Brotóns, e depois ao voto de protesto, apresentado pelo CDS-PP, relativo à candidatura portuguesa à Direcção-Geral de Agricultura da Comissão Europeia

Vamos, pois, começar pela apreciação do voto n.º 20/VIII — De pesar pelo falecimento da Presidente dos Jardins-Escola João de Deus, Dr.ª Maria da Luz de Deus Ramos Ponces de Carvalho (PS)

Tem a palavra a Sr.ª Secretária para proceder à leitura do voto

A Sr.ª Secretária (Rosa Maria Albernaz) — Sr Presidente e Srs. Deputados, o voto é do seguinte teor:

Morreu aos 81 anos, em 8 de Dezembro p.p., a Dr.ª Maria da Luz de Deus Ramos Ponces de Carvalho, neta do Poeta João de Deus, que foi durante a sua vida a grande militante da educação na área do pré-escolar, segundo o método da *Cartilha Maternal*.

Presidente da Associação dos Jardins-Escola João de Deus, com os seus colaboradores, apetrechou o País, de norte a sul, com estabelecimentos Jardins-Escola João de Deus

Esta Mulher, que hoje aqui lembramos e invocamos, fundou a Escola Superior de Educação de Infância João de Deus, a funcionar na Av Pedro Álvares Cabral, em Lisboa

Esta Mulher ficará nas nossas memórias e na memória colectiva de todos(as) aqueles que à educação se dedicaram e vêm dedicando à sua actividade profissional como um exemplo a não esquecer e a seguir.

A Assembleia da República curva-se perante a memória da Mulher que foi a impulsora e precursora do incremento do ensino pré-escolar e que só recentemente pôde ser tornado acessível a todas as crianças portuguesas

A Assembleia da República mergulha o seu pesar nos sentimentos da família enlutada, enviando-lhe as suas condolências, assim como ao Jardim-Escola João de Deus e, ainda, à Associação dos Jardins-Escola João de Deus

O Sr. Presidente — Tem a palavra a Sr^a Deputada Natalina Moura

A Sr^a Natalina Moura (PS) — Sr Presidente, Sr^o e Srs Deputados Com a singeleza deste voto, quisemos evocar a memória de uma mulher que deixou obra de monta na área do ensino pré-escolar Esta mulher iniciou a sua actividade em 1943 e leccionou até Agosto de 1999

No decorrer do último ano lectivo, tive oportunidade de encontrar-me com a Sr^a Dr^a Maria da Luz de Deus Ramos Ponces de Carvalho por ocasião da distribuição dos diplomas ao recém-licenciados da Escola Superior de Educação de Infância João de Deus Nessa altura, verifiquei que a alegria, a vontade de trabalhar que sempre existiu nesta mulher continuava a vigorar tal como nos primeiros momentos em que tive oportunidade de conhecê-la no exercício da sua actividade de professora daquela escola

Presidente da Associação dos Jardins-Escola João de Deus, deixou um legado de 31 jardins-escola espalhados por todo o País É obra! É obra que devemos recordar e acalentar na nossa memória

Actualmente, era Directora dos Jardins-Escola João de Deus e Presidente da Comissão Nacional da Organização Mundial do Ensino Pré-Escolar Nesta última qualidade, ela teve oportunidade de trazer a este país, há uns anos atrás, muitos especialistas que, durante alguns dias, se dedicaram a trabalhar as suas capacidades nesta área de intervenção

Esta mulher, que, hoje, aqui evocamos, foi agraciada com a comenda da Ordem de Instrução Pública e, ainda, com o grau de Oficial da mesma Ordem

Esta mulher, mãe psicológica de muitas e muitas gerações, perdurará no pensamento de todos aqueles que por ela passaram, quer directa quer indirectamente Ou seja, como formadora de professores daquela escola, ela manteve o espírito, não de mãe biológica mas de mãe psicológica

Esta mulher foi precursora do pensamento que hoje temos sobre o ensino pré-escolar Na verdade, só muito recentemente se pôs em funcionamento a cobertura do País pelo ensino pré-escolar

Assim, é esta mulher, que esteve sempre adiantada em relação ao nosso pensamento, que queremos evocar aqui

Enviamos à família enlutada todo o nosso pesar, assim como ao Jardim-Escola João de Deus e, ainda, à Associação dos Jardins-Escola João de Deus

Terminei, dizendo que, na minha memória, tal como na das minhas filhas e na de todos os que frequentaram esta grande escola, como é o caso de muitos que aqui estão, esta mulher perdurará sempre na qualidade de grande vanguardista e de militante do ensino pré-escolar

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Telmo Correia.

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Sr Presidente, de forma breve, quero associar-me, em nome da bancada do CDS-PP, a este voto, apresentado pelo PS e cuja primeira subscritora é a Sr^a Deputada Natalina Moura

Com efeito, não tendo tido oportunidade de conhecer pessoalmente a Sr^a Dr^a Maria da Luz de Deus Ramos Ponces de Carvalho, tenho, como todos temos, algum conhecimento da obra iniciada por João de Deus e, também, por sua mulher, Gulhermina Ramos, depois continuada por seu filho, João de Deus Ramos, de quem, por sua vez, era filha a figura que agora evocamos

Trata-se de uma obra notável, como disse a Sr^a Deputada, levada a cabo por esta mulher, mãe espiritual de muitas pessoas formadas nesta mesma obra que teve o seu inicio no Jardim-Escola João de Deus e na divulgação do método de ensino segundo a *Cartilha Maternal*, cujo sucesso provém do facto de, tendo sido um pouco posta de lado durante alguns tempos, estar, hoje, a ser retomada como método de ensino

É, pois, uma obra de um notável sucesso e trata-se aqui de evocar uma figura ímpar na direcção da mesma

Inclusivamente, tenho algum conhecimento pessoal sobre esta matéria — e por isso pedi a palavra para intervir — por ter familiares próximos cuja formação decorreu neste Jardim-Escola e que, depois, ali foram docentes durante muitos anos

Associamo-nos, portanto, a este voto de pesar, enviando igualmente os nossos sentimentos à família enlutada e desejando que tenha o melhor dos futuros esta obra iniciada por João de Deus, continuada por seu filho e, depois, por sua neta

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Bernardino Soares

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Sr Presidente, a bancada do PCP associa-se igualmente a este voto de pesar, reconhecendo o trabalho importante realizado pela Sr^a Dr^a Maria da Luz de Deus Ramos Ponces de Carvalho na área do ensino pré-escolar, da formação e, também, no desenvolvimento de estabelecimentos de ensino pelo País neste domínio tão importante da formação educativa

O atraso do sector público nesta matéria valoriza ainda mais o trabalho feito por estas entidades e, apesar de nem todas as crianças terem ainda acesso ao ensino pré-escolar, penso que este trabalho e a figura desta mulher, Presidente dos Jardins-Escola João de Deus, é meritório e importante

Por isso, associamo-nos a este voto, enviando à família enlutada as nossas sinceras condolências

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado David Justino

O Sr David Justino (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados O PSD deseja associar-se a este voto, não acrescentando muito mais ao que já foi dito relativamente a uma obra que se insere dentro de uma tradição que gostaríamos de destacar

Em primeiro lugar, a tradição do ensino pré-primário, que vem do século passado, e a importância fundamental que este mesmo ensino tem na formação de homens e mulheres e, acima de tudo, na formação de cidadãos

Em segundo lugar, quero destacar também o papel que esta instituição privada tem vindo a desempenhar ao longo de um século, ou mais, no sentido da dignificação do ensino em Portugal.

Seria bom que muito do que se tem feito ao nível do próprio ensino pré-primário pudesse reflectir a experiência e, neste caso, também a tradição e o saber acumulado dentro desta escola, que tem transmitido — e espero que se continue a transmitir — o espírito da formação que radica em João de Deus.

Nesta perspectiva, desejamos associar-nos a este voto e endereçar à família enlutada os maiores pêsames e sentimentos.

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, dado que não há mais inscrições, vamos proceder à votação do voto n.º 20/VIII — De pesar pelo falecimento da Presidente dos Jardins-Escola João de Deus, Dr.ª Maria da Luz de Deus Ramos Ponces de Carvalho (PS).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Srs. Deputados, o voto será transmitido à família enlutada

O Sr. Secretário vai passar a ler os considerandos do voto n.º 19/VIII — De protesto pela situação em que se encontra, nos EUA, a criança cubana Elian González Brotóns, impedida de retornar à sua família residente em Cuba (PCP), bem como a proposta de substituição, apresentada pelo PS, da parte resolutiva do mesmo voto.

O Sr. Secretário (José Cesário): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o voto é do seguinte teor

Elian González Brotóns, criança cubana de 5 anos de idade encontra-se nos Estados Unidos da América, impedido de retornar à sua família, ao contacto com o pai e com os avós maternos e paternos

Elian acompanhava a mãe que pretendia emigrar ilegalmente para os Estados Unidos da América.

Após o falecimento da mãe no naufrágio da embarcação em que ambos se deslocavam, esperava-se que o Governo norte-americano procedesse de acordo com o que humanamente é justo e está contido na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, ou seja, que o Governo dos Estados Unidos da América fizesse transportar para Cuba uma criança que, sujeita a uma dura provação, precisa, mais do que nunca, dos seus familiares directos.

Esperava-se que as insistentes reclamações do pai de Elian pusessem termo à inaceitável utilização do drama de uma criança, como arma de arremesso político, entregando-a a quem tem a responsabilidade e o direito de criar, de educar o filho e de exercer o poder paternal.

A Assembleia da República delibera manifestar seu entendimento que:

Não deve ser colocado qualquer obstáculo que impeça, em realização dos direitos da criança, a possibilidade do reagrupamento familiar e o exercício efectivo das responsabilidades de protecção, educação e tutela por parte do seu pai.

Não deve ser tomada qualquer medida de impedimento à liberdade de circulação que impenda sobre o pai da criança, no sentido de lhe facultar, querendo, a possibilidade da sua deslocação ao exterior para reaver o seu filho.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos

A Sr.ª Odete Santos (PCP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados Recentemente, assinalaram-se várias datas importantes — mais um aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o 10.º Aniversário da Convenção Internacional dos Direitos da Criança

Em Genéve, Mary Robinson, Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, participou na Divulgação do Apelo de Genéve, que insta a comunidade internacional a reconhecer, respeitar, fazer respeitar e promover os direitos da criança e que proclama que a infância é espaço de paz e tolerância.

Entretanto, um menino cubano, o Elian, agora com 6 anos de idade, vivia momentos difíceis da sua vida, traumáticos no desenvolvimento da sua personalidade.

A odisseia de Elian tem um terrível e profundo significado. Testemunha da morte da mãe numa triste aventura que não escolheu, consegue sobreviver no naufrágio de uma balsa.

Os acontecimentos posteriores constituem uma vergonha para quem — e disso está isento o povo americano — se recusa a fazer regressar a criança à sua pátria e ao convívio dos seus mais próximos familiares, o pai e os avós maternos e paternos, que exigem o imediato regresso do filho e do neto.

A recusa por parte do Governo dos EUA é, de facto, uma vergonha, porque comprova que as crianças, neste final do século XX, não estão imunes à sua utilização como instrumento de vinganças políticas.

Fosse Elian um menino de outro país que não de Cuba, fosse ele um menino mexicano que tentasse ultrapassar o muro electricificado que os Estados Unidos edificaram entre o México e o próprio país, fosse ele esse menino, já teria sido devolvido imediatamente ao seu país de origem!

A atitude dos Estados Unidos da América viola vários documentos internacionais, designadamente a Convenção Internacional dos Direitos da Criança em vários dos seus artigos — os artigos 11.º e 18.º —, em que se pode ler: «As crianças não devem ser separadas do convívio dos pais». E se é certo que esta Convenção não foi ratificada pelos EUA — e eles lá sabem porquê! —, a verdade também é que os seus princípios constam ou decorrem de outros documentos aprovados por este país.

Viola igualmente a Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada em 1959, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e o Protocolo sobre Direitos Civis e Políticos; a Plataforma de Ação, aprovada na Conferência de Viena de 1993 sobre Direitos Humanos.

Cresce o movimento de apoio às exigências de cumprimento do direito internacional, mesmo no interior dos EUA, cresce o movimento de apoio ao pai e aos avós de Elian, menino que tem estado sujeito a toda a espécie de pressões revoltantes. O director da UNICEF para a América Latina e para o Caribe disse em conferência de Imprensa: «No artigo 8.º da Convenção dos Direitos da Criança está o direito a permanecer na sua pátria e a ter país». E a UNICEF está especialmente habilitada para defender o regresso de Elian, uma vez que no seu último relatório sobre a situação das crianças no mundo, Cuba surge nos lugares cimeiros quanto aos indicadores que determinam a avaliação do bem-estar das crianças.

Protestos do CDS-PP.

Consultem o relatório, não sofram de iliteracia — que não existe em Cuba!

Estes não são já aqueles tempos, Srs. Deputados do PP, em que os Estados Unidos, na década de 60, lançaram a tristemente célebre operação *Peter Pan*, segundo a qual quiseram fazer crer que as crianças cubanas seriam roubadas ao convívio da família.

Se aprovar, como pensamos, o nosso voto, com as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista e com as quais concordamos, a Assembleia da República estará a cumprir os compromissos que internacionalmente assumiu, e a respeitar o princípio já longinquamente proclamado, em 1924, pela Sociedade das Nações «A Humanidade deve proporcionar à criança o melhor de si mesma». Porque a infância, recordo, é um espaço de paz e tolerância.

Aplausos do PCP e de Os Verdes

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Jamila Madeira.

A Sr.^a Jamila Madeira (PS) — Sr. Presidente da Assembleia da República, gostaria de, nesta minha primeira intervenção, cumprimentar na pessoa de V Ex^a todos os membros desta Câmara.

O Sr Presidente — Muito obrigado. Sr^a Deputada

A Oradora. — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O voto de protesto que temos hoje à consideração refere-se ao caso de uma criança cubana, Elian González Brotóns, que acompanhava a mãe e o padrasto, que pretendiam emigrar ilegalmente para os Estados Unidos da América, quando a embarcação em que seguiam naufragou, tendo a sua mãe e o seu padrasto falecido.

Esta criança, de 6 anos de idade, encontra-se hoje nos Estados Unidos da América e está impedida de regressar a Cuba, onde se encontram o seu pai e os seus avós maternos e paternos. É uma situação humanamente dramática e, por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do PS considera que ninguém a deve usar como arma de arremesso político.

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

A Oradora. — Entendemos que a questão deve ser vista no terreno do direito e da moral. É só aí que ela se situa.

Uma questão do direito, pois os progenitores são, efectivamente, os encarregados de educação da criança e só eles poderão saber ou dizer o que é, efectivamente, melhor para o seu filho. Assim, na falta da mãe, será, naturalmente, o pai aquele a quem caberá dizer o que é melhor para a criança.

Deste modo, a menos que a família possa provar que o pai da criança não tem condições para prosseguir a sua educação, qualquer tribunal terá de lho entregar, uma vez que este é o seu pai biológico e está em causa o equilíbrio sentimental de uma criança.

Esta é, também, uma questão moral, pois os acordos de imigração Estados Unidos da América/Cuba estipulam que os imigrantes ilegais cubanos detectados no mar sejam automaticamente repatriados. Consequentemente, esta criança, como qualquer outro imigrante ilegal, deverá ser repatriada e entregue à sua família mais directa.

Sr. Presidente, Caros Deputados Um juiz que decidisse que o melhor para os interesses da criança era regressar e viver com o seu pai na Cuba de Fidel, mesmo que, pessoalmente, discordássemos violentamente, estaria rigorosamente a limitar-se ao processo legal.

Sr.^m e Srs Deputados, justifica-se que a Assembleia da República, de forma livre e responsável, assuma uma posição fundada, exclusivamente, nos princípios éticos e jurídicos a que aludi.

Assim, propomos que, no voto a aprovar, a Assembleia da República exprima o seguinte duplo entendimento primeiro, não deve ser colocado qualquer obstáculo que impeça, em realização dos direitos da criança, a possibilidade do reagrupamento familiar e o exercício efectivo das responsabilidades de protecção, educação e tutela por parte do seu pai, segundo, não deve ser tomada qualquer medida de impedimento à liberdade de circulação que impenda sobre o pai da criança no sentido de lhe facultar, querendo, a possibilidade da sua deslocação ao exterior para reaver o seu filho.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs. Deputados. O CDS-Partido Popular vai, obviamente, votar contra este voto.

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Claro!

O Orador — E não pode deixar de o considerar algo macabro, para não dizer muito macabro.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — O que está em causa, como é óbvio, não é uma questão do foro do direito de família, não é uma questão de paternidade.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — É uma questão política!

O Orador — porque isso, seguramente, não teria dignidade, ainda por cima passado em Havana e em Miami! Isto é, passado entre o capitalismo de Miami e os castrismo de Havana Entre os dois

Dizia eu que não é essa a questão que está em causa. Este voto tem um sentido político determinado, este voto pretende ser o elogio ao regime ditatorial de corte de liberdades de Fidel Castro.

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — É a intolerância a falar!

O Orador — Na nossa opinião, é exactamente isso que se passa. E, ainda por cima, o voto é macabro, porque se serve de uma criança.

A Sr.^a Odete Santos (PCP) — Tenha vergonha!

O Orador — . para fazer esse tipo de política na Assembleia da República!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP). — Quem se serve são vocês e os americanos!

O Orador — Não se irritem, Srs Deputados, porque é rigorosamente assim. Esta questão está a tocar-vos fundo!

Vozes do CDS-PP. — Exacto!

Protestos da Sr^a Deputada do PCP Odete Santos.

O Orador — Temos de concluir que é macabro quando a mãe da criança em causa morre para fugir a um regime ditatorial, foge da «prisão» em que estava encerrada, tal como há muitos que fogem, centenas e centenas, e agora nós queremos que a criança volte para a «prisão», da qual a mãe deu a vida para fugir?

Vozes do CDS-PP. — Exacto!

O Orador — Isto é macabro!

A Sr^a Odete Santos (PCP). — O que é macabro é o sentido do vosso voto!

O Orador — Sr^a Deputada, deixe-me falar!

Gostava de saber, se fosse ao contrário, ou seja, se a criança tivesse ficado em Cuba, se a mãe não tivesse morrido e quisesse levar o filho para os Estados Unidos, se os Srs Deputados vinham aqui fazer o mesmo voto para a criança sair de Cuba e ir para os Estados Unidos. É óbvio que não!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — O CDS voltou aos piores tempos do obscurantismo!

O Orador — Os Srs Deputados têm dois pesos e duas medidas! O que vos faz falta é o sol do mundo, é o sol da terra, é isso que vos faz falta. Mas esse sol da terra está cada vez mais restrito e já pouco passa das fronteiras de Cuba.

Este voto é macabro e os Srs Deputados querem levar a Assembleia da República a participar neste tipo de discussão!

Finalmente, e já para terminar, lembro-me que, em 1994, houve um barco onde havia largas dezenas de crianças que, nessa altura, foi afundado, segundo a comunicação social disse, por armas do governo cubano e onde morreram dezenas de crianças. Não me recordo de nenhum voto apresentado pelo Partido Comunista sobre isso.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Isso deve ter sido publicado no *Independente*!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não, foi assumido por Fidel de Castro que foi mandado afundar por ele!

O Orador — Por isso, não contem com esta bancada, que não tem sóis da terra a não ser o respeito pela liberdade e pela democracia, para a defesa e para o elogio de regimes que nos envergonham a todos, ou que deviam envergonhar. Isto aplica-se quer ao embargo dos Estados

Unidos quer à castração que o regime cubano necessariamente é.

Aplausos do CDS-PP

O Sr João Amaral (PCP) — De facto, não contava com o vosso apoio

O Sr. Presidente — Tem a palavra a Sra Deputada Heloísa Apolónia

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes). — Sr Presidente, Srs Deputados...

O Sr Basílio Horta (CDS-PP). — Você vai votar isto, João Amaral? Vai votar isto?

Risos

O Sr Lino de Carvalho (PCP): — O CDS voltou aos piores tempos do obscurantismo!

O Sr Presidente: — Srs Deputados, estou a achar muita graça ao vosso diálogo mas a Sra. Deputada está à espera que façam silêncio para poder falar.

A Sr^a Heloísa Apolónia (Os Verdes) — Sr Presidente, Srs Deputados O Grupo Parlamentar de Os Verdes quer associar-se a este voto de protesto agora em discussão, que é claro na situação de grave injustiça em que se encontra o Elian González. O protesto é pela situação em que se encontra esta criança de 6 anos que, acompanhando a mãe, assistiu à sua morte, que passou pela tragédia do naufrágio, que se priva, agora, do pai e dos avós e que é forçada ao afastamento da família quando esta a reclama.

Na nossa perspectiva, o protesto deve constituir uma exigência para que o Governo dos Estados Unidos da América cumpra o que tem a cumprir nesta situação entregar esta criança cubana à família, no respeito pelos direitos desta criança.

Aplausos do PCP

O Sr Presidente: — Tem a palavra o Sr Deputado Fernando Seara.

O Sr Fernando Seara (PSD). — Sr Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PSD tem uma posição inequívoca nesta matéria. Não entendemos que seja matéria de dignidade parlamentar, pese embora todas as opiniões legítimas que possam ser invocadas e, principalmente, invocando normas de direito internacional que não são directamente aplicáveis.

A Sr^a Odete Santos (PCP) — Ai não?

O Orador — Não vou discutir isso com a Sr.^a Deputada Odete Santos porque não estou em qualquer cena de teatro!

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Não está no Jogo Falado!

O Orador — Não se preocupe com essa matéria, Sr Deputado Lino de Carvalho!

A segunda questão tem a ver com a hipocrisia política.

O Sr. António Capucho (PSD) — Muito bem!

O Orador: — Esta Assembleia não pode ter dois pesos e duas medidas, consoante é conveniente para cada uma das bancadas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Isso também vale para Angola!

O Orador: — Um dos aspectos fundamentais é conciliar posições e aquilo que está em causa, concretamente, pese embora as opiniões que cada um possa ter, é um sentido de responsabilidade e este nunca se pode «casar» com a hipocrisia. O aspecto da coerência tem a ver com a coerência dos homens, das mulheres e das crianças e um parlamento tem de respeitar isso, sendo isto que implica que o Grupo Parlamentar do PSD não vos possa acompanhar. O Grupo Parlamentar do PSD percebe-vos, mas também percebe que subjacente a tudo está uma coerência e uma ética de responsabilidade, numa Casa que é política e que, necessariamente, tem de assumir posições políticas

Por isso, Sr Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD votará contra o voto que foi apresentado

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente: — Para defesa da honra, tem a palavra a Sra Deputada Odete Santos

A Sr^a Odete Santos (PCP): — Sr Presidente, não vou efectivamente defender a minha honra pessoal em relação a essas questões da hipocrisia, porque percebo bem que isso é usado com um sentido político e eu poderia devolver-lhe outras hipocrisias. Portanto, não é isso que me interessa

Porém, quero aqui defender a minha honra pessoal porque não estou disposta a que qualquer Sr Deputado, quando faço um aparte de uma certa maneira, me venha com essa conversa de que não estamos no teatro

O Sr Lino de Carvalho (PCP): — Uma falta de respeito!

A Oradora: — Isso é uma falta de respeito por mim e pelo próprio teatro em si. Além disso, devo dizer-lhe que eu nunca lhe diria que não estamos num jogo de futebol ou num painel da televisão do *Jogo Falado*!

Aplausos do PCP e de Os Verdes

O Sr Presidente — Para dar explicações, querendo, tem a palavra, o Sr Deputado Fernando Seara.

O Sr Fernando Seara (PSD) — Sr Presidente, Sr^a Deputada Odete Santos, o debate é político, a casa dos parlamentos é, desde a Grécia, também ela, um teatro e, quando fiz aqui referência ao teatro, fiz-lo em respeito a uma posição que...

O Sr. José Magalhães (PS) — Ah! Recuou! Sem jeito, mas recuou!

O Orador: — ... tem a ver com o nosso comportamento pessoal, a nossa vida

Como V Ex^a referiu, não me importo nada de participar e de me envolver naquilo que entendo ser correcto.

A Sr^a Odete Santos (PCP) — Agora está a voltar isto ao contrário!

O Orador: — Só quero dizer-lhe o seguinte: cada um de nós tem a sua realidade pessoal e privada. Aquilo que disse em relação ao seu aparte, também poderia dizer em relação a outros apartes de outros Srs Deputados.

Agora, só quero dizer-lhe que.

O Sr. José Magalhães (PS) — Peça desculpa, vá lá!

O Orador — Sr. Deputado José Magalhães, não preciso de pedir desculpa. Estou numa casa política e não vou pedir desculpa!

O Sr. José Magalhães (PS) — Fica-lhe bem! Quando se é mal educado, fica bem!

O Orador — Só quero dizer à Sr^a Deputada que, aqui, a hipocrisia política tem sempre a ver com o seguinte: não há liberdade da criança onde não haja liberdade para educar plenamente uma criança e tudo isso faz parte do teatro da vida, porque a vida é um teatro partilhado, no mar, na terra, numa ilha ou num continente!

Aplausos do PSD

A Sr^a Odete Santos (PCP): — É conversa!

O Sr. Presidente: — A Sr^a Deputada Jamila Madeira pede a palavra para que efeito?

A Sr^a Jamila Madeira (PS) — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente. É para uma verdadeira interpelação!

O Sr. Presidente: — Espero que seja!
Tem a palavra, Sr.^a Deputada

A Sr.^a Jamila Madeira (PS) — Sr Presidente, quero alertá-lo para o facto de o Grupo Parlamentar do PS ter pedido, na sua intervenção anterior, que esta criança e os seus direitos fossem discutidos e não fossem usados como arma de arremesso político

Perante a discussão, tenho dúvidas de que isso tenha sido percebido por todos os Deputados, pelo que solicito à Mesa que volte a ler a parte resolutiva deste voto, para que todos tenham a certeza daquilo que vão votar.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Se nenhum dos Srs Deputados se opõe, far-se-á outra leitura.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP): — Sr Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa

O Sr Presidente: — Faça favor, Sr Deputado

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Sr. Presidente, uma vez que foi a nossa bancada que falou em arma de arremesso, quero informar a Mesa que, por nós, não é necessário voltar a ler o voto. Ouvimo-lo há pouco e entende-

mo-lo; porém, infelizmente, não temos é a ingenuidade que a Sr.^a Deputada tem!

Risos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Também para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr Presidente, é, no mesmo sentido, para dizer que tenho presente a proposta do PS, pelo que não é preciso lê-la. De resto, ela é indissociável dos considerandos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, quero só lembrar que houve uma proposta de substituição da parte resolutiva.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Nós sabemos!

Vozes do PS. — Exacto!

O Sr. Presidente: — Não sei se estão a tomar em conta a proposta resolutiva originária ou a substitutiva. Se é a substitutiva, não é necessária a leitura.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos então votar o voto n.º 19/VIII.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PCP, de Os Verdes e do BE e votos contra do PSD e do CDS-PP

Aplausos do PS e do PCP.

O voto será levado ao conhecimento dos Srs Embaixadores de Cuba e dos Estados Unidos da América.

Sr. Deputado Francisco Torres, pede a palavra para que efectue?

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Sr. Presidente, é só para dizer que farei uma declaração de voto no sentido de que votei a parte resolutiva, e daí ser importante a proposta da Sr.^a Deputada Jamila Madeira no sentido de se ler novamente a parte resolutiva, para que ficasse claro Votei esta substituição, mas não os considerandos, obviamente, pois é a parte resolutiva que se vota.

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, essa é uma declaração de voto e, no final, tem sempre direito a fazê-la.

Srs. Deputados, vamos passar à discussão do voto de protesto n.º 25/VIII — De protesto pela forma como o Governo conduziu, junto da Comissão Europeia, a candidatura portuguesa à Direcção-Geral da Agricultura, apresentado pelo CDS-PP, que a Sr.^a Secretária da Mesa vai passar a ler.

A Sr.^a Secretária (Ana Maria Manso): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o voto é do seguinte teor:

Considerando que a União Europeia é e deve ser uma associação de Estados soberanos, não é nem deve ser um Estado governado por um directório;

Considerando que o posto de director-geral tem, na estrutura da União Europeia, a maior importância, devendo por isso reflectir o necessário equilíbrio entre os Estados

membros, independentemente do seu peso demográfico ou económico.

Considerando que, independentemente da função estatutária da Comissão e dos respectivos directores-gerais, todos os Estados membros desenvolvem estratégias que lhes permitem obter, para cidadãos da respectiva nacionalidade, o desempenho de altos cargos na estrutura da Comissão Europeia;

Considerando que Portugal perdeu o Director-Geral das Pescas e não foi compensado pelo ganho de qualquer outra direcção-geral;

Considerando que o processo de candidatura à Direcção-Geral da Agricultura foi exclusivamente da responsabilidade do Governo e do Partido Social Democrata e não decorreu nem terminou da melhor forma;

Considerando que o processo da candidatura portuguesa à Direcção-Geral da Agricultura não foi conduzido, nem pelo Governo nem pelo Partido proponente, com a necessária competência política e, por isso não obteve a mobilização política e social que seria de esperar,

Considerando que o empenhamento visível do governo espanhol foi muito superior ao do Governo português, o que contribui para explicar a designação de um alto funcionário espanhol para a Direcção-Geral da Agricultura,

Considerando que a Direcção-Geral da Agricultura é, do ponto de vista político, orçamental e técnico, essencial para um país como Portugal,

Considerando, ainda, que a nova repartição das direcções-gerais aponta para uma nítida preponderância de certos Estados da União em detrimento de outros,

Considerando, por fim, que é inaceitável a exclusão de Portugal da lista dos países detentores de cargos de Direcção-Geral na União Europeia;

A Assembleia da República, nos termos regimentais em vigor, expressa o seu mais vivo protesto pela forma como o Governo conduziu, junto da Comissão Europeia, a candidatura portuguesa à Direcção-Geral da Agricultura e pela forma como aceitou a exclusão de Portugal do número de países cujos cidadãos ocupam cargos de direcção-geral a nível comunitário

O Sr Presidente — Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs Deputados, creio que este voto se justifica porque, a nosso ver, foram cometidos cinco erros que vão custar caro a Portugal e aos interesses nacionais. Um deles, de que já falámos hoje, é um erro de estratégia. Não se abandona uma direcção-geral como a das pescas sem ter a garantia de que outra direcção-geral será dada a Portugal. De resto, está por provar a inteligência ou a eficiência de uma estratégia que troca um director-geral da União por um chefe de gabinete de um comissário

Em segundo lugar, estamos a falar de uma candidatura à mais importante, pelo menos num conjunto de prismas, Direcção-Geral da União Europeia

A Direcção-Geral da Agricultura governa toda a política agrícola comum e grande parte do orçamento comunitário. É a Direcção-Geral com mais funcionários em toda a União Europeia: são mais de 1000 dos 15 000. Tem um acervo legislativo incomparável. Passam, no entanto, pela Direcção-Geral da Agricultura as negociações entre a União Europeia e a Organização Mundial do Comércio

Do ponto de vista nacional, por ali passam questões tão importantes como as nossas quotas leiteiras ou a revalorização das vinhas

Em suma, todos os interesses nacionais que se jogam no domínio agrícola na União Europeia, na agricultura e nas florestas, e no domínio agro-ambiental, passam por esta Direcção-Geral.

É, portanto, surpreendente que um ministro deste Governo tenha chegado a dizer que, para Portugal, não é importante, do ponto de vista da sua afirmação junto dos parceiros comunitários, ter um director-general. Esta frase está publicada. Não foi desmentida e é de uma irresponsabilidade absoluta. Isto não pode ser dito por um ministro do Governo de Portugal!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Depois, há um notório erro de modelo. É que o que sobra da reorganização dos serviços da União Europeia são sete directores-gerais alemães, seis ingleses, seis franceses, três italianos, três espanhóis, um belga, um holandês, um finlandês e um luxemburgoês. Nenhum português!

Não venham com esse cinismo dos burocratas da União Europeia que, depois de fazerem tudo isto, aprovam um documento chamado *Eficiência, Igualdade de Oportunidades e Equilíbrio Regional*, depois de terem provocado o desequilíbrio e de terem feito um directório dos directores-gerais. Virem agora dizer que, no futuro, é preciso respeitar o princípio da igualdade de oportunidades e não ter só homens nas direcções-gerais!. Podiam ter pensado nisso antes! No futuro, é preciso, sobretudo, pensar nos países que neste momento não têm directores-gerais.

Depois de terem feito o mal ainda se propõem aprovar um documento da Comissão, que é a caramunha, que é uma confissão do directório estabelecido

Finalmente, como já vos disse, esta matéria foi um erro de gestão dos dois maiores partidos.

Sr. Deputado António Capucho, devo dizer, com toda a frontalidade, que o PSD não indicou uma primeira escolha, e mais não digo!

Sr. Deputado Manuel dos Santos, o PS não se empenhou como devia e a razão, num caso e outro, é muito simples. Nem para os sociais democratas nem para os socialistas a lavoura ou as pescas foram algum dia uma prioridade das negociações comunitárias de Portugal.

(*O Orador reviu.*)

Aplausos do CDS-PP.

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, Srs Deputados: Como já tive oportunidade de referir na declaração política que proferi, este voto, no essencial, é correcto. E estaríamos até disponíveis para o votar, dado o adiantado da hora, se V. Ex.^a retirasse os 5º e 6º considerandos do voto, que são totalmente descabidos

Antes de explicar porquê, gostaria de referir o seguinte: o PSD não dá este assunto como transitado em julgado, ou seja, não acabou, para Portugal, a possibilidade de nomear um director-general. Não aceito que o Sr. Primeiro-Ministro baixe os braços e não continue a tentar aquilo a que Portugal tem direito. Na agricultura não será obviamente, na medida em que já lá está um espanhol comple-

tamente enraizado, mas existem outras direcções-gerais igualmente importantes

Porquê, então, o voto contra? Porque V. Ex.^a tenta a todo o custo misturar o Partido Social Democrata na responsabilidade que cabe exclusivamente ao Governo na forma como conduziu displicentemente este processo. A competência para negociar isto é exclusivamente do Governo e o processo foi exclusivamente conduzido pelo Governo

O PSD limitou-se a disponibilizar-se para indicar nomes consoante as vagas. Se V. Ex.^a refere que é uma segunda escolha o nome que indicámos para a Direcção-Geral de Agricultura, lamento dizer que recuso frontalmente tal qualificativo. Trata-se de alguém que, para além de fazer parte da hierarquia do PSD, de ter sido membro do governo, de ter sido Directora-Geral do Ministério da Agricultura na área dos Assuntos Europeus é reconhecida como pessoa da maior competência, nomeadamente nos assuntos da política agrícola comum

O Sr Pedro Roseta (PSD) — Muito bem!

O Orador — Portanto, indicámos alguém da primeira linha e alguém extremamente competente

Resumindo, Sr. Deputado, se retirar o 5º e o 6º considerando, ou seja, os dois primeiros da segunda página, já que V. Ex.^a não tem os considerandos numerados, votamos a favor; se não, votamos contra

Vozes do PSD — Muito bem

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, foi feito um desafio à redacção do voto, portanto, peço a palavra apenas para, através de V. Ex.^a, dar uma explicação ao Sr. Deputado António Capucho

O Sr Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Capucho, em homenagem à verdade não posso retirar aqueles dois considerandos

E falemos, então, claro e com nomes. Sr. Deputado António Capucho: o problema é que o seu partido, para efeitos da Direcção-Geral de Agricultura, começou por indicar um nome e depois indicou outro. E isso, lá fora, é percebido!

O Sr. Presidente. — Sr. Deputado Rosado Fernandes, a Mesa tem a indicação de que pretende intervir, mas V. Ex.^a tem que classificar a figura regimental ao abrigo da qual quer de usar da palavra

O Sr. Rosado Fernandes (CDS-PP). — Sr. Presidente. Colega António Capucho, estive consigo

O Sr. Presidente — Não, Sr. Deputado, tem que classificar a figura antes de usar da palavra

O Sr. Rosado Fernandes (CDS-PP). — Sr. Presidente, era uma pergunta e um pedido de informação, interagindo as duas figuras neste *ballet*.

O Sr. Presidente: — Eu sei que sim, mas eu creio que o Sr. Deputado Paulo Portas já respondeu à pergunta.

O Sr. Rosado Fernandes (CDS-PP) — Sr. Presidente, então, é para um pedido de esclarecimento

Sr Presidente — Também não pode Além do mais, já nenhum dispõe de tempo

O Sr António Capucho (PSD) — Peço a palavra. Sr Presidente

O Sr Presidente — Sr Deputado António Capucho, é que houve só uma resposta, não houve pedidos de esclarecimento — nem os há nestes casos

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, eu intervím no debate, o Sr Deputado Paulo Portas interpellou-me, não sei se

O Sr Presidente — Não foi interpelação O que o Sr Deputado Paulo Portas fez foi dar esclarecimentos a uma pergunta que lhe fez: isso é permitido e a Mesa pode consenti-lo

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, então eu defendo a honra

O Sr Presidente — Não, não precisa de usar essa figura Faça favor de intervir

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, vou ser muito rápido

Sr Deputado Paulo Portas, queria dizer-lhe que o que me interessa é saber qual era o nome que estava em cima da mesa em último lugar, ou seja, que nome foi negociado através do Governo junto da Comunidade E esse obedeceu a todos os requisitos que eu disse!

Mas posso acrescentar que foram mais nomes ventilados a propósito de outras alternativas que havia, Sr Deputado Paulo Portas! Evidentemente que neste caso o PSD não tinha qualquer possibilidade, nem qualquer interesse, nem era essa a nossa posição, de estar a exigir esta ou aquela direcção-geral, pois o que importava era que o País obtivesse para um nacional seu um posto honroso e importante em termos negociais e de prestígio! Portanto, posso-lhe garantir que o PSD se disponibilizou a indicar nomes, sendo sempre todos eles de primeira linha

Não tem, pois, qualquer sentido — VV Ex^a sabem que vão ser derrotados neste voto — manterem o 5º e o 6º considerando

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados, nós não somos dos que pensam que os lugares são mais importantes que as políticas, nem damos excessiva importância a lugares que vão aplicar políticas que são contrárias aos interesses nacionais em matéria agrícola e de pescas Portanto, para nós, mais importante do que esta discussão que veio aqui, hoje, a debate, por via deste voto, era que a política agrícola comum e a política comum de pescas fossem alteradas no sentido de vir ao encontro dos nossos interesses, das nossas especificidades, dos interesses da nossa agricultura e das nossas pescas

Esta é a questão fundamental É porque directores-gerais que, depois, vão aplicar políticas que vão prejudicar os interesses nacionais, Sr Presidente e Srs Deputados, já lá há muitos

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Mas em todo o caso é melhor ter lá um!

O Orador: — Dito isto, afirmo que é evidente que é preferível ter em lugares de responsabilidade na Comissão Europeia cidadãos que, conhecendo a realidade portuguesa, possam contribuir de algum modo para minorar as consequências de políticas que são negativas do que termos cidadãos que não conheçam esta realidade

Não me vou debruçar sobre as pessoas, nem sobre este negócio do «bloco central», de entre si terem combinado o exclusivo de quem deveria, no plano técnico, ser a pessoa mais indicada para um lugar de tamanha responsabilidade Pelos vistos não acertaram ou, pelos vistos, outros interesses políticos sobrepujaram-se às negociações

A verdade, Sr. Presidente, é que o resultado de todo este processo é, de facto, um resultado negativo para os interesses portugueses, seja ele consequência de a personalidade indicada não ter o perfil mais adequado para o cargo, seja ele resultado de o Governo português não ter conduzido as negociações nos termos em que melhor o deveria ter feito para defender os interesses portugueses A verdade é que não temos director-geral e Portugal foi afastado de um posto de responsabilidade na Comissão Europeia, que poderia, eventualmente, embora limitadamente, servir para minorar os efeitos negativos da política comum de pescas mas, neste caso, da política agrícola

É por isso, Sr Presidente, que nós iremos votar a favor deste voto

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados Nós já aqui falámos duas vezes, em intervenções minhas, sobre esta questão e o Partido Socialista já teve oportunidade de dizer que está disponível para discutir este assunto seriamente, mas está completamente indisponível para fazer disto uma «arma de arremesso» contra o Governo e, sobretudo, para condicionar, como tive oportunidade de dizer há uns dias atrás, as primeiras páginas dos jornais ou as aberturas dos telejornais

É que este é, realmente, um assunto demasiado sério, tão sério que eu, não conhecendo exactamente as disposições regimentais que V Ex^a, Sr Presidente, está a aplicar, tinha preparado uma intervenção circunstanciada sobre as principais ocorrências neste caso Não se perde nada, porque vou ter oportunidade de distribuí-la à comunicação social e porque, seguramente, V Ex^a permitirá que ela seja publicada como anexo à minha intervenção de improviso, mas julgo que é muito importante que, em determinados momentos, fixemos a História, para todos sabermos do que falamos quando falamos das coisas de que queremos falar

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Abertamente!

O Orador. — Há uma coisa em que estou de acordo com o Sr Deputado Paulo Portas é quando ele diz que houve um erro de estratégia do Partido Socialista É que, efectivamente, ao contrário do que sucedia no tempo do Governo do PSD, no tempo do Professor Cavaco Silva, embora aceitando a regra de que o director-geral era nor-

malmente indicado pelo partido que não tinha o comissário, o Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Eng.º António Guterres, pediu ao PSD que indicasse a sua própria escolha, isto é, não impôs uma escolha feita no interior do PSD E aí é que tudo entrou em derrapagem! Quando se pedem coisas dessas ao PSD, é evidente que ele tem dificuldades em ser claro, em ser directo e em ser concreto E, provavelmente, foi exactamente esse, e só esse, o erro de estratégia do Sr Primeiro-Ministro.

Mas também estou muito de acordo com o que diz o Sr Deputado Lino de Carvalho. É que não é pelo facto de termos um português na direcção-geral, um português qualquer, que se resolvem os problemas da agricultura europeia e, nomeadamente, os problemas da agricultura portuguesa.

Eu não sei se, por exemplo, não teremos um dia — o mundo dá muitas voltas, como sabemos — uma candidatura do Sr Deputado Lino de Carvalho a um posto desses

Risos do PS

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Muito obrigado!

O Orador: — E estou convencido de que, tirando a carga ideológica de que tantas vezes usa e abusa, até daria um razoável subdirector-geral, digamos assim.

Risos.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Na OMC, sim!

O Orador — Portanto, essa é que é a questão fundamental!

Mas há, Sr. Deputado Lino de Carvalho, uma parte da sua intervenção que não posso de forma alguma aceitar o Sr. Deputado fala em negócios do bloco central, mas não se trata de negócios do bloco central, trata-se da aplicação de uma regra fundamental de democracia que é dar representatividade aos dois partidos que têm maior representatividade. Só há dois lugares — um comissário e um de director-geral —, portanto um dos partidos tem de ter o comissário e o outro o director-geral

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Eu pensei que era por mérito!

O Orador: — Se um dia VV Ex^o forem o segundo partido, provavelmente, essa questão pôr-se-á e, então, poderá aparecer a sua candidatura, Sr Deputado Lino de Carvalho...! Aliás, poderá aparecer também uma candidatura do PP, se algum dia atingir esse estado de situação!

Risos

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — É o mais provável!

O Orador: — Agora, Srs Deputados, não vamos, como disse o Sr. Deputado Paulo Portas mais nas entrelinhas do que nas linhas — eu sou mais homem de linhas do que entrelinhas —, ser hipócritas Efectivamente, houve um conjunto de personalidades do PSD que o PSD não quis indicar e que podiam perfeitamente desempenhar este papel, podiam, na nova lógica da Comissão Prodi, vir a ser nomeados, pois trata-se de uma lógica completamente diferente da lógica anterior.

Aliás, quero aqui afirmar duas coisas uma delas é que o Presidente Prodi, quando esteve em Lisboa, avisou e explicou ao líder do PSD esta situação, tuntim por tuntim, e ele aceitou

O Sr. Presidente — Agradeço-lhe que termine, Sr. Deputado

O Orador. — Termine já, Sr Presidente
E ele aceitou! O que significa que compreendeu as razões profundas que estavam por detrás desta não escolha

O Sr. José Magalhães (PS). — É um facto!

O Orador — A segunda questão é a atitude extremamente elegante, correcta e honesta assumida pelo vice-presidente do PSD na reunião conjunta das Comissões dos Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação e dos Assuntos Europeus, com a presença do Sr Ministro dos Negócios Estrangeiros, em que, efectivamente, louvou o Governo pelo esforço que fez para conseguir a indigitação e a nomeação da Sr.^a Deputada Eduarda Azevedo, que não está em causa, para o cargo adequado

Portanto, Sr Presidente, uma coisa é tratar estes assuntos seriamente, e o Governo e o Partido Socialista estão preocupados com esta situação, outra coisa é tratar estes assuntos como «arma de arremesso» político-eleitoral E, em relação a isso, naturalmente, não estaremos de acordo e iremos votar contra o voto apresentado pelo CDS-PP

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

O Sr Presidente — Pareceu-me que o Sr Deputado Manuel dos Santos tinha dúvidas sobre o tratamento regimental desta discussão — não podia ser outro senão o tempo dispensado a um voto de protesto Pareceu-me que pretendia que o discurso escrito que trazia para este efeito ficasse apenas ao *Diário*. Não sei se isso é possível, sinceramente tenho dúvidas, mas sugiro-lhe que o entregue como declaração de voto e, assim sim, será publicado no fim do *Diário*

Para defesa da honra da bancada, tem a palavra o Sr Deputado José Matos Correia.

O Sr José Matos Correia (PSD) — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Manuel dos Santos, fez várias considerações aqui sobre questões que afectam o PSD, algumas delas eu não conheço, portanto, não posso comentar — não estive presente nas conversas com o Presidente Prodi Não sei se o Sr Deputado Manuel dos Santos terá estado nas reuniões que o Presidente do PSD teve com o Sr Presidente da Comissão — acho estranho mas, enfim, tudo é possível hoje em dia!

Gostaria de me referir aqui apenas à parte da intervenção em que o Sr Deputado Manuel dos Santos — que, aliás, estava presente na reunião e à qual co-presidiu — fez apreciações à intervenção que eu próprio, em nome do PSD, tive ocasião de fazer em Comissão.

De uma vez por todas, queria deixar muito clara a posição quer do PSD na Comissão quer do PSD aqui, em Plenário A minha posição, em nome da bancada do PSD, foi extremamente clara e eu queria deixá-la ainda mais clara aqui, para que todos ouvissem e todos soubessem o que se passou na reunião da Comissão Estava a lembrar-me das palavras que o Sr Deputado Jose Barros Moura dizia há pouco acerca da lama que cai em cima de cada

um. A posição do PSD nesta matéria é muito clara e eu disse-a na Comissão; e fui com o objectivo muito claro, em nome do meu partido, de obter uma explicação, que não nos foi dada, sobre o modo como o Governo estava a agir para resolver esta questão. Eu não fui à Comissão fazer uma declaração política, pela simples razão de que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD já a tinha feito aqui e o Sr. Presidente do meu partido já a tinha feito melhor do que eu poderia fazer.

E o que eu disse na Comissão e quero que fique aqui bem claro (aliás, o Sr. Presidente do meu partido já o disse hoje, na sua intervenção) foi que o PSD não pôs nem põe em causa a boa-fé que o Governo pôs na condução deste processo. Isso está, evidentemente, fora de causa, foi dito pelo Presidente do meu partido em público, em situações em que eu próprio assisti — uma delas à saída da reunião com o Primeiro-Ministro António Guterres — e, em segundo lugar, foi dito hoje, aqui, no seu discurso, expressamente, pelo Sr. Presidente da bancada parlamentar.

O que é que os senhores queriam que o PSD dissesse? Francamente, a mim e a qualquer dos meus Colegas Deputados não nos passou pela ideia o seguinte pensamento: «o Governo agiu para nós perdemos o director-geral! O Governo agiu, de conluio com outros países para nós ficarmos sem director-geral! O Governo 'esteve-se nas tintas' (perdoar-me-ão a expressão, que sei que não é muito parlamentar, mas foi a que me ocorreu, Srs. Deputados) para o director-geral porque queria que nós o perdêssemos!» Longe de mim estar a pensar que esta foi a preocupação do Governo. Mas digo-lhe com toda a franqueza: se o PSD estivesse convencido de que a preocupação do Governo era essa, não estávamos aqui a ter esta conversa mas outra muito mais grave, e estariam a fazer outras exigências ao Governo. O que nunca foi dito desta bancada, aqui ou na Comissão, foi que o Governo tinha agido com capacidade e com competência, porque isso, de facto, não agiu.

Nós queremos acreditar que, em matéria de política externa, pelo menos em matéria de política externa, o interesse nacional sobreleva ainda para o PS relativamente ao interesse partidário. Por isso mesmo, o sentido da nossa intervenção foi esse. Partimos do princípio de que o Governo agiu de boa-fé mas, por isso, nós inquirimos, através da minha pessoa, ao Sr. Ministro, na Comissão.

O Sr. Presidente — Tem de terminar, Sr. Deputado

O Orador. — Vou terminar, Sr. Presidente

Que o Governo agiu de boa-fé, damos isso por adquirido. Mas qual é o resultado disso? É que, Sr. Deputado, como diz o povo e com razão, «de boas intenções está o inferno cheio!». Perguntei ao Sr. Ministro, em nome da bancada do PSD, na Comissão, é possível resolver o assunto? O Governo está a agir nesse sentido? Ouvimos dizer que, porventura, vagarão outros lugares de director-geral. Será possível ainda emendar a mão? Perguntei isto com o estúdio cordato que me caracteriza e que me caracterizará sempre até ao final dos meus dias. O Sr. Ministro não me respondeu! E eu queria que ficasse muito claro, de uma vez por todas, que não há nem nunca houve, da minha parte nem da parte da representação do PSD na Comissão, qualquer tipo de desautorização porque nós temos uma só face e temos só uma opinião. Quanto a matéria de desautorizações, talvez os senhores possam olhar para aí mesmo — ficavam mais bem servidos!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr. Presidente — Para dar explicações, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Matos Correia, tenho registado (infelizmente, a reunião não foi gravada) e transcrevi no discurso que não tive oportunidade de ler, o que vou ler agora e que, verá, não se afasta muito daquilo que eu disse há pouco e, de algum modo, até do que V. Ex.^a acabou de dizer aqui.

Mas estou um pouco surpreendido porque acho que atitudes como a sua são louváveis! Eu fiz aqui uma referência a V. Ex.^a porque considerei que fez uma intervenção digna, uma intervenção correcta, uma intervenção perfeitamente ajustada ao que estava em causa. Portanto, não tive qualquer preocupação de embaraçá-lo. Não tive rigorosamente preocupação alguma — nenhuma mesmo! Como tal, escusava de ter terminado como terminou, mas percebo que, quando se está no debate parlamentar, nem sempre se conseguem encontrar as palavras mais adequadas.

Agora, o senhor sabe que eu sei exactamente o que o senhor disse, se bem que não o vá reproduzir na íntegra. A única coisa que estaria disponível para aqui dizer, se tivesse lido o discurso, seria o seguinte: «Aliás, o vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, Dr. José Matos Correia, reconheceu e saudou. ()» — saliento que não disse que o senhor apresentou um voto de louvor, pelo que, como vê, utilizou uma expressão que eu não utilizei — «(.) em 13 do corrente durante a reunião conjunta das Comissões Parlamentares de Assuntos Europeus e Negócios Estrangeiros, o grande empenhamento do Governo português na tentativa da colocação da Dr.^a Eduarda Azevedo.» Foi isto exactamente que o senhor disse, mas disse muito mais. Está a confirmá-lo acenando a cabeça a Sr.^a Deputada Maria Celeste Cardona, como estão todos os demais.

O Sr. José Magalhães (PS) — Há testemunhas e está gravado!

O Orador — Foi isto, exactamente, que V. Ex.^a disse! Aliás, disse muito mais, mas o muito mais eu não cito!

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Como diz o ditado, «zangam-se as comadres, descobrem-se as verdades!»

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, vamos, então, proceder à votação do voto de protesto n.º 25/VIII — De protesto pela forma como o Governo conduziu, junto da Comissão Europeia, a candidatura portuguesa à Direcção-Geral da Agricultura (CDS-PP).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS e do PSD, votos a favor do PCP, do CDS-PP e de Os Verdes e a abstenção do BE

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Peço a palavra, Sr. Presidente

O Sr. Presidente — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente

O Sr. Presidente. — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, queria pedir a V Ex.^a e à Assembleia que os votos relativos à situação que se vive em Angola pudessem ser discutidos e votados amanhã. Passo a explicar porquê: sucede que temos hoje uma reunião importante da comissão directiva do nosso partido, reunião que foi, aliás, marcada para as 20 horas, no convencimento de que os votos seriam, como nos foi dito, votados amanhã. Entretanto, houve uma antecipação para hoje e, por essa razão, não estamos preparados para discutir hoje o voto que apresentámos. A discussão deste voto exige algum tempo, são praticamente 21 horas e temos compromissos para os quais pedíamos a compreensão da Assembleia

O Sr Presidente: — A minha têm-na toda, Sr Deputado, mas acontece que amanhã não há período de antes da ordem do dia e só com o consenso do PCP é que poderíamos discutir e proceder à votação desses votos na sessão de amanhã.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, mas tomo a liberdade de lembrar que amanhã iremos proceder à discussão e votação do voto relativo à situação da Tchecchénia.

O Sr. Presidente — Não, Sr Deputado. Esse voto não será discutido amanhã, precisamente porque não há período de antes da ordem do dia e os votos, salvo quando há consenso em sentido contrário, são sempre discutidos e votados nesse período.

O Sr. João Amaral (PCP) — «Pela boca morre o peixe»!

O Sr. António Capucho (PSD) — Peço a palavra, Sr Presidente.

O Sr. Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr. António Capucho (PSD) — Sr Presidente, pretendo apenas dizer que, da nossa parte, não há qualquer inconveniente em discutir esses votos amanhã.

O Sr. Presidente. — Bem sei, Sr Deputado, mas há inconveniente da parte do PCP. Pelo menos, foi o que me pareceu.

O Sr. João Amaral (PCP) — Sr Presidente, quanto a nós, a questão está esclarecida, já que amanhã não há período de antes da ordem do dia!

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr. Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, não quero estar a insistir, mas, se houver consenso . . .

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr Presidente, Sr Deputado, peço desculpa por estar a interromper, mas creio que ninguém quer criar esse consenso. Não quer o PCP, não quer o PS, não quer ninguém! Pelos vistos, nem o Sr. Presidente quer criar esse consenso!

O Sr Presidente: — Tomara eu que nos vissemos hoje livres de todos os votos, Sr. Deputado!

Srs Deputados, vamos, então, passar ao debate do voto n.º 24/VIII — De protesto pela persistência do Governo português no apoio ao que chama de «solução militar para Angola» (CDS-PP)

Como o voto foi distribuído, penso que poderíamos dispensar a leitura do mesmo, até porque, assim, ganharmos algum tempo. Estão de acordo, Srs Deputados?

Pausa.

Muito bem. Assim sendo, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas, primeiro subscritor do voto n.º 24/VIII

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados, queria, em primeiro lugar, dizer à bancada do Partido Comunista que o que nos foi comunicado há pouco foi, exactamente, o que o Sr Deputado Basílio Horta aqui disse!

O Sr. João Amaral (PCP) — E por que é que o senhor me está a dizer isso?

O Orador — Relativamente ao voto que apresentámos, chamo a vossa atenção para um conjunto de circunstâncias, a primeira das quais é a de que a Global Witness é uma instituição que, ao contrário do que diz o Governo, tem credibilidade. Essa credibilidade vem-lhe não só de ter uma posição independente em relação às partes em conflito em Angola, o que já foi confirmado por dois relatórios, como pelas próprias Nações Unidas, que não muito habitualmente concedem matérias de sua responsabilidade, por inteiro, a organizações não governamentais e isso aconteceu com a Global Witness, no Camboja. Estamos, portanto, a falar de uma instituição responsável, credível e internacionalmente afirmada.

O que é que o relatório da Global Witness vem dizer? Aquilo que a Igreja Católica angolana já tinha denunciado diversas vezes, ou seja, que, ao fim de mais de 20 anos de guerra, o que está por detrás do conflito é, crescentemente, uma lógica económica e militar de privatização das actividades bélicas, de corrupção e indústria de guerra. Isto já tinha sido dito pela Igreja Católica, e vem agora ser confirmado pelo relatório da Global Witness.

O que é extraordinário é a reacção da classe política perante um relatório destes, em que se aborda a situação de um país com o qual nós temos as responsabilidades, face ao qual promovemos, aliás, acordos de paz, onde temos cidadãos e interesses. Essa reacção extraordinária foi um silêncio de «chumbo», como, aliás, acontece sempre que se fala do governo de Luanda no «Portugal político». De cada vez que o governo de Luanda é posto em causa, seja porque não respeita os direitos humanos, seja porque está envolvido na indústria ou na corrupção da guerra, seja porque os seus propósitos de paz não correspondem à autenticidade de uma posição, o Partido Comunista escandaliza-se, sonhando que o MPLA ainda é um partido marxista, o Partido Socialista esconde-se e o Partido Social-Democrata dá a conhecida e proverbial cobertura ao MPLA.

Ou seja, é o mais amplo bloco central da política portuguesa, é o «silêncio de chumbo» a favor do MPLA, em todas as circunstâncias — até daquelas que vos deviam envergonhar!

E o que é mais extraordinário é o que disse o Governo português perante este relatório. O Sr Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação disse esta coisa extraordinária. «esse relatório não introduz nenhum elemento novo», o que significa que o Governo conhece e aceita a corrupção de guerra e a indústria de guerra em Angola! Mais, ainda, afirma uma coisa extraordinária, ou seja, que permanece a defesa da tese oficial portuguesa que é a da solução militar para o conflito. E eu só faço uma pergunta às vossas consciências, se por detrás da guerra — ao fim de 20 anos não há bons nem maus — há uma corrupção de guerra e há uma indústria de guerra, como é que vocês acreditam na solução militar para o conflito?

A solução militar para Angola, como têm dito os Srs. Bispos — e com toda a razão! —, só perpetua os interesses cada vez mais privados e corruptos de quem tem alguma coisa a ganhar com a morte de tanta gente

(*O Orador reviu.*)

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Lamego

O Sr. José Lamego (PS). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero começar por referir que pedi à direcção da minha bancada para intervir neste ponto específico, porque, ao contrário do que diz o Sr Deputado Paulo Portas, o Partido Socialista não se esconde Eu próprio, que tive responsabilidades na condução da política do governo nesta matéria, não me escondo!

Quero dizer-vos que não venho aqui comentar declarações de membros do actual Governo mas, sim, defender a coerência com que o Estado português ao longo dos diversos governos se tem pautado nas suas relações com Angola: na defesa de um relacionamento adulto, na defesa de um relacionamento normal com um Estado que é membro da comunidade internacional e também na defesa das resoluções das Nações Unidas

E pedi à direcção da minha bancada para intervir neste debate sabendo que esta é uma matéria muito delicada e uma matéria em que toda a gente evita expor-se — porque, o que está em causa é um rol de horrores de miséria humana e de devastação —, também, porque recuso uma lógica maniqueísta daqueles que pensam que defendem uma política de princípios contra aqueles que defendem uma política de interesses

O meu partido e outras bancadas deste Hemiciclo apresentaram também uma declaração sobre a delicadeza do actual momento que se vive em Angola — naturalmente num registo muito diferente daquele em que o CDS-PP emite o seu voto de protesto —, num registo que é o da defesa daquilo que pensamos sobre a desabilidade no respeito pelos direitos humanos e sobre a existência de uma democracia pluralista que assegure a todos os seus direitos.

No entanto, lembrava ao Sr Deputado Paulo Portas que, se lesse o *Leviathan* de Hobbes, que está editado pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, verificaria que o primeiro direito é o direito à vida. E que aquilo que leva os homens a organizar-se numa comunidade política, como dizia Hobbes, é o receio de uma morte violenta

É isso que tem determinado, nos últimos anos, o eclodir da guerra em Angola.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Não houve massacre?

O Orador — E o Estado português, em diversas conjunturas, interveio sempre na defesa da paz, da reconciliação e do pluralismo

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — Interveio promovendo os acordos de Alvor, numa altura em que o conflito geoestratégico global introduzia determinantes externas às razões do conflito em Angola. Depois, interveio também, promovendo os Acordos de Bicesse e tentando a reconciliação da «família angolana».

Houve, ainda, promovido pelas Nações Unidas, sem o empenho e sem os meios necessários — e, portanto, temos todos de nos penitenciar pelo facto de o processo não ter sido devidamente enquadrado —, um processo político eleitoral que foi considerado como consubstanciando eleições livres e justas, tendo havido, depois, uma recusa na aceitação desses resultados. E é nessa recusa da aceitação dos resultados e na recusa da legitimação das instituições saídas dessas eleições que reside o essencial da retoma da guerra.

Quero dizer-vos isto — e por isso vim aqui hoje — porque nós somos políticos responsáveis e não devemos sintonizar as nossas intervenções apenas com sentimentos mais ou menos supérfluos ou mais ou menos episódicos de opinião pública. Nestas matérias em que estão em causa direitos, em que estão em causa vidas humanas, em que está em causa o interesse relativamente estratégico do Estado português devemos assumir a nossa responsabilidade para a História. E quero dizer-vos, fazendo aqui testemunho da minha experiência pessoal, que fui o único membro do governo que, depois de 1992, procurou convencer o Dr Jonas Savimbi, em conversas que tive com ele, cara a cara, frente a frente, a integrar as instituições angolanas, nomeadamente aceitando uma vice-presidência e respeitando, assim, os Acordos de Lusaka. Porém, das conversas que mantive com ele, saí com a profunda convicção de que ele não iria aceitar qualquer compromisso e, portanto, de que a guerra iria eclodir de novo.

O Sr Presidente — Sr. Deputado, já gastou cinco minutos. Faça favor de concluir.

O Orador: — São essas as raízes mais imediatas — e não digo as únicas — da guerra e de um conflito que devasta trememente Angola. Portanto, a única posição que pretendo legítima é aquela que consta do voto que apresentamos, não para comentar declarações deste ou daquele membro do Governo mas para exprimir preocupação pela situação que se vive em Angola e desejar um rápido restabelecimento da paz e da democracia, através de eleições livres e respeito pelos direitos humanos.

Aplausos do PS.

.. e quero dizer-vos, fazendo aqui testemunho da minha experiência pessoal, que fui o único membro de um governo que, depois de 1992, procurou convencer o Dr Jonas Savimbi, em conversas que tive com ele, cara a cara, frente a frente, a integrar as instituições angolanas, nomeadamente aceitando uma vice-presidência, no respeito pelos Acordos de Lusaka. Porém, das conversas que

mantivemos, saí com a profunda convicção de que ele não iria aceitar qualquer compromisso e de que, portanto, a guerra iria eclodir de novo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, já gastou 5 minutos Faça o favor de concluir

O Orador — São essas as raízes mais imediatas — não digo as únicas — da guerra e de um conflito que devasta tremendamente Angola. Portanto, a única posição que pretendo legítima é aquela que consta do voto que apresentamos, não para comentar declarações deste ou daquele membro do Governo, mas para exprimir preocupação pela situação que se vive em Angola e desejar um rápido restabelecimento da paz e da democracia, através de eleições livres e do respeito pelos direitos humanos

Aplausos do PS

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Peço a palavra, Sr Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, como não posso aceitar a divisão das bancadas entre as que têm princípios e as que têm sentimentos «episódicos», terei de dizê-lo através de uma interpelação à Mesa

O Sr Presidente: — Agradeço-lhe que utilize a figura de defesa da honra, na sequência do que hoje aqui se passou

Tem a palavra

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, estamos a falar de algo muito sério E o Sr Deputado José Lamego, apesar de ter feito uma intervenção com correção, tocou num ponto que não posso aceitar.

Sr Deputado José Lamego, a diferença entre nós é que o senhor, ou, pelo menos, o seu Governo, acredita na solução militar para Angola e nós não acreditamos. Nem nós, nem a Igreja Católica angolana, cuja posição, fique sabendo, é a única que é vinculativa, do ponto de vista dos nossos sentimentos, relativamente à situação em Angola

Se o senhor ainda não se deu conta de que numa guerra — e particularmente nesta, que dura há mais de 20 anos — não há bons nem maus, então, Sr Deputado José Lamego, desculpe que lhe diga, é de uma ingenuidade que não esperaria de uma pessoa que já teve responsabilidades de Estado

O Sr Presidente — Para dar explicações, querendo-o, tem a palavra o Sr. Deputado José Lamego

O Sr José Lamego (PS) — Sr Presidente, naturalmente que o que quero aqui promover, ao assumir, eu próprio, a intervenção em nome da minha bancada, é o facto de ser útil e urgente que se tome uma posição rigorosa nesta matéria e não se tenha, na questão angolana, que é dolorosa, um nicho de mercado político de explicitação de singularidade de posições É bom que isto se diga

Naturalmente, partilho das opiniões da igreja angolana, na sua pluralidade, relativamente a este conflito, e

dos sentimentos dos bispos angolanos no sentido da reconciliação

O que eu disse é que o CDS-PP tentava, através deste voto de protesto, chamar a si uma imagem de uma política de princípios, relativamente a este conflito, que é um rol de devastação, de violação de direitos

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Com certeza que é! De ambos os lados!

O Orador — . e de dilaceração da sociedade angolana, arrastando todos os outros para uma posição de defensores crus de interesses.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não, não! Temos é uma divergência política!

O Orador — E quero dizer-lhe, relativamente a esta matéria, que nem a minha bancada tem, em matéria de defesa de direitos humanos, tanto antes como depois do 25 de Abril, qualquer reparo a ser feito,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Eu também não, incluindo Angola!

O Orador — nem os diversos governos portugueses têm — e não me refiro apenas aos apoiados pelo Partido Socialista —, em matéria de princípios, quaisquer reparos a ser feitos, a não ser a nível de condução concreta da política externa, como o vosso voto insinua

Aplausos do PS

O Sr Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE): — Sr Presidente, Sr.^m e Srs Deputados, a publicação do relatório da Global Witness seria, porventura, o instrumento mais adequado para este debate, e seria, necessariamente, a melhor forma de contribuir para a discussão que, em Portugal, em Angola, ou na comunidade internacional permite esclarecer responsabilidades e, sobretudo, a responsabilidade de ajudar a solucionar o conflito angolano

É por isso que a iniciativa levada a cabo por vários órgãos da comunicação social portuguesa a esse respeito é absolutamente saudável. A partir daí, cada um, com a sua própria opinião e com a sua própria visão política deste conflito dilacerante, pode formular opiniões

Naturalmente, não aceitaremos que se diga que a Global Witness é uma organização desprestigiada ou com pouca credibilidade, por uma razão essencial, além de muitas outras que podem ser invocadas é que o próprio governo angolano deu tanta credibilidade ao primeiro relatório da Global Witness, sobre a circulação e o tráfico de diamantes, que o colocou, na íntegra, na sua própria página da Internet Deu-lhe, na comunicação social estatizada, em Angola, o destaque que, aliás, merecia, porque esse relatório alertou, atempadamente — se, porventura, houvesse algum tempo em todo este drama —, para a forma como as multinacionais, particularmente as sul-africanas, colaboravam com o esforço de guerra de Jonas Savimbi e com o tráfico de diamantes

Mas esta discussão, apesar de tudo, é suscitada por uma interpretação política feita pelo Partido Popular, mediante a apresentação de um voto, que está à nossa considera-

ção, e que da guerra faz uma interpretação, que naturalmente é de seu direito, tirando uma consequência sobre o envolvimento da política portuguesa

Devo dizer-lhes que não posso acompanhar o voto que expõe esta posição, por uma razão essencial: não se pode contar a história de uma guerra como se numa guerra houvesse só uma parte. Não existe, na guerra contada pelo Partido Popular, um protagonista central, que é Jonas Savimbi; não existe, na guerra que nos conta o Partido Popular, sequer uma referência à UNITA.

É por isso que nos considerando do nosso voto, que não sendo votados espelham a motivação que entendemos melhor para esta deliberação, começamos, justamente, por lembrar os dois relatórios da Global Witness aquele que trata das relações tentaculares no quadro do negócio dos diamantes e aquele que trata das relações tentaculares no quadro dos negócios sobre o petróleo.

É por isso mesmo que apontamos que se existem limitações gravíssimas, sobre as quais nenhum argumento permite o silêncio, relativamente às liberdades de expressão e de opinião dos jornalistas em Angola, nas zonas controladas pelo governo angolano, existe uma supressão absoluta dessas liberdades nas zonas controladas pela UNITA, o que acontece desde sempre. Portanto, não podendo ter dois pesos nem duas medidas, devemos apresentar esta realidade como é.

Por outro lado, não faço parte daqueles que têm o privilégio intelectual, a facilidade ou a possibilidade, nem sequer o desejo, de tentar convencer Savimbi do que quer que seja. Eu e todos os que estamos no Bloco de Esquerda sempre fomos opositores da UNITA, mas é verdade que estivemos na defesa política do MPLA e do seu governo, em particular quando as forças sul-africanas ameaçaram Luanda em 1975, quando, sistematicamente, as forças do *apartheid* conduziram à situação que, depois, veio a generalizar-se nesta guerra civil.

Creio que é importante dizer que, neste contexto, para a opinião pública internacional, não existe, hoje em dia, pior inimigo do governo de Angola do que ele próprio. Não só pela generalização do nepotismo, pela generalização de políticas desprestigiadoras, pela generalização da repressão, pela generalização de atentados aos direitos humanos e da limitação à capacidade de actuação dos jornalistas de órgãos de comunicação social portugueses ou angolanos, mas sobretudo porque, apesar da legitimidade fundamental dada pelo resultado eleitoral, esta política tem vindo, e continuará, a limitar a base de apoio que o governo poderia obter na negociação e na tentativa de solução deste conflito.

Por isso, terminarei dizendo que a melhor solução deste Parlamento, neste contexto, é ter uma posição de convergência francamente maioritária que, na base dos princípios essenciais de defesa dos direitos humanos e da pluralidade e liberdade de expressão e de opinião, faça sentir, no País, e nomeadamente nas relações diplomáticas, na distância e no respeito para com Angola, que, em Portugal, existe um Parlamento que está atento e preocupado com esses abusos e com todas essas limitações à liberdade de expressão e de opinião, o que se traduzirá, sempre que necessário, numa discussão e numa tomada de posição sobre questões tão essenciais para nós como essas.

O Sr. Presidente. — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP). — Sr. Presidente, Srs Deputados, creio que ninguém, em qualquer parte do mundo, pode deixar de condenar uma guerra prolongada como a que existe em Angola, uma guerra que causa profunda repulsa e que, seguramente, a todos preocupa. Por isso mesmo, através da ONU e das mais variadas instâncias diplomáticas internacionais, têm sido feitos sucessivos esforços para se chegar a uma plataforma de entendimento que sirva de base segura para uma vida democrática e para a paz em Angola.

No entanto, Sr. Presidente e Srs Deputados, sempre que se consegue encontrar alguma plataforma de estabilização da vida angolana, sempre, na sua sequência, se segue uma rotura e sempre o responsável é o mesmo o Sr. Jonas Savimbi, da UNITA.

Esta questão, que estou a colocar desta maneira tão simples, é um património do conjunto de deliberações que têm sido tomadas no seio da ONU e das posições que têm sido assumidas por todos os parceiros diplomáticos, sem exceção, com responsabilidades no processo angolano. Não estou a dizer nada que releve de uma posição político-partidária ou de uma posição tomada sobre o processo angolano com o espírito de favorecer uns contra outros. Esta é a posição que tem sido assumida em deliberações da ONU e que tem sido tomada por todos os parceiros diplomáticos envolvidos no processo.

A posição de Portugal neste contexto deve ser a de participar nos esforços diplomáticos das instâncias internacionais, e também de realizar esforços diplomáticos próprios, no quadro definido pelas instâncias internacionais.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — No quadro das soluções militares!

O Orador — O que o CDS-PP propõe no seu voto — e interessa pouco o que é dito nos considerandos, porque o paleio é muito mas a substância está no que é proposto — é muito simples: propõe que Portugal mude de política. Isto é de uma simplicidade enorme! O CDS-PP propõe que Portugal se separe do consenso internacional que existe em torno do processo angolano e que, em contracorrente, adopte uma posição diferente, uma posição que, no fundo, se traduz em considerar que o alvo é o próprio Governo angolano! É por isso que o CDS-PP só chama a parte do relatório relativa ao MPLA, ou, melhor dizendo, ao governo angolano. .

Protestos do CDS-PP.

... e omite toda a parte relativa à UNITA.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Não é o mesmo relatório!

O Orador. — Como estamos todos de acordo, esta é, de facto, uma guerra onde se movem poderosos interesses, ligados a muitas empresas do tal capitalismo global que não tem moral, que não tem ética e que, por isso, se serve de todos os meios, incluindo a guerra, para obter lucros.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Isso leva a aceitar a guerra?

O Orador — Mas essa constatação não é de agora

O Sr. Deputado Paulo Portas, dirigindo-se, há pouco, ao Sr. Deputado José Lamego, dizia que ele era inocente porque admitia o conhecimento desta questão há alguns anos. Sr. Deputado, todos nós, aqui, somos suficientemente adultos para saber que o primeiro que disso teve conhecimento, e há muitos anos, foi V. Ex.^a!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Como?!

O Orador: — V. Ex.^a sabe, há muitos anos, que por trás desta guerra se movem interesses!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Exactamente!

O Orador. — Ou foi preciso esperar pelo relatório da Global Witness?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — E isso leva a aceitar a guerra?!

O Orador — E é, talvez, também a altura de saber se esta multiplicação de votos sobre a situação interna de Angola ..

O Sr. Presidente: — Agradeço que termine, Sr. Deputado

O Orador — . não será um resquício de algumas pretensões neocolonialistas, que vêm agora para cima da mesa,

Aplausos do PCP

. das quais V. Ex.^a seja o melhor «figurão», para não dizer figurante.

A questão essencial que está contida aqui é simples: resume-se às responsabilidades da UNITA de Jonas Savimbi neste processo e àquilo que é necessário e essencial para congregar esforços no sentido do isolamento

O Sr. Presidente — Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: — Termino, Sr. Presidente, dizendo que estamos todos muito preocupados e que aquele voto que foi referido exprime preocupações reais em torno da situação democrática, em torno da situação do desenvolvimento, em torno da guerra, em torno das formas de encontrar uma solução para a paz. Estamos todos preocupados, mas não iludimos com esta questão o problema central, que é o de responsabilizar quem tem culpas na manutenção desta guerra e de encontrar uma fórmula que, isolando essa força, consiga contribuir para a paz

Aplausos do PCP

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa da honra da minha bancada

O Sr. Presidente — Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Deputado João Amaral,

O Sr. João Amaral (PCP) — Diga!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Digo, sim senhor! Estou a falar de um relatório da Global Witness, incidindo essencialmente sobre as concessões de petróleo feitas a empresas multinacionais pelo governo de Luanda, com pagamento de comissões a membros do governo de Luanda para pagar a compra de armamento

Sr. Deputado João Amaral, se quer discutir um relatório sobre a UNITA cá estaremos! Mas suponho ter ficado bem claro da nossa posição que nós não achamos que haja bons ou maus num fraticídio que já tem mais de 20 anos

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador — e onde há corrupção de guerra e indústria de guerra, onde os diamantes servem para comprar armas, onde o petróleo serve para comprar armas e onde há pouca gente a ganhar muito dinheiro com a morte de muita gente. E o que nós não podemos aceitar nem entender é a política oficial portuguesa. Aliás, está aqui uma testemunha independente, o Sr. Presidente, que teve a coragem — e eu discordo totalmente da posição do Sr. Presidente da Assembleia da República nessa matéria —, há três meses, de dizer, com clareza — e os senhores foram todos atrás —, que, para Angola, só havia solução militar, embora a lamentasse. E os senhores disseram que ele tinha razão!

O que eu não entendo é como é que se pode defender a solução militar para Angola quando nesse país, por detrás da guerra, estão uma indústria e uma corrupção de guerra crescentes, que perpetuam a própria guerra e não chegam à paz, como 20 anos de conflito demonstram.

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador — Para terminar, Sr. Deputado João Amaral, quero dizer-lhe que, ao contrário do nosso voto, que é claro — pode discordar dele —, esse entendimento de «paninhos quentes» a que vocês chegaram tem uma medida de coragem não são capazes de dizer a sigla MPLA, nomear o governo de Luanda ou a Global Witness. Esta é a medida da vossa coragem.

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Portas, infelizmente parece que os factos se encarregaram de me dar alguma razão

Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral

O Sr. João Amaral (PCP) — Sr. Presidente, eu vou dar explicações, e a primeira delas é que, como todos os Srs. Deputados viram, o Sr. Deputado Paulo Portas não defendeu a honra da sua bancada, defendeu a UNITA, de Jonas Savimbi

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não! Está completamente enganado!

O Orador: — Portanto, quanto a essa questão, ficamos entendidos. O Sr. Deputado Paulo Portas disse aqui ..

Protestos do Sr. Deputado Paulo Portas

O Sr. Deputado Paulo Portas, importa-se que eu fale?!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Fale à vontade!

O Orador — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Portas disse aqui. «Eu li agora um relatório, quero lá saber do outro.»

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Não!

O Orador: — Sr. Deputado, essa é a primeira demonstração de que, afinal, é o Sr. Deputado quem tem dois pesos e duas medidas!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Eu não disse nada disso!

O Orador: — Portanto, o Sr. Deputado não está ofendido com nada nem com ninguém.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Estou, estou! Não tem o direito de dizer o que eu não disse!

O Orador: — Ó Sr. Deputado Paulo Portas, o senhor não está ofendido com nada, está apenas a fazer *show*, mas também não consigo perceber em torno de quê

O Sr. Deputado pode estar sossegado e calmo, porque a política portuguesa em relação à situação angolana — a política externa portuguesa, e não a política de ingerência nos assuntos internos de Angola — manter-se-á, seguramente, no rumo de considerar que o essencial para acabar com a guerra é isolar aqueles que fazem a guerra.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — O PCP já define a política externa portuguesa?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Sr Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa da minha honra pessoal, porque eu não disse aquilo que o Sr. Deputado João Amaral quer insinuar que eu disse

O Sr. Presidente: — A defesa da honra pessoal é diferente da defesa da honra da bancada, por isso tenho de dar-lhe a palavra, embora esteja convencido que irão continuar a debater o problema

Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, é completamente falso que eu tenha aqui defendido a UNITA

O Sr. João Amaral (PCP): — Não defendeu?

O Orador — Sr. Deputado João Amaral, se quer discutir um relatório sobre a UNITA, que já foi publicado, e que, aliás, dá credibilidade à instituição que fez este relatório sobre o MPLA, vamos a isso! Terá da nossa parte coerência com o que aqui estamos a afirmar em defesa de princípios humanistas

Mas eu não preciso da muleta do MPLA para criticar a UNITA, nem preciso da muleta da UNITA para criticar o MPLA! Estamos a falar de um relatório sobre o governo de Luanda, de corrupção no governo de Luanda, de agenciamento de uma corrupção de guerra e de indústria de guerra no governo de Luanda. E a posição de Portugal, infelizmente, é a de apoiar a postura do governo de

Luanda e dizer que só através da guerra — corrupta — é que se chega à paz, onde nunca se chegará pela guerra

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Com certeza! Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, agradeço muito a amabilidade de me permitir dar explicações, mas elas são simplicíssimas.

Sr. Deputado, não se envergonhe, defenda a UNITA com franqueza, sem problemas. É isso que está a fazer desde o início!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, estamos a falar da morte de muita gente!

O Orador: — Mas o Sr. Deputado tem de assumir a responsabilidade do que está a fazer, porque a UNITA, de Jonas Savimbi, é uma «máquina de guerra» e de provocação permanente, que impediu ..

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — E o MPLA, é uma máquina de paz?!

O Orador — Eu explico-lhe ..

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Portas, tenha paciência, foi ouvido em silêncio.

O Orador — Na sequência das eleições que se seguiram aos Acordos de Bicesse, quem é que não ocupou o seu lugar?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Quem é que massacrhou Luanda?

O Orador — O Sr. Deputado acha que isso é que é uma contribuição activa para a paz? O Sr. Deputado sabe perfeitamente que nós sabemos o que é que se passa no seu pensamento e não temos dúvida nenhuma em dizê-lo. O senhor está aqui a defender a UNITA, mas não tem grande vantagem com isso.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Estamos a falar da corrupção no MPLA!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta. Agradeço que se faça silêncio para ele poder ser ouvido.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Entendemos que o primado da pessoa humana e os seus direitos fundamentais têm de ser defendidos em todo mundo. A pessoa é anterior e superior a todo o Estado e não pode ser instrumentalizada para a conquista do poder por qualquer grupo, seja de um partido ou de outro.

A situação em Angola é dramática e configura a violação dos direitos básicos à vida — milhares de pessoas de todas as idades que morrem na guerra ou à fome; à integridade física — muitos mutilados por minas e bombardeamentos; à segurança; à alimentação suficiente; à saúde, à educação; ao bem-estar.

Tão prolongado sofrimento é imoral e insuportável e temos, agora, a confirmação, por dois relatórios com credibilidade, daquilo que a Igreja Católica já tinha afirmado a continuação da guerra favorece interesses económicos ligados, quer ao petróleo, quer aos diamantes, que temos de condenar

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Isso mesmo!

O Orador: — Ambos os contendores têm também usado o pretexto da guerra para impor graves restrições às liberdades democráticas

Nos considerandos do voto apresentado pelo Bloco de Esquerda, que foi modificado por sugestões nossas e de outros, são referidos a UNITA e o Governo angolano. Há também rumores de que o governo angolano quer limitar o livre exercício profissional de alguns jornalistas portugueses, que poderão vir a ser postos em causa por autoridades desse Estado. Se tal se confirmar, logo o condenaremos aqui.

O PSD propôs tudo isto aos Deputados do Bloco de Esquerda, que aceitaram a referência ao respeito pelos direitos humanos básicos antes dos direitos de expressão (embora estes, como disse, também sejam importantes). Propusemos ainda que fosse lembrado que muitas pessoas e instituições independentes têm defendido em Angola os direitos humanos, com muita coragem, a Igreja Católica e outras confissões religiosas, muitíssimas organizações não governamentais, jornalistas, escritores e outras personalidades. Queremos destacar os portugueses que, em condições muito difíceis, têm lutado contra a pobreza, a fome, as doenças, as consequências da guerra, quer sejam religiosos, médicos, professores, estudantes, jovens licenciados que, acabados os seus cursos, desempenham, durante um ou mais anos, tarefas na saúde, na educação, na promoção do desenvolvimento. Todos merecem o nosso voto de reconhecimento e admiração pelo seu trabalho! Muito nos congratulamos que as versões revistas de ambos os votos tenham consagrado esta nossa proposta.

Muitos governantes da África e da Ásia consideram que muitos destes direitos são «direitos ocidentais». Queria dizer, claramente, que não é assim. Como sublinhou Kofi Anan, a opinião dos povos é outra, estes direitos são, todos eles, direitos de todas as pessoas!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Rejeitamos, porém, a opinião dos que consideram a guerra um meio possível para alcançar a paz

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador: — A utilização da força armada só é éticamente possível em dois casos em legítima defesa, contra uma agressão ou ocupação estrangeira — não é o caso —, e em missão internacional para repor os direitos humanos violados — também não é o caso. Fora deles, tem de vigorar a regra essencial da ética os fins nunca justificam os meios

O Sr. Artur Torres Pereira (PSD) — Muito bem!

O Orador. — É uma contradição falar-se nos seguintes termos: «querer alcançar a paz, mas fazer a guerra!» A guerra, mostra a História, só gera novas guerras, nunca a paz duradoura.

A versão emendada do voto apresentado pelo PS incorpora grande parte das nossas preocupações. Só lhe preferimos a expressão contida no voto do Bloco de Esquerda, em todo o mundo consagrada, «respeito pelos direitos humanos». Por não se tratar de questões internas portuguesas, não temos de adoptar a terminologia usada entre nós.

Não votaremos favoravelmente o voto apresentado pelo PP por ser bastante parcial e, em parte, virado para as questões internas portuguesas

Quero dizer aos Srs Deputados que, perante a gravidade desta tragédia imensa, duradoura e inqualificável que se abate sobre um povo irmão, julgamos, francamente, que são menores algumas frases muito infelizes, direi mesmo disparatadas, de alguns governantes portugueses

Para nós, a política não é basicamente a crítica àquilo que se diz mas ao que se faz, sobretudo na defesa e promoção dos valores essenciais. Os valores da vida, da dignidade da pessoa, do bem-estar, da saúde, da educação, da segurança, são primordiais. Seja quem for que os viole, seja governo seja oposição, seja grupo de guerrilha seja quem for, merece a nossa crítica e tem de ouvir sempre o nosso apelo: «Respeitem-nos agora e sempre porque, se não o fizerem, estão a pôr em causa, no seu conjunto, toda a Humanidade».

Aplausos do PSD.

O Sr Presidente — Srs Deputados, antes de passarmos às votações, coloco-vos uma questão: o voto apresentado pelo Partido Socialista apenas difere do voto apresentado pelo Bloco de Esquerda em uma palavra. Isto é, onde, no voto do Partido Socialista, se diz «Direitos, liberdades e garantias», no do Bloco de Esquerda diz-se «Direitos Humanos, liberdades e garantias»

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente — Faça favor, Sr Deputado

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente, essa diferença cessa de imediato. Nós aceitamos que fique escrito «Direitos Humanos»

O Sr. Presidente. — Muito bem.

Nesse caso, pergunto se estão de acordo no sentido de procedermos à votação conjunta dos dois votos

Verifico que há consenso, pelo que assim se fará.

Então, em primeiro lugar, vamos proceder à votação do voto n.º 24/VIII — De protesto pela persistência do Governo português no apoio ao que chama de «solução militar para Angola» (CDS-PP).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD, do PCP, de Os Verdes e do BE e votos a favor do CDS-PP

Vamos, agora, proceder à votação conjunta dos votos n.º 27/VIII — De protesto pelas restrições ao exercício de direitos democráticos e à liberdade de opinião em Angola (BE) e 29/VIII — Exprimindo preocupação pela situação que se vive em Angola (PS).

Submetidos à votação, foram aprovados, com votos a favor do PS, do PSD, do PCP, de Os Verdes e do BE e a abstenção do CDS-PP

Srs Deputados, informo que já foram apurados os resultados das eleições que hoje tiveram lugar na Sala D Maria

Passo à leitura das respectivas actas.

«Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala D Maria, procedeu-se à eleição para o Conselho Superior de Defesa Nacional

Votantes — 170

Candidatos propostos

Eduardo Ribeiro Pereira (PS)

Votos «sim» — 122

Votos «não» — 20

Abstenções — 11

Votos brancos — 17

Joaquim Martins Ferreira do Amaral (PPD/PSD)

Votos «sim» — 116

Votos «não» — 30

Abstenções — 7

Votos brancos — 17

Face ao resultado obtido, declararam-se eleitos os candidatos propostos

Eduardo Ribeiro Pereira

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

Para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada

Os Deputados Escrutinadores, Manuel de Oliveira — José Reis »

«Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala D Maria, procedeu-se à eleição para o Conselho Superior da Magistratura

Votantes — 170

Candidatos propostos

António Duarte Arnault

Votos «sim» — 123

Votos «não» — 29

Abstenções — 3

Votos brancos — 15

José Lebre de Freitas

Votos «sim» — 128

Votos «não» — 25

Abstenções — 7

Votos brancos — 10

Armindo António Lopes Ribeiro Mendes

Votos «sim» — 126

Votos «não» — 14

Abstenções — 20

Votos brancos — 10

Luis Augusto Máximo dos Santos

Votos «sim» — 128

Votos «não» — 25

Abstenções — 2

Votos brancos — 15

José Miguel Júdice

Votos «sim» — 120

Votos «não» — 37

Abstenções — 5

Votos brancos — 8

Carlos Blanco de Moraes

Votos «sim» — 117

Votos «não» — 34

Abstenções — 7

Votos brancos — 12

José Pedro Aguiar Branco

Votos «sim» — 37

Votos «não» — 37

Abstenções — 4

Votos brancos — 10

Face ao resultado obtido, declararam-se eleitos os seguintes candidatos.

António Duarte Arnault

José Lebre de Freitas

Armindo António Lopes Ribeiro Mendes

Luis Augusto Máximo dos Santos

José Miguel Júdice

Carlos Blanco de Moraes

José Pedro Aguiar Branco

Para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada

Os Deputados Escrutinadores, José Reis — Manuel de Oliveira »

«Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala D Maria, procedeu-se à eleição de cinco membros para o Conselho Superior do Ministério Público

O resultado obtido foi o seguinte.

Votantes — 170

Votos Lista A

Votos «sim» — 87

Votos brancos — 0

Votos nulos — 0

Votos Lista B

Votos «sim» — 59

Votos brancos — 20

Votos nulos — 4

Nos termos legais aplicáveis, e face ao resultado obtido, declararam-se eleitos para o Conselho Superior do Ministério Público os seguintes candidatos

Pedro Carlos da Silva Bacelar de Vasconcelos

José Artur Duarte Nogueira

António José Sanches Esteves

Paula Maria Van Hafe Teixeira da Cruz

António Rocha Dias de Andrade

Para constar, se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada

Os Deputados Escrutinadores, José Reis — Manuel de Oliveira »

«Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala D Maria, procedeu-se à eleição para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)

Votantes — 170

Candidatos propostos

José Manuel Santos de Magalhães (PS)

Votos «sim» — 93

Votos «não» — 32

Abstenções — 42

Votos brancos — 3

Maria do Céu Baptista Ramos (PPD/PSD)

Votos «sim» — 71

Votos «não» — 34

Abstenções — 62

Votos brancos — 3

Face ao resultado obtido, declaram-se eleitos os candidatos propostos

José Manuel Santos de Magalhães

Maria do Céu Baptista Ramos

Para constar se lavrou a presente acta que vai ser devolutivamente assinada

Os Deputados Escrutinadores, Manuel de Oliveira — José Reis »

«Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala D Maria, procedeu-se à eleição para o Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários

Votantes — 170

Votos Lista A

Votos «sim» — 85

Votos brancos — 10

Votos nulos — 1

Votos Lista B

Votos «sim» — 63

Votos brancos — 9

Votos nulos — 2

Nos termos legais aplicáveis, e face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para o Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários os seguintes candidatos

Jorge Lacão Costa

Jorge Cláudio Bacelar Gouveia

Para constar se lavrou a presente acta que vai ser devolutivamente assinada

Os Deputados Escrutinadores, José Reis — Manuel de Oliveira »

O Sr Presidente — Srs Deputados, a próxima sessão plenária terá lugar amanhã, sexta-feira, pelas 10 horas, e da ordem do dia constará a apreciação dos seguintes decretos-leis: n° 376/99, de 21 de Setembro [Apreciação parlamentar n° 2/VIII (PCP)], n° 236/99, de 25 de Junho [Apreciação parlamentar n° 3/VIII (PCP)] e n° 449/99, de 4 de Novembro [Apreciação parlamentar n° 5/VIII (PSD)]

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão

Eram 21 horas e 30 minutos

Declaração de voto enviada à Mesa, para publicação, relativa ao voto n° 25/VIII — De protesto pela forma como o Governo conduziu, junto da Comissão Europeia, a candidatura portuguesa à Direcção-Geral da Agricultura (CDS-PP)

A distribuição de lugares de topo na estrutura das instituições europeias não correspondeu nunca a nenhum modelo formal, mas apenas a um *gentleman's agreement* que sempre funcionou até à Comissão Prodi. Esse modelo pressupunha que a Portugal era atribuído um director-geral e mais dois lugares de funcionários de categoria A1 — o lugar máximo da carreira comunitária.

No âmbito interno português, e desde 1986, foi sempre assumida que o principal partido da oposição ao Governo tinha direito à indicação de um nome para Director-Geral da Comissão Europeia, independentemente da discussão sobre o lugar onde esse quadro seria exercido, competindo ao Governo a nomeação do Comissário

Nos governos PSD o Primeiro-Ministro «selecionou» sucessivamente dois militantes socialistas para um lugar de director-geral que a Portugal, bem como a outros Estados-membros, sempre coube na estrutura da Comissão Europeia

Com a passagem do Dr António Vitorino para Comissário Europeu, e com o objectivo de dar cumprimento ao entendimento interno que vinha sendo praticado, o Governo solicitou ao Engº António Cavaco, que desde 1996 vinha a exercer funções de Director-Geral das Pescas (em substituição do Engº Almeida Serra, que, por sua vez, substituía o Dr Rui Vilar), e que é militante do PS, que prescindisse do seu lugar de director-geral. Registe-se que o Engº António Cavaco tem um percurso profissional interno diferente dos seus predecessores, tendo percorrido diversos escalões da hierarquia comunitária, pelo que, à época, foi considerado pela Comissão Europeia como a sua «escolha natural» para a substituição do Engº Almeida Serra. Não obstante este particular circunstancialismo, que de certo modo configurou uma ascensão por mérito próprio e não por filiação partidária, o Engº António Cavaco entendeu dever seguir a orientação que lhe foi solicitada pelo Governo e foi nomeado chefe de gabinete do Comissário António Vitorino.

No plano técnico, as condições ficaram criadas para a indicação de um português para o lugar de director-geral. Contrariamente ao procedimento anterior, o Primeiro-Ministro António Guterres decidiu solicitar ao líder do PSD um nome para um lugar de director-geral. Após algum natural tempo de reflexão o Dr Durão Barroso indicou o nome da Drª Eduarda Azevedo para a vaga existente (entre as três vagas no quadro de directores-gerais) para Director-Geral da Agricultura. Saliente-se que o Primeiro-Ministro poderia, muito simplesmente, ter, também ele, «selecionado» um qualquer outro militante do PSD, nomeadamente dentro dos funcionários superiores da Comissão, mas entendeu não dever fazê-lo e dar total liberdade de escolha ao Dr Durão Barroso — liberdade essa que, naturalmente, comportava os riscos inerentes a uma eventual escolha de uma personalidade fora do quadro da própria Comissão. Essa circunstância era, como é óbvio, do conhecimento do PSD.

O Primeiro-Ministro interessou-se pessoalmente, por esta questão junto do Presidente Prodi, em diversas ocasiões, tendo igualmente sido feitas diligências, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e pelo Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, aos níveis adequados. Aliás, o vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, Dr José Matos Correia, reconheceu e saudou, em 13 do corrente durante a reunião conjunta das Comissões Parlamentares de Assuntos Europeus e Negócios Estrangeiros, o grande empenhamento do Governo português na tentativa de colocação da Drª Eduarda Azevedo. Verificou-se, contudo, que a Comissão Prodi decidiu seguir métodos de nomeação para os lugares de director-geral que não observaram as «quotas» informais que vinham a ser mantidas desde a entrada de Portugal na CEE. Assim, todas as três vagas atrás referidas foram preenchidas por funcionários que já faziam parte dos quadros da Comissão, não tendo sido aceites quaisquer candidaturas exteriores. O Governo foi informado dessa decisão da Comissão e o presidente da PSD foi-o igualmente, no contacto que em Lisboa teve com o Presidente Prodi (o qual, aliás, pertence a mesma «família política», situação idêntica à do Comissário para a Agricultura, Sr Fischler). Nessa ocasião, o Presidente Prodi terá referido ao Dr Durão Barroso os esforços le-

vados a cabo pelo Governo português, dos quais, aliás, ele estava já informado através de contactos directos com o Primeiro-Ministro e através de contactos havidos entre membros do Governo e representantes do PSD

A nova situação criada deixa, de facto, Portugal sem um lugar de director-geral, situação que é, aliás, extensiva à Irlanda, à Áustria e à Grécia - que no passado dispunham igualmente de funcionários em cargos idênticos. O Governo português continuará a diligenciar, no futuro, no sentido de procurar garantir que, perante qualquer vaga em lugares de directores-gerais, a mesma venha a ser preenchida por uma personalidade que seja do agrado do PSD.

Pode-se, entretanto, adiantar que o PSD tem vindo a dispor nos últimos anos da possibilidade de melhorar a posição portuguesa aos níveis mais elevados da União Europeia, dado que o Prof. Jorge Braga de Macedo ocupa (sem o exercer), um dos dois lugares atribuídos a Portugal na categoria de A1. Se o Prof. Braga de Macedo e o PSD se resolverem a activar este lugar, a representação portuguesa na União Europeia ficará substancialmente reforçada.

Recorde-se que o Prof. Braga de Macedo foi, recentemente, nomeado para um alto cargo na OCDE, e convirá esclarecer que tal correspondeu a uma campanha levada a cabo pelo Governo, nomeadamente com inúmeros contactos junto do Secretário-Geral daquela organização, o que demonstra o sentido de isenção com que o Governo tem vindo a tratar os elementos do PSD candidatos a cargos internacionais. Pode-se citar o caso do Prof. Figueiredo Lopes para um elevado lugar na estrutura do instituto de apoio ao Presidente Delors, bem como aquando da designação da Dr^a Isabel Côrte-Real para o Instituto Europeu de Administração de Maastricht, entre outros casos.

Relativamente à questão do director-geral, o Partido Socialista considera ter cumprido, em pleno e em toda a coerência, o seu compromisso com o principal partido da oposição. Não está, contudo, nas suas mãos a possibilidade de alterar as regras que a Comissão decidiu impor no seu seio e que, convém não esquecer, não são do controlo do Conselho de Ministros - instituição onde os governos estão representados. Ao Partido Socialista também não agrada a situação criada e não deixará de estar atento à evolução futura do problema, na consciência que tem de que o Governo que apoia fez tudo quanto estava ao seu alcance para garantir a manutenção do lugar de director-geral.

Esta é a história e a verdade; o resto é aproveitamento dessa situação séria para fins partidários.

O Deputado do PS, *Manuel dos Santos*

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

José Carlos Lourenço Tavares Pereira
Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso

Partido Social Democrata (PSD)

Armando Manuel Dinis Vieira
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
Lucília Maria Samoreno Ferra

Partido Comunista Português (PCP):

Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António José Carlos Pinho
José Miguel Nunes Anacoreta Correia

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

José Manuel de Medeiros Ferreira
Manuel Alegre de Melo Duarte
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Social Democrata (PSD):

Domingos Duarte Lima
João Bosco Soares Mota Amaral
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Maria Eduarda de Almeida Azevedo
Maria Manuela Dias Ferreira Leite

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
Octávio Augusto Teixeira

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Narana Sinai Coissoró

Rectificação ao n.º 12, de 26 de Novembro de 1999

Na pág. 400, 2 cl. 311, a seguir a «Aplausos do PSD», deve-se incluir-se o seguinte texto:

«O Sr. José Miguel Medeiros (PS) — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da minha honra pessoal

O Sr. Presidente — Ó Srs. Deputados, é a quarta defesa da honra pessoal. Confesso que os senhores estão com uma hipersensibilidade... E não costumo fazer qualquer crítica à sensibilidade de cada um.

Vou dar-lhe a palavra, mas a verdade é que se os Srs. Deputados, de facto, multiplicam as interpelações e as defesa da honra, não saímos hoje daqui e os senhores não vão jantar, não há a menor hipótese

Para defesa da sua honra pessoal, tem, então, a palavra o Sr. Deputado José Miguel Medeiros

O Sr. José Miguel Medeiros (PS) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, lamento que a primeira intervenção que faço neste Plenário seja para defesa da honra, mas é o que vai acontecer. Há etnias que dizem que nunca gostaram de ver bons princípios aos filhos, portanto, pode ser que isto seja um bom prenúncio para a minha carreira parlamentar!..

Quero defender a minha honra e a dos Deputados do distrito de Leiria — e já sei que o Sr. Presidente me vai dizer que só posso defender a minha —, porque o Sr. Deputado Fernando Costa, que nunca se preocupou com os problemas ambientais do Distrito de Leiria em momento

algum. . Aliás, foi o PSD que permitiu a queima de pneus na cimenteira da Maceira, sem avisar as populações, de forma perfeitamente traiçoeira e criando problemas gravíssimos ambientais, que estão hoje comprovados — ainda não há os da co-incineração, mas já há os dos pneus —, no tempo em que era Secretário de Estado o Engenheiro Carlos Pimenta, e eu nunca ouvi o Sr. Deputado Fernando Costa, nem qualquer outro Deputado do PSD, a levantar a voz contra esses processos. Foram os Deputados do PS do Distrito de Leiria e o próprio PS, com sentido de responsabilidade, que tomaram posição durante a campanha, e não só.

Nós não fazemos papéis anónimos. Se o PSD teve vergonha ou se está por detrás dos papéis anónimos que surgiram na Maceira ou se os subscrevia, foi pena não ter ido lá pôr um carimbo com o símbolo. Porque o PS não escreve papéis anónimos.

Nós nunca dissemos que a co-incineração não ia para a Maceira, Sr. Deputado! Isso não é verdade! Não está escrito em qualquer comunicado dos Deputados do Partido Socialista do distrito de Leiria! O que foi dito foi que os Deputados do Partido Socialista do distrito de Leiria confiavam que o Governo, como o Sr. Ministro disse no sábado, iria cumprir a sua palavra, e estamos certos de que é o que irá fazer, mas, se não o fizer, naturalmente, também teremos voz aqui como todos os outros Deputados.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Costa

O Sr. Fernando Costa (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Miguel Medeiros, mais importante do

que defender a minha honra e consideração é defender os interesses da população da Maceira e do distrito de Leiria.

Vozes do PS. — Ah!...

O Orador — Lamento que o Sr. Deputado José Miguel Medeiros esteja numa atitude não de defesa da população do Distrito de Leiria mas antes numa atitude de concordar com um processo que a população não deseja, porque o sente como um mal maior e, de todo, não tem a obrigação de receber o processo da co-incineração nem na Maceira nem no distrito de Leiria.

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Deputada Maria Celeste Cardona não teve a oportunidade de dar explicações ao Sr. Deputado Fernando Costa, portanto, poderá fazê-lo agora, embora já não seja o momento próprio. Do facto, peço desculpa.

A Sr.^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Sr. Presidente, muito obrigada

Quero apenas dizer o seguinte: julgo que cumprí a minha função. Fui eleita por Leiria, falei de um problema que interessa à população de Leiria e tive a grata surpresa de ver os restantes Deputados das outras bancadas parlamentares a falarem de Leiria.

Era isso que me importava, alcancei o meu objectivo. Saúdo todos aqueles que, a seguir a mim, se recordaram que tinham sido eleitos por Leiria. Hoje e aqui não se falou só e apenas de Coimbra; também se falou de Leiria.

Aplausos do CDS-PP.»

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 640\$00 (IVA INCLUIDO 5%)